

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEDU
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

FABIANA PINHEIRO DA COSTA

EM BUSCA DE UM TETO TODO SEU:

A presença feminina na Casa do Estudante Universitário da UFRGS na década
de 1980

Porto Alegre

2020

FABIANA PINHEIRO DA COSTA

EM BUSCA DE UM TETO TODO SEU:

A presença feminina na Casa do Estudante Universitário da UFRGS na década
de 1980

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Dóris
Bittencourt Almeida

Porto Alegre
2020

AGRADECIMENTOS

À Araeci Luz, Denise Dora, Dinah Lemos, Gorete Losada, Laura Souto, Maria da Glória Knoop e Roselaine Aquino pela disponibilidade em me ceder suas memórias.

À Andressa Lopes Nulle, administradora do Departamento de Moradia Estudantil, que viabilizou meu ingresso à sala do Arquivo da Casa do Estudante Universitário da UFRGS.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação pelo ensino público de qualidade que me enriqueceu não só como pesquisadora, mas como cidadã.

Aos colegas do grupo de pesquisa em História da Educação pelos inúmeros saberes compartilhados. Vocês fizeram a diferença nesses dois anos e meio de trabalho científico.

Às professoras Luciane Sgarbi Santos Grazziotin, Magali Mendes de Menezes e Natalia Pietra Méndez por aceitarem fazer parte da banca examinadora.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Dóris Bittencourt Almeida, de modo particular e especial, por ter se mostrado incansável na arte de ensinar e dividir comigo seus saberes. Agradeço-te, sinceramente, pela disponibilidade em orientar, sugerir e ajudar. Tua efetiva presença crítica e amorosa foi fundamental na construção de todo o percurso deste trabalho e nessa fase da minha formação acadêmica.

À minha mãe, amiga e parceira de vida, pela força, coragem e incentivo de sempre. Obrigada por todos os anos de auxílio e dedicação a minha formação. És meu exemplo.

Histórias são vida. Nós somos as nossas histórias, que podem ser a prisão e o pé de cabra que vai arrombar a porta; criamos histórias que nos salvam ou nos prendem, a nós ou aos outros, histórias que nos elevam ou nos esmagam contra o muro de pedra dos nossos medos e limitações. A libertação sempre é, em parte, um processo de contar uma história: romper histórias, romper silêncios, criar novas histórias. Uma pessoa livre conta a sua história própria. Uma pessoa valorizada vive numa sociedade em que sua história ocupa um lugar. Quando as palavras rompem o indizível, o que era tolerado em uma sociedade às vezes passa a ser intolerável (Rebecca Solnit, 2017).

RESUMO

Inserida no campo da História da Educação essa pesquisa tem por objetivo investigar os processos que envolveram a “invasão” feminina da Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e as ressonâncias desse episódio na sua estrutura organizacional. O recorte temporal escolhido toma como eixo norteador esse acontecimento, ocorrido em 29 de abril de 1980, e se estende até o final da década por compreender que esses foram os primeiros anos em que a Casa recebeu mulheres. A CEU está localizada na região central da cidade de Porto Alegre e foi criada em 27 de julho de 1971, sendo mantida desde sua origem pela Universidade. Constitui-se em um dos principais meios de assistência estudantil oferecido para jovens do interior do Estado do Rio Grande do Sul e de outras regiões do País que buscam ingressar em uma universidade pública na capital gaúcha. Além de ser uma garantia que viabiliza o ensino universitário, a moradia estudantil configura-se como um espaço de convivência grupal que atua na composição do percurso dos estudantes promovendo noções de direito, coletividade e mobilização social. Até 1982, a CEU não permitia em seu regimento que as mulheres adentrassem suas dependências, o que as impedia formalmente de concorrer às vagas e dar segmento aos estudos. No ano de 1980, período em que o Brasil passava por um processo de redemocratização e os movimentos estudantis e feministas ganhavam novo fôlego, houve uma mobilização para “invadir” esse local com o intuito de reivindicar o livre acesso feminino e conseqüentemente a moradia mista. Este trabalho foi desenvolvido a partir de um combinado de fontes historiográficas, entre elas a documentação do Arquivo da Casa do Estudante Universitário, a imprensa de grande circulação de Porto Alegre e, predominantemente, as memórias orais de mulheres que participaram do movimento de “invasão” e moraram na Casa nos seus primeiros anos de abertura para o público feminino. Foi possível perceber que a Universidade promoveu inúmeras barreiras para que elas pudessem ter direito à moradia na CEU e, mesmo após o a regulamentação como casa mista, a convivência envolveu confrontos com os moradores homens, o que demonstrou as dificuldades que elas enfrentaram para permanecer no local. Ainda assim, constatou-se que tanto a “invasão” como o fato de habitar a Casa, em certa medida, possibilitou a essas mulheres exercício de autonomia e da liderança. Nesse sentido, essa pesquisa buscou lançar luz sobre um momento histórico de disputa das mulheres pela inserção em novos territórios sociais e de luta pela garantia de acesso e permanência na educação superior.

Palavras – chave: História das Mulheres. Moradia estudantil. Casa do Estudante Universitário(CEU).

ABSTRACT

This research which is inserted in the field of Education History aims to investigate the processes that involved the female “invasion” of the Student’s House (CEU) at Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and the resonances of this episode in its organizational structure. The chosen time frame takes as its guiding axis this event that occurred on April 29, 1980, and extends to the end of the decade to understand that these were the first years in which CEU received women. The Student’s House is located in the city central region of Porto Alegre and it was created on July 27, 1971, maintained from its origin by the University. It is one of the main resources of student assistance offered to youths coming from the interior of the state of Rio Grande do Sul and from other regions of the country, and looking to enter a public university in the capital of the *gauchos*. Besides being a guarantee that makes university education possible, student housing is configured as a group living space that acts in the composition of the student’s path, promoting notions of law, collectivity and social mobilization. CEU did not allow in its regiment women to enter their facilities until 1982, which formally prevented them from competing for vacancies and giving segment to studies. In the year of 1980, a period in which Brazil was going through the process of redemocratization, the student and feminist movements gained new breath, there was a mobilization to “invade” this place in order to claim free female access and as a consequence establish mixed housing. This work was developed from a combination of historiographic resources, including the documentation of the University Student’s House archive, the popular press in Porto Alegre and, predominantly the memories of the women who participated in the “invasion” movement and lived in the house in its first years of opening for the female public. It was possible to realize that the University set up numerous barriers to prevent women from having the right to reside at CEU, and even after the mixed housing regulation, the coexistence involved clashes with male residents, bringing to life the difficulties they came across in order to stay in place. Nevertheless, it was noticed that that both the “invasion” and the fact of inhabiting the house, to some extent, enabled these women to exercise their autonomy and leadership. In this sense, this research sought to shed light on a historical moment of women’s dispute over the insertion in new social territories and the struggle to guarantee access and permanence in higher education.

Keywords: Women’s History. Student Housing. University Student’s House (CEU).

LISTA DE SIGLAS

AMCEU – Associação dos Moradores da Casa do Estudante Universitário

CECS – Centro Acadêmico das Ciências Sociais

CEFAV – Casa do Estudante da Faculdade de Agronomia e Veterinária

CEU – Casa do Estudante Universitário

CEUFRGS – Casa da Estudante Universitária

CODI – Centro de Operações de Defesa Interna

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DME – Departamento de Moradia Estudantil

DOI – Departamento de Operações de Informações

EJA – Educação de Jovens e Adultos

LIBELU – Liberdade e Luta

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEC – Programa de Educação Continuada

PPGEdu – Programa de Pós Graduação em Educação

PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PRUNI – Pró-Reitoria Comunidade Universitária

PT – Partido dos Trabalhadores

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RS – Rio Grande do Sul

RU – Restaurante Universitário

SAJU – Serviço de Assessoria Jurídica da Universidade

SPPC – Sociedade Para o Progresso da Ciência

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa de Localização da CEU	14
Figura 02: Construção da Casa do Estudante Universitário.....	15
Figura 03: Prédio da Casa do Estudante Universitário da UFRGS.....	16
Figura 04: Emílio Médici na inauguração da Casa do Estudante Universitário.....	17
Figura 05: Arquivo da Casa do Estudante Universitário.....	29
Figura 06: Capa do Jornal “O Cortiço” produzido pelos moradores da CEU.....	93
Figura 07: Pedido de Livre acesso à CEU.....	98
Figura 08: Convite da Reitoria da UFRGS para as mulheres acessarem a CEU.....	100
Figura 09: Panfleto convocando a população para “invasão” a CEU.....	101
Figura 10: Capa Jornal Zero Hora.....	107
Figura 11: Contracapa Jornal Zero Hora.....	107
Figura 12: Policiais observam “invasão” da CEU.....	108
Figura 13: Rascunho do manifesto da moradora para ser lido no debate da Casa.....	123
Figura 14: Lista de presença da inauguração da biblioteca em 1986.....	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Arquivo da Casa do Estudante Universitário.....	30
Quadro 02: Imprensa.....	32
Quadro 03: Internet.....	32
Quadro 04: Periódicos Estudantis.....	33
Quadro 05: Entrevistas de História Oral.....	34
Quadro 06: Roteiro de entrevista participantes “invasão”.....	65
Quadro 07: Roteiro de entrevista ex-moradoras da CEU.....	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1.APORTES TEÓRICOS: AS BASES CONCEITUAIS DA PESQUISA	43
2.MEMÓRIA: UM DIÁLOGO ENTRE ARQUIVO, IMPRENSA E HISTÓRIA ORAL	55
2.1 Entre o Arquivo da CEU e a imprensa gaúcha: dúvidas e possibilidades.....	55
2.2 A interface entre memória e a História Oral.....	58
3.AS ENTREVISTADAS E A CEU: DIFERENTES PERCURSOS QUE LEVAM A UMA MESMA CASA	69
Araeci Carvalho da Luz.....	70
Denise Dourado Dora	72
Dinah Lemos	75
Gorete Losada.....	77
Laura Sauto.....	80
Maria da Glória Lopes Koop.....	84
Roselaine Aquino da Silva	86
4.“LUGAR DE MULHER”: A PRESENÇA FEMININA NA CEU	90
4.1 “Se quiser transar, vai para Redenção”: a UFRGS e a gestão da CEU	91
4.2“Abram as grades dessa prisão”: a “invasão” da Casa do Estudante Universitário da UFRGS	103
4.3 A convivência na CEU nos primeiros anos como casa mista	115
4.4 “Tudo é disputa”: a participação feminina na gestão administrativa da CEU.....	123
4.5 <i>Um teto todo seu</i> : as marcas da moradia estudantil.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
POSFÁCIO	140
REFERÊNCIAS	143
ANEXOS	147

INTRODUÇÃO

A presente dissertação trata da presença feminina na Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na década de 1980. Mas antes de começar a dissecar esse assunto, faço um convite ao leitor. Peço que tenha calma e acompanhe minhas palavras até chegarmos ao eixo central do estudo. O percurso para o desenvolvimento de um trabalho é diferente para cada autor, sendo cada um responsável pela ousadia ou falta dela na construção do seu texto. O que ensejo, nesse instante, é fazer com que aquele que realizará a leitura dessas páginas acompanhe, desde o princípio, meu longo processo de raciocínio e consiga compreender os caminhos que me levaram a abordar esse tema. Não cheguei às perguntas que aqui se atravessam de forma rápida e direta, longe disso! Demorei-me pensando e refletindo. E é esse período de espera, reflexão, divagação e imaginação que busco dividir com você que me lê, mas para que essa troca entre nós aconteça é preciso uma pequena dose de paciência.

Compor uma narrativa escrita não é um processo fácil. É necessário tempo, vontade e dedicação, atributos difíceis de serem encontrados e estimulados nessa sociedade rápida e inconstante. Por outro lado, escrever pode ser desafiador, auxiliando a percorrer trilhas ainda desconhecidas que, de diferentes modos, aguçam as reflexões intelectuais. A palavra que por vezes aprisiona o pensamento é ambigualmente a mesma palavra que o liberta. (PEREIRA, 2013). Nesse sentido, faço o exercício que Renato Janine Ribeiro (1999) sugere em seu brilhante texto *Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme*¹: arrisco-me a pensar por meio da escrita. Dessa forma, cometo um pequeno desvio que, em um primeiro instante, pode parecer estranho ao leitor, porém procuro esclarecê-lo ao longo das páginas que se sucederão. Sugiro imaginar esse processo como a composição de um grande mosaico, em que as primeiras peças dispostas pela narradora podem parecer desconexas ou sem sentido, mas que no decorrer de sua elaboração acabarão por interligar-se. Para que fique claro, essa montagem não se dá de forma perfeita e simétrica, mas, assim como na arte musiva, compõe um quadro inteligível a partir da união de diferentes fragmentos.

Nesse desvio, trago à cena dois nomes da literatura mundialmente conhecidos que fazem parte da minha formação pessoal e de pesquisadora. De um lado, Virginia Woolf, escritora inglesa nascida no final do século XIX, que me conduz à reflexão sobre

¹Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12300>> Acesso em: 07 jun. 2018.

o espaço social ocupado pelas mulheres. Do outro, o escritor José Saramago, de origem portuguesa, nascido nas primeiras décadas do século XX, cujo sensível modo de pensar *a vida* que habita os lugares em que moramos me inspira.

Início pelo ensaio intitulado *Um teto todo seu*², de Virginia Woolf. Nesse trabalho, utilizando-se de recursos reais e fictícios, a escritora trata da assimetria dos papéis sociais destinados à mulher e ao homem, abordando os privilégios e atribuições distintos que foram destinados a cada um ao longo dos séculos. A autora se propõe a refletir sobre como a educação feminina foi tradicionalmente mais precária em relação à dada ao homem, utilizando-se do exemplo de grandes figuras da literatura mundial, como William Shakespeare, para afirmar que este talvez não tivesse obtido o mesmo êxito caso houvesse nascido sob outro gênero. O título que dá nome ao ensaio parte da argumentação de que para desenvolver plenamente suas capacidades intelectuais a mulher precisa de *um teto todo seu*: um quarto, uma sala, um espaço livre de interferências em que possa se dedicar a estudar, escrever e imaginar, realidade longínqua para a grande maioria das mulheres contemporâneas à Virgínia. Ela também sustenta que, além de um espaço físico, a mulher precisa garantir, de forma independente, seu dinheiro e ter sua legitimidade social e cultural reconhecida.

De Saramago, tomo emprestada a sensibilidade com que este se referia à sua moradia, sendo por ele denominada de *A Casa*³. Para o romancista português, o espaço em que ele morava ia muito além de uma localização geográfica: rua, número, bairro e CEP. N^o *A Casa* localizavam-se seus afetos, os cheiros que lhe eram familiares, os sons que lhe agradavam ou causavam fadiga, suas fantasias impulsionadas pela sua vasta bibliografia, enfim, suas memórias habitavam aquele lugarzinho na Ilha de Canária de Lanzarote, onde viveu por cerca de dezoito anos. E é exatamente por isso que esse espaço era merecedor de um título maior, tendo sido eternizado com uma placa fixada em sua entrada.

Explicitados esses elementos, o leitor pode estar desconfiando que minha abordagem centra-se no morar, no habitar ou no que dá título a essa pesquisa, a busca

²Virginia Woolf nasceu em Londres, Inglaterra, em 1882. Colaborou com o *Times Literary Supplement*, foi membro de um proeminente grupo de intelectuais britânicos no começo do século XX e escreveu diversas resenhas e artigos, além de ser uma grande romancista. Na década de 1920 Virgínia Woolf já era uma escritora consagrada e foi convidada a palestrar em duas faculdades inglesas exclusivas para mulheres, o que mais tarde daria forma ao ensaio “Um teto todo seu”, publicado em 1931.

³José Saramago nasceu na aldeia de Azinhaga, província do Ribatejo, Portugal, no dia 16 de novembro de 1922. Atuou em diversas redações jornalísticas, onde foi comentador político. A partir de 1976 passou a se dedicar exclusivamente a literatura. Atualmente, *A Casa* de Saramago é um espaço aberto ao público, onde se pode conhecer um pouco da vida e da obra do escritor falecido em 2010.

por um *teto*. E se inferiu isso está correto! É por esse caminho que vou seguir. Nessa dissertação, me proponho a dar a conhecer uma casa singular, pensada e projetada para estudantes que sonhavam em dar seguimento a sua formação educacional. Jovens cheios de ideias e vontades que, oriundos de regiões longínquas da cidade de Porto Alegre e de diferentes localidades do interior do Rio Grande do Sul (RS) e do Brasil, buscavam uma vaga na Universidade Federal do RS que, além de gratuita é a mais prestigiada do Estado.

Criada com o intuito de suprir as necessidades dessa juventude que não possuía condições financeiras de arcar com um aluguel na região central da capital, a Casa do Estudante Universitário era para muitos a única possibilidade de morar. Era aquilo a que Virgínia Woolf se referia: um *teto*, um lugar que garantiria, ainda que minimamente, a possibilidade desses jovens se instruírem intelectualmente. Mas esse local repleto de pessoas e, portanto, de afetos e desafetos, cheiros e cores contrariava o que a escritora inglesa preconizava em seu ensaio, pois era um teto sob o qual as mulheres estavam proibidas de habitar. Aquela que viria a se tornar, no sentido de Saramago, *A Casa* para muitos jovens homens, esteve, por mais de uma década, podada para a parcela feminina da população.

A CEU, desde sua origem, está sob a Administração da UFRGS. Sua projeção remonta à década de 1950 quando a instituição, sob a gestão do Reitor Elyseu Paglioli, tomou a iniciativa de construir um prédio destinado a servir de moradia para cerca de quinhentos estudantes. O imponente edifício esboçado abrigaria também um Restaurante Universitário (RU) com possibilidade de oferecer aproximadamente duas mil refeições por dia.

Segundo Silva (2004), os primeiros locais cogitados para sua construção — nos quarteirões dos prédios centrais já ocupados pela Universidade — foram rejeitados por unanimidade. Com isso, a Administração Universitária passou a investir na busca por terrenos que pudessem servir para erigir o empreendimento. Foi por meio desse levantamento que o Reitor Paglioli ficou sabendo que o Conselho Deliberativo da Santa Casa de Misericórdia estava colocando à venda imóveis localizados na Avenida João Pessoa, em frente ao edifício da Faculdade de Ciências Econômicas. A partir disso, iniciaram-se as negociações entre as instituições e a UFRGS acabou adquirindo os imóveis, embora estes fossem de uma área útil menor do que a planejada. As obras começaram no ano de 1959, com a desapropriação da antiga construção, e foram

ampliadas a partir da anexação de um terreno, adquirido em permuta com a Prefeitura de Porto Alegre, na Avenida André da Rocha.

Figura 01: Mapa de Localização da CEU.



Fonte: Google Maps, 2018.

Em 1958, um ano antes do início da construção efetiva da CEU, o Reitor Paglioli, em visita à Casa da Estudante Universitária (CEURGS)⁴, por ocasião do seu segundo aniversário, anunciou a construção de uma grande *Casa* para os estudantes na região central da cidade que, ao que tudo indicava, seria composta por dois grandes blocos, um destinado aos estudantes do sexo masculino e outro destinado às estudantes do sexo feminino. O que, como até aqui já apresentei, não se cumpriu.

Em meados da década de 1960, a Universidade passou a enfrentar inúmeros problemas financeiros e as obras destinadas a essa moradia estudantil atrasaram. O primeiro espaço do grande empreendimento a ser disponibilizado para o público foi o Restaurante Universitário (RU), que passou a operar com uma média de 1800 refeições diárias (SILVA, 2004). Os embargos da construção não passavam despercebidos pela comunidade acadêmica, especialmente aos estudantes. Em 1968, o presidente do

⁴A CEURGS foi criada em 1956 com o intuito de abrigar estudantes do sexo feminino. Em meio a inúmeras dificuldades financeiras e mudanças de localidade a Casa conseguiu, em 1977, uma sede própria tornando-se órgão da UFRGS. A moradia, na época, dispunha de apenas 40 vagas para mulheres.

Diretório Central dos Estudantes (DCE), Joaquim de Oliveira Borges, manifestou-se publicamente sobre o dilema em reportagem:

[...] O atraso das obras encontra justificativas nas prioridades fixadas pela Universidade, relegando a um plano secundário à conclusão da obra da Casa do Estudante, que continua vazia. No momento, as atenções da Universidade estão voltadas para o funcionamento, ainda neste ano, do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (o que não aconteceu) e da conclusão da obra da Faculdade de Odontologia, razão pela qual não haverá possibilidade de funcionamento da Casa do Estudante com a brevidade desejada, a fim de atender aos anseios dos estudantes da UFRGS⁵.

Figura 02: Construção da Casa do Estudante Universitário.



Fonte: Arquivo da Casa do Estudante Universitário da UFRGS.

Mesmo com pressão por parte do público para que houvesse um aceleração na obra, esta só seria concluída três anos mais tarde. O projeto da Casa do Estudante Universitário, no entanto, tornou-se motivo de grande satisfação para a Reitoria, sendo que o anúncio de sua inauguração foi divulgado pela recém-criada Assessoria de Imprensa da Universidade⁶ que publicou em seu Boletim Informativo a seguinte nota:

⁵Jornal Folha da Tarde, 05 de janeiro de 1968, p. 18.

⁶Sobre a criação da Assessoria de Imprensa da UFRGS ver o trabalho de Édna Maria Ferreira da Rocha. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/165476/001045926.pdf?sequence=1>> Acesso: 18 mai. 2018.

A partir de abril deverá entrar em funcionamento a casa do Estudante Universitário da UFRGS, em suas modernas instalações à avenida João Pessoa, no mesmo prédio onde funciona o Restaurante Universitário, tornando realidade um velho sonho da Administração da Universidade. A Casa do Estudante dispõe de seis pavimentos, sendo um destinado aos alunos dos cursos de pós-graduação e os demais aos alunos dos cursos de graduação. Destina-se a servir de moradia aos alunos da UFRGS carentes de recursos tendo capacidade para abrigar 396 estudantes. [...] Uma firma especializada será contratada para organizar todo o serviço da Casa, tornando-o um autêntico hotel⁷.

Figura 03: Prédio da Casa do Estudante Universitário da UFRGS



Fonte: Arquivo da Casa do Estudante Universitário da UFRGS.

A imprensa da UFRGS, em abril de 1971, afirmava que a Casa já estava em funcionamento e 400 alunos já se encontravam devidamente instalados na habitação — sendo 60 oriundos da pós-graduação e os outros 340 da graduação. Também era informada à comunidade uma mostra do regulamento que constava de 25 itens. Este documento foi redigido com o intuito de manter o “funcionamento sadio para o compartilhamento da Casa do Estudante Universitário”⁸. O teor dessa listagem era basicamente organizacional, estando expressas as ordens de manutenção do local, como manter silêncio após as 22h, não depredar os móveis e objetos, zelar pela conservação do ambiente e pelo bom convívio entre os moradores.

⁷Boletim Informativo da UFRGS, março de 1971, p. 3.

⁸Boletim Informativo da UFRGS, abril de 1971, p. 11.

Em meio a esses itens que figuravam no regulamento para uma convivência salutar entre os jovens estudantes, destaca-se o de nº 18, cuja redação informava que “**É vedada a entrada de pessoas do sexo feminino nos andares residenciais da C.E.U., sendo destinado o salão do 2º andar para a recepção de visitas.**”⁹ [grifo da autora]. A figura das mulheres nessa Casa aparentemente não era bem vista, na verdade, mais do que isso, parecia ser compreendida como danosa, perniciososa, comprometedora do bom funcionamento e da ordem que se esperava daquele lugar. E diferentemente do que a Imprensa Universitária notificou, o regimento oficial, aprovado em 25 de fevereiro de 1971, tornava até mesmo o segundo pavimento intransponível para o sexo feminino¹⁰.

E foi assim, sem qualquer vestígio da presença de mulheres, que a Casa do Estudante Universitário foi inaugurada oficialmente pela Administração da UFRGS em 27 de julho de 1971. O pomposo festejo contou com a presença do então Presidente da República Emílio Médici, que estava em Porto Alegre por conta do encerramento do XXII Jogos Universitários Brasileiros. A Assessoria de Imprensa Universitária, por ocasião da sua visita, noticiava que este teria ficado impressionado com a estrutura, modernidade e ótimas condições oferecidas aos estudantes¹¹.

Figura 04: Emílio Médici na inauguração da CEU.



Fonte: Boletim Informativo da UFRGS, março de 1971.

⁹ Boletim Informativo da UFRGS, março de 1971, p. 3.

¹⁰ Os documentos referentes à CEU serão explicitados no decorrer da introdução.

¹¹ Boletim Informativo da UFRGS, agosto de 1971, p. 1.

Apresentada ao leitor a CEU e as singularidades iniciais de sua criação, volto-me à Virginia Woolf quando esta reflete a possibilidade de Shakespeare ter tido uma irmã, questionando se o mesmo *teto* e condições de estudo que foram dadas a ele teriam sido destinadas a ela? (WOOLF, 2014). O tempo e o espaço separam o pensamento da escritora inglesa da Casa. Todavia, algumas premissas, com suas devidas contextualizações, permanecem as mesmas. É possível se indagar por que a UFRGS declinou de manter um dos blocos desse edifício para as mulheres já que, em 1958, um ano antes do início da construção da moradia, o Reitor havia sinalizado essa intenção. Sob que contexto social, político e cultural estava a Universidade que não apenas dissuadiu as vagas para as mulheres como proibiu expressamente a presença delas? Muitas respostas podem derivar desses questionamentos. Uma primeira inferência que me permito fazer é que garantir *um teto seu* às mulheres daquela época não era uma prioridade.

Desde a inauguração oficial da Casa do Estudante Universitário até o momento dessa escrita, quase cinco décadas se passaram. As mudanças ocorridas no perfil dos moradores e na sua estrutura organizacional foram muitas no decorrer desse período. As mulheres, que na década de 1970 foram impedidas de pisar nas dependências e quiçá de concorrer a uma vaga para morar, conseguiram, por meio de muitos embates, conquistar esses direitos mais de dez anos depois. Embora essas batalhas iniciais tenham sido vencidas e a habitação tenha sido garantida, outras barreiras se ergueram frente à presença feminina nessa Casa, o que revela uma singularidade desse local: o histórico de lutas para garantir e permanecer em *um teto todo seu*, podendo, assim, dar segmento aos seus estudos.

Nesse sentido, apresento, a seguir, duas cenas cujas informações principais foram extraídas do jornal Zero Hora, veiculado em 1980 e do jornal Sul21, publicado em 2016. Ambas ajudam a ilustrar essa relação entre um tempo mais remoto e o presente dessa moradia, convidando a refletir sobre o quanto de passado ainda habita a Casa do Estudante Universitário da UFRGS.

Cena 1

29 de abril de 1980.

Sob uma chuva de papel picado as mulheres invadem a Casa do Estudante Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A presença feminina é

proibida pela reitoria desde a inauguração da Casa, em 1971. Com o apoio dos moradores do sexo masculino as mulheres subiram os degraus do imponente edifício na Av. João Pessoa e caminharam pelos corredores observando as habitações. Faixas foram colocadas na fachada do prédio com os dizeres: “Presença Feminina na CEU”, “Abram as portas dessa prisão”. O momento foi histórico para os estudantes que exigiam um posicionamento da Reitoria para que a Casa aderisse ao livre acesso feminino¹².

Cena 2

07 de julho de 2016.

Sob uma chuva de papel picado as mulheres moradoras da Casa do Estudante Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, manifestaram-se contra o assédio que vem sofrendo dentro da moradia estudantil. As estudantes aproveitaram a passagem da tocha olímpica por Porto Alegre para denunciar as inúmeras violências a que são submetidas cotidianamente. Faixas foram colocadas na fachada do prédio com os dizeres: “As mulheres da CEU pedem socorro”, “Chega da cultura do estupro na CEU”. O momento foi histórico para as estudantes que exigiam um posicionamento da reitoria para que esta expulsasse os agressores que continuavam convivendo normalmente com elas (SUL21, 2016)¹³.

As cenas acima representam um marco para essa moradia, cujo teor estético da manifestação apresenta semelhanças. São duas cenas em que as mulheres, na sua ampla diversidade, protagonizam uma luta. Trinta e seis anos separam um episódio do outro e muitas são as perguntas que podemos nos fazer sobre cada um deles. Algumas, inclusive, podem permanecer por muito tempo sem respostas. Ainda assim, uma das afirmações possíveis de se registrar a partir desses acontecimentos é que a presença feminina é parte crucial na formação da história dessa moradia. Nesse sentido, parto do princípio de que para uma melhor compreensão da cena de 2016, é necessário recuar ainda mais no tempo, me transpondo para a cena de 1980 e analisando as suas implicações na construção da trajetória desse local.

¹²A cena foi escrita pela autora da dissertação. A reportagem integral pode ser encontrada em: Zero Hora, 30 de abril de 1980, p.29.

¹³A cena foi escrita pela autora da dissertação. A reportagem integral está disponível no link: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2016/07/mulheres-da-casa-do-estudante-da-ufrgs-pedem-socorro-apos-casos-de-violencia/>> Acesso em: 12 jun. 2018.

Como todo pesquisador que se propõe a tentar entender um tempo que não viveu, corro muitos riscos. Aliás, creio que se arriscar seja uma das premissas da pesquisa, afinal não lidamos com certezas. Movemo-nos por terrenos irregulares, cheio de fendas que jamais poderemos preencher completamente. Sempre haverá uma falta. Entretanto, acredito que podemos nos lançar à empreitada de incidir feixes de luz sobre essas fissuras, iluminando-as, ainda que parcamente. E isso só é possível se nos permitirmos guiar por caminhos ainda desconhecidos, pouco desbravados, pois se passarmos a vida os evitando “renunciaremos a possibilidade de produzir algo interessante, com significado para nós e para os outros” (NÓVOA, 2015, p. 26).

A temática da moradia estudantil ainda é pouco explorada pela historiografia brasileira, sendo suas discussões centradas, principalmente, no âmbito das políticas assistenciais e da psicologia. Trabalhos recentes¹⁴, publicados na última década, têm aberto novas possibilidades de investigação, demonstrando a importância desse tipo de abordagem para o campo da História da Educação. A invisibilidade dessas Casas enquanto locais educativos e de troca de saberes parece ser um dos fatores que colocam esses espaços à margem para os investigadores. Sendo assim, a imersão em uma pesquisa histórica com esse enfoque é contributiva para a amplificação do debate em torno do tema.

Portanto, o que proponho nessa dissertação é contar uma história concebível da Casa do Estudante Universitário da UFRGS. Uma história que não assume o teor de verdade absoluta, mas que tenta, da forma mais profunda possível, aproximar-se do passado dessa moradia. Tomo como ponto de partida a “invasão”¹⁵ ocorrida em abril de 1980 que faz parte da luta pelo ingresso das mulheres na CEU. Entendo esse acontecimento a partir do que Arlette Farge (2015) propõe, como algo que desordena uma lógica, algo heterogêneo sob o qual construo minha análise. No entanto, entendo-o como fruto de uma seleção e atribuo-lhe significado, sem deixar que seu lugar de notabilidade nessa narrativa o sufoque perante o cenário sob o qual ocorreu.

É importante ressaltar que a “invasão” está colocada dentro de um contexto do País que possibilitou esse movimento acontecer. No início década de 1980, o Brasil ainda estava sob o regime da ditadura civil-militar, mas já dava sinais de uma transição

¹⁴Para maiores informações consultar as dissertações de mestrado de Caren Victorino Regis (2012) e Marcos Luiz Hinterholtz (2017) e o artigo de Dóris Bittencourt Almeida (2018).

¹⁵O termo invasão era a nomenclatura dada nos anos de 1980 aos movimentos organizados por estudantes e militantes sociais. Atualmente a ideia de invasão foi substituída pelo termo “ocupação”.

política. As pressões contra as execuções¹⁶ que vinham ocorrendo nas dependências do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) do Destacamento de Operações de Informação (DOI) aumentaram levando às ruas mais de 30 mil estudantes em São Paulo. Segundo Schwarcz e Starling (2015), houve um engajamento de diversas oposições contra a ditadura unidas no slogan “pelas liberdades democráticas”. O ativismo político dos universitários, a partir de 1977, estava com fôlego renovado e carregou com afinco essas palavras de ordem nas manifestações pró-democracia. Essa nova movimentação deslocava-se da luta armada para a ocupação de caminhos legais de uma nova atuação política. As autoras afirmam que, a partir desse momento, os brasileiros passaram a definir os caminhos para reimplantar a democracia no Brasil.

A “invasão” da Casa, nesse sentido, está entrelaçada ao contexto geral, no qual a bandeira pela abertura democrática estava em vigor. Transformar a habitação estudantil em um espaço onde pudesse haver uma livre circulação era uma maneira de redemocratizá-la. Era também um modo de desarticular e enfrentar as regras autoritárias não só da Universidade como do País.

Assim, traço como objetivo central desse estudo investigar os processos que envolveram “a invasão” e as suas ressonâncias na estrutura da Casa bem como a consequente presença feminina nesse espaço. Pontuo que o recorte temporal escolhido toma como eixo norteador o dia 29 de abril de 1980, e se estende até o final da década por compreender que esses foram os primeiros anos em que a Casa recebeu mulheres. Esse período pode sofrer recuos ou mesmo avançar para o tempo presente, tendo em vista a ideia de uma temporalidade móvel que busca ancoragens nas condições de emergência para entender como um determinado fenômeno se instala na cena social, bem como atinge a atualidade, pois o presente é habitado por múltiplos passados (KOSELLECK, 2014).

Por meio da realização de entrevistas de História Oral, realizadas com um grupo de mulheres que participaram desses dois momentos, e de investidas em diferentes arquivos, demonstro, em um primeiro momento, quem eram essas participantes e quais percursos as levaram à CEU, buscando analisar como se engajaram nessa luta, as memórias que carregam desse episódio, bem como a relação que estabeleceram com os

¹⁶ Em 1975, houve uma grande ofensiva de repressão comandada pelo Centro de Informações do Exército (CIE). O alvo era o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e foram presas mais de duzentas pessoas em São Paulo e dezesseis dirigentes partidários foram assassinados. A ofensiva era parte da estratégia de Ernesto Geisel para restringir o processo de abertura e escancarar as conexões entre o PCB e os parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

homens que ocupavam essa moradia. Em um segundo instante, debruço-me sobre a questão das mulheres que ingressaram na Casa nos seus primeiros anos enquanto moradia mista, examinando como recordam a experiência do tempo vivido nesse espaço, as suas expectativas, a forma como foram recebidas nesse local ainda majoritariamente masculino e a participação delas na dinâmica cotidiana desse ambiente. Saliento que, para além dessas questões, outras também se fizeram importante na construção dessa narrativa histórica. De forma que discutirei a posição da Universidade frente à presença feminina na Casa, as medidas legais tomadas pelas instâncias acadêmicas após a “invasão” e os modos com que a UFRGS acolheu essas primeiras moradoras. Esses são alguns dos pontos que procurei colocar em diálogo na pesquisa.

Clarice Lispector, na abertura da obra “A Hora da Estrela”¹⁷, escreveu “enquanto houver perguntas sem respostas continuarei a escrever” (LISPECTOR, 1998, p.11). Como ela, tenho a mesma prerrogativa. Organizo essa narrativa historiográfica porque as interrogações explicitadas acima me motivaram a enveredar na construção de uma parte da história dessa moradia e dessas mulheres que moraram na CEU nos primeiros anos de sua abertura ao público feminino. Une-se a isso o pedido de socorro feito pelas estudantes em 2016, referido na cena anteriormente narrada, que ainda ecoa sob meus ouvidos e me desacomoda, convidando-me a olhar para a década de 1980 e buscar possíveis explicações, fazendo com que me mova nesse jogo permanente entre passado e presente, cujo vaivém é peculiar da história (PROST, 2008).

Esclareço que, ao tomar como objeto de estudo a presença das mulheres na CEU, entendo-o como uma experiência que ultrapassa os limites da moradia para essas jovens. A disputa pela entrada e também pela permanência em um ambiente que não fora concebido para lhes receber produz marcas em suas trajetórias pessoais, promove transformações nos seus modos de ver e conceber o futuro, ou seja, caracteriza-se como um processo educativo para além da vida acadêmica, na medida em que promove uma reflexão sobre as maneiras de ser e estar em coletividade. Magalhães (2004) auxilia a pensar sobre essa questão ao pontuar que a educação não é somente um acúmulo de aprendizagens gradativas e complexas. Para o autor, educar-se pressupõe uma construção, um desenvolvimento pessoal, “uma mudança duradoura com vistas a uma

¹⁷Na introdução do romance literário *A Hora da Estrela*, publicado em 1977, a escritora Clarice Lispector faz um apanhado das motivações que a levam a escrever literatura e como se dá seu processo criativo de composição de narrativas e personagens.

partilha de humanidade” (MAGALHÃES, 2004, p. 27). Logo, pode-se dizer que a conquista do direito à moradia estudantil envolve não apenas uma experiência imediata, mas configura-se como um percurso que as acompanhará durante a vida.

É justamente por ser entendido como um ambiente que impulsiona o sujeito a novas visões de mundo e no qual o exercício da alteridade e da relação com o outro é uma constante que a CEU pode ser compreendida como uma instituição educativa. Magalhães (2004) alarga o entendimento desse conceito não o restringindo ao ambiente escolar/universitário. Para o historiador, as instituições educativas são lugares de ação. Envolve um processo de subjetivação no qual as relações acontecem por meio de negociações não só entre os sujeitos que participam desse espaço instituído, mas entre eles e as regras e normas que os regem. É, portanto, um conceito amplo e flexível.

Quando proponho historicizar a presença das mulheres na CEU, busco explicar os processos de regulação e de manutenção das normas e regras que tornam esse um espaço instituinte, assim como procuro analisar os comportamentos e representações dos sujeitos (nesse caso o público feminino) na relação com esse espaço. Entendo que a mirada para o passado de uma moradia estudantil específica permite alargar o olhar para outros horizontes, deixando entrever questões como a presença das mulheres no ensino superior e suas lutas por reconhecimento enquanto ser social e cultural.

Após explicar ao leitor como cheguei a esses objetivos de pesquisa, apresento, na sequência, uma retrospectiva que perpassa a minha trajetória pessoal e as razões que me levaram a escolher a presença das mulheres na CEU como objeto de investigação. Em seguida, procuro demonstrar todos os caminhos percorridos para a produção documental que subsidiou o estudo e como essa documentação me possibilitou articular esses questionamentos.

Do percurso pessoal a construção do corpus documental: a construção da pesquisa

No princípio do texto, fiz um parêntese no qual trouxe dois autores da literatura que me ajudam a dialogar, de forma mais amplificada, com a pesquisa. Trouxe-os não apenas como enfeite ou para citá-los na bibliografia, mas porque ambos fazem parte daquilo que sou; daquilo que me constitui. E é justamente por estarem imbricados a mim que também estão atrelados a esse trabalho.

É comum que o objeto de investigação relacione-se aos interesses e desejos do pesquisador, sendo impossível creditar uma imparcialidade a essa escolha. A escrita de

uma narrativa histórica é fruto de uma seleção que, até certo ponto, revela um pouco de nossa identidade. Pode-se dizer que criamos uma relação de afinidade com a pesquisa, o que progressivamente acaba revelando-se uma característica de nossa personalidade. (PROST, 2008). Ao optar por contar a história da CEU pela perspectiva da presença das mulheres, deixo de lado outras tantas possibilidades. Seria possível abordar as lideranças políticas que pela Casa passaram; as invasões da polícia militar no período da ditadura civil-militar; as recentes ocupações em um ambiente já misto. Enfim, as alternativas parecem infinitas diante de um mesmo objeto, o que nos provoca a pensar sobre como a história pode ser contada e recontada a partir de diferentes ângulos.

Feita esta explanação, considero importante situar o leitor sobre o meu percurso pessoal, para que este saiba de que lugares escrevo e quais razões me levaram a fazer tal escolha. Ingressei no Curso de Mestrado, do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGEdu), em julho de 2017, cinco anos após terminar a graduação. Para muitos, esse pode parecer um tempo demasiado longo, já que, hoje em dia, muitos jovens se propõem a emendar um curso no outro e antes mesmo dos trinta anos possuir o diploma de doutores. É uma opção de vida que não quis seguir. Não considero que minha escolha seja melhor que a de outros estudantes que trilharam o caminho acadêmico sem interrupção. Tampouco creio que seja pior. Penso que precisamos de tempo para maturar as ideias e tenho refletido bastante sobre a diversidade dos tempos de aprendizagens. Penso que para além da distinção do nosso tempo de aprender, existem as diferenças do nosso tempo interno, aquele que diz respeito às nossas emoções, e este nem sempre será condizente com o nosso tempo histórico ou biológico. O sociólogo italiano Alberto Melucci ajuda a refletir sobre essa questão ao afirmar que o tempo interno é descontínuo e, por isso, também reversível. Em dado momento ele será “rápido e fluído e em outros será feito de lentidão e repouso” (MELUCCI, 2004, p.35). O que nos cabe é respeitá-lo nas suas diferentes fases!

Considero que esse período longe do meio acadêmico foi de maturação, de colocar outras pautas em prioridade e de ascender minhas ideias a outros patamares. Durante esse período, me predispus a ler muita literatura e me engajei em grupos de discussões políticas sobre mulheres. Nesses coletivos, os debates eram diversos e conflitivos, como em todo grupo heterogêneo. De alguns, eu saí com o decorrer do tempo, em outros criei vínculos fortes. O que posso afirmar é que a temática “mulher”, no seu sentido mais amplo e generalizante, ganhou um contorno especial para mim a partir da relação estreita que estabeleci com as leituras, discussões e pessoas que

habitavam esses espaços. Tive a oportunidade de pensar, sob um ponto de vista não estritamente científico, os papéis sociais destinados às mulheres em diferentes tempos, espaços e sociedades. Costumo dizer, ao mencionar essa experiência, que conheci muitos mundos. Vivi-os a partir das minhas leituras. Alegrei-me e sofri, colocando-me sob a pele de distintos personagens que não existiam senão na minha imaginação.

Em 2016, ingressei em uma disciplina do Programa de Educação Continuada (PEC) do PPGEdU da UFRGS. O contato com as pesquisas que estavam sendo desenvolvidas em nível de mestrado e doutorado foi um fator decisivo para que, no ano seguinte, eu me candidatassem à seleção e fosse aprovada. Assim, após conversas com a orientadora, discussões com colegas da mesma área e também de espaços fora da Universidade, leituras que proporcionaram outros olhares sobre temáticas de pesquisa, encantei-me pela história da CEU e por toda trajetória de conquistas e de feminismo que ela carrega. A partir disso, transformei-a naquilo que nomeei no subitem anterior de terreno com fendas, decidindo que sobre ele incidiria algum feixe de luz.

Traçado o primeiro esboço desse mosaico, parti em busca de vestígios que pudessem me amparar para contar essa história. Entendo que os documentos que subsidiam a pesquisa científica não estão dados *a priori*, esperando para serem desvelados. Existe um processo de construção intencional ao transformá-los em parte central de uma investigação. É preciso olhar para esse *corpus* e sobre ele imputar perguntas, sem perder de vista que esses questionamentos poderão sofrer alterações no caminhar da investigação. Compreendo que considerar as fontes como um produto construído pelo pesquisador diferencia-se muito de entendê-las como neutras, como documentos no qual encontraremos “a realidade” ou “a verdade” do passado. (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012).

Discorrido esse entendimento sobre a documentação, passo a descrever os sinuosos caminhos trilhados até chegar ao arsenal documental que compõe esse trabalho. Um dos primeiros contatos realizados foi com a administração da CEU. Parti do princípio que esta deveria ter sob seu domínio arquivos administrativos relativos ao funcionamento e ao cotidiano da Casa. Essa tentativa incipiente acabou sendo frustrada e foi barrada pela burocracia universitária.

Após algumas ligações e e-mails enviados para o Departamento de Moradia Estudantil (DME) vinculado a Pró – Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) me informaram que não havia nenhum registro da época que eu pretendia investigar. Esse início de conversa não foi nada animador, tendo em vista que, como ex-bolsista no

âmago administrativo da Universidade, sabia que alguns documentos não podiam simplesmente ser jogados fora, já que isso pode implicar em multas para Instituição¹⁸. A questão que se formava era: se os documentos não estavam sob a guarda da Casa, onde ou com quem estavam? A sensação inicial foi de que as portas estavam completamente fechadas e que não haveria uma fresta para entrar. Foi preciso respirar e pensar em novas estratégias para seguir adiante. Deixei passar alguns dias após essa troca de contatos na esperança de que não me considerassem inconveniente e de que outra pessoa pudesse me atender. Fiz certo! O retorno, na segunda tentativa, foi mais amigável e o DME me encaminhou para o Museu da UFRGS.

Embora acreditasse que o Museu da Universidade fosse mais voltado às exposições do que propriamente à salvaguarda de arquivos, resolvi seguir os passos que tinham me indicado, afinal estava sem nada e essa era uma primeira pista a seguir. Fiz contato telefônico e fui atendida por um servidor que se prontificou a me auxiliar. Ficamos alguns minutos trocando informações e ele pareceu se entusiasmar com a pesquisa. De posse do meu contato, prometeu retornar. Dois dias após o telefonema minha caixa de e-mail fez meu coração bater num ritmo mais rápido que o habitual. É impossível não sentir-se ansiosa! Acredito que o sentimento floresça não apenas pelo medo de saber se a pesquisa terá condições de seguir adiante, mas pela própria posição “detetivesca” (GINZBURG, 1989, p.145) em que nos colocamos. Resolver o enigma, reunir os fragmentos para formular esse mosaico, tudo isso assume uma proporção relativamente grande em nossa vida, fazendo com que ao menor sinal todos os sentidos se alertem. Ginzburg (1989) afirma que é esse olhar de detetive que nos permite atentar aos pormenores. Para ele, as pistas aparentemente insignificantes podem nos auxiliar a captar sinais de uma realidade que, sem essa fusão de uma visão apurada unida à intuição, jamais seria possível. E foi exatamente sob essa perspectiva que me ancoriei. Na esperança de que se o menor vestígio aparecesse eu deveria agarrá-lo e, minimamente, analisá-lo. O fato é que nessa etapa do trabalho eu me sentia a própria *Miss Marple*¹⁹.

O e-mail que me encaminharam vinha do “Setor de Acervo do Museu” e informava que eles não possuíam documentos sobre o tema em que eu estava

¹⁸Embora essa seja uma regra descumprida na maioria das instituições públicas, os documentos por lei, devem ser arquivados por um período de 30 anos. O descarte só se dá após uma rigorosa triagem com os órgãos competentes.

¹⁹Famosa personagem criada pela romancista inglesa Agatha Christie. Diferentemente de seu outro personagem Hercule Poirot, Jane Marple não é uma detetive profissional, mas utiliza-se da inteligência e da intuição para resolver os casos policíacos mais obscuros de seu vilarejo, St. Mary Mead.

interessada, mas havia algumas fotografias e, caso me predispusesse a olhar, elas estariam disponíveis. Ora, se Certeau (1982) escreveu que de legumes e geleiras também se faz história, por que descartaria essas imagens? Assim, marquei um horário para que a equipe do Acervo pudesse me atender. Fui recebida em uma pequena sala com mais duas pessoas. Nesse espaço apertado, onde as minhas pernas mal conseguiam se acomodar, analisei mais de cinquenta fotografias referentes às casas de estudantes da Universidade. Depois de cansar as vistas fiz a triagem das imagens que poderiam ser úteis e solicitei uma cópia à estagiária.

Já em minha residência, com os membros devidamente alongados, analisei essa documentação uma a uma novamente. Senti que tinha avançado, ainda que de forma incipiente, na formulação dessa história. Resolvi que mais uma investida com o Departamento de Moradia seria válida. Nessa nova tentativa, feita por e-mail, descobri um novo e importante indício: que a Casa guardava, sim, em um de seus muitos aposentos, um pequeno espaço destinado ao arquivo de documentos. No entanto, não era possível fazer uma distinção do tipo de material que havia nele e muito menos a quais épocas se referiam. Em resumo, ele não estava minimamente organizado.

Propus-me a ir até a CEU conversar com a funcionária que me forneceu essa informação. Expliquei a ela a proposta da pesquisa e quais eram os seus objetivos. Infiro que o fato de tentar desnaturalizar a presença das mulheres naquele ambiente e de entender analiticamente os embates que elas travaram para poder permanecer na Casa, tenham sido um fator de comoção. Importa dizer que não consegui o acesso de imediato. A primeira barreira que se ergueu foi a de que eu não poderia acessar sozinha a sala com a documentação. Para resolver o impasse, foi dito que um bolsista seria contratado e uma das tarefas dele seria me acompanhar na empreitada. Minha intuição dizia que isso não aconteceria, mas senti que, mais uma vez, era momento de recuar. Não adiantava forçar a minha entrada nessa primeira visita, isso poderia causar um mal-estar. Passadas algumas semanas, entrei em contato novamente com a administração. Como imaginava, não houve nenhuma contratação nesse intervalo e para que eu pudesse ter acesso ao material teria que permanecer sem ninguém. Dessa vez, foi necessário insistir e saber usar da persuasão. Deu certo! As portas, enfim, se abriram.

Dirigi-me ao Arquivo da CEU em uma segunda-feira de março de 2018 no primeiro horário da manhã. Identifiquei-me na portaria e subi ao segundo andar, onde pegaria a chave que me daria acesso ao Arquivo. Os funcionários do local me desejaram boa sorte. Agradei pensando se isso seria alguma espécie de prenúncio. Ingressei

naquela salinha munida de inúmeras intenções, visto que “ninguém consulta um arquivo sem um projeto de explicação” (RICOEUR, 2007, p. 147). Lembrando sempre que essas indagações poderiam sofrer um grande revés a partir do que encontrasse no local.

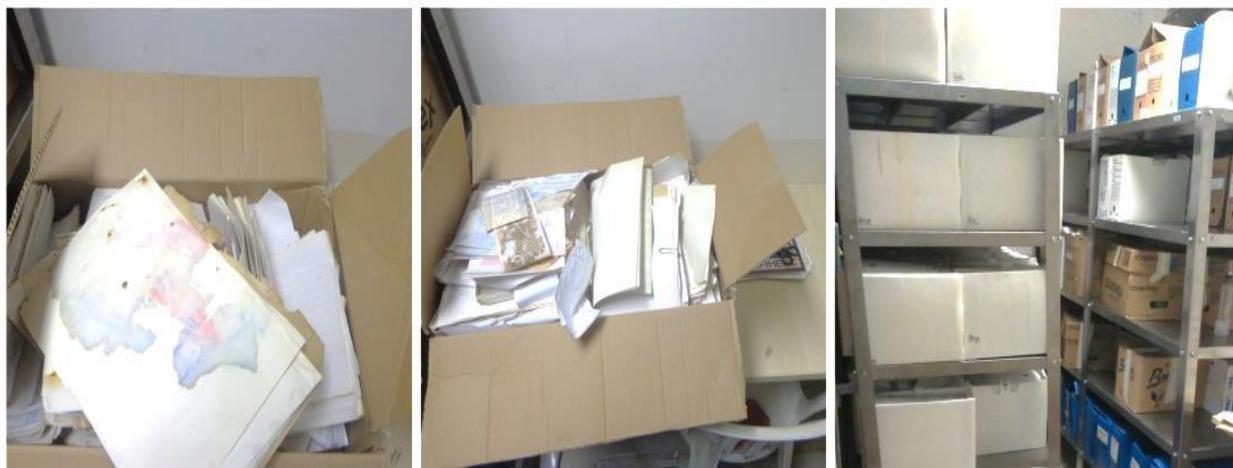
O arquivo é um espaço ambíguo. Ao mesmo tempo em que estamos solitários diante de uma grande quantidade de papéis, estamos rodeados de *vozes* que foram captadas pelos documentos (FARGE, 2009). É preciso apurar os sentidos para que não nos percamos na polifonia que esse lugar guarda. Confesso que os primeiros minutos, passada a euforia inicial de conseguir acesso à sala, foram de abatimento. Olhei aquele espaço mal iluminado, sem janelas, imensamente apertado e senti uma espécie de claustrofobia. Sentei-me na única cadeira disponível para observar e calcular como seria possível examinar cerca de cinquenta caixas cuja única identificação era “arquivo morto”. O pânico de permanecer horas a fio realizando uma tarefa que, no fim das contas, poderia revelar-se absolutamente infrutífera me invadiu.

Trago a descrição desses sentimentos à escrita da dissertação porque acredito que eles acompanhem todo pesquisador, mesmo os mais profissionais. Imersos em uma sociedade que costuma valorizar somente o produto final dos trabalhos científicos, nos esquecemos de ressaltar que os anseios, os erros, as negociações que fazemos – seja com os outros ou com nós mesmos – são parte do ato de pesquisar. O medo, em algum momento, será inerente a nós, independente do quão munidos de suportes teóricos possamos estar. Coloco-me a pensar sobre como essa dicotomia de humanas *versus* exatas ainda precisa ser superada. Toda pesquisa é humana, por mais bruto que seja seu objeto, justamente porque são os sentimentos que nos movem a realizá-la. Ora, o que de mais humano guardamos senão aquilo que nos afeta, senão a tristeza pelo fracasso ou a alegria pela realização? O processo não está descolado do produto final, ambos andam juntos, não são peças isoladas.

E nesse emaranhado de sensações que florescem no decorrer de uma investigação, a pequena sala da CEU transformava-se para mim. Independente dos sentimentos que nos atravessam, é necessário seguir em frente e apostar na potencialidade daquilo que temos diante de nós. Um arquivo guarda histórias, intercepta nuances, têm cheiros e também cores, algumas mais apagadas, outras ainda bem vívidas. É preciso fazer aquilo que Farge (2009) sugere: sentir o “sabor do arquivo”, e mesmo diante de um amontoado de caixas sem uma organização mínima, deixar-se encantar pelo que ele pode oferecer não perdendo de vista os objetivos prévios.

E foi nesse vaivém entre o medo e o encantamento que frequentei por um mês, duas manhãs por semana, a salinha mal iluminada do segundo andar do edifício da CEU. E da polifonia incessante que reina neste ambiente consegui fazer uma triagem de parte da documentação que subsidiou a pesquisa. Cabe destacar que boa parte desse acervo está em um estado de má conservação, correndo riscos de se perder no decorrer do tempo. Não só a organização está fora de controle, como a umidade e os fungos tomaram conta de uma boa quantidade de caixas. Inegável que a minha vontade era tratar cada um deles, mas essa seria uma tarefa impossível de assumir, não só pelo tempo exíguo como pela própria responsabilidade que tal incumbência exigiria. Um exemplo de como essa documentação está armazenada pode ser visto na sequência de imagens a seguir:

Figura 05: Arquivo da Casa do Estudante Universitário (CEU)



Fonte: Acervo da autora.

Farge (2009) afirma que não existe um molde de trabalho a ser aplicado na busca em arquivos, tudo depende do objeto a ser estudado. A paciência, a leitura e a absorção ao silêncio que o arquivo nos coloca são partes constitutivas desse mergulho em um tempo pretérito materializado em forma de papéis e objetos. No entanto, a autora sugere que o historiador deve ter um cuidado especial para “não ser atraído apenas por aquilo que pode reforçar suas hipóteses de trabalho decididas previamente” (FARGE, 2009, p. 71). Tendo em mente essa premissa e já esclarecido o processo de negociação para chegar ao Arquivo da CEU e as condições em que ele se encontrava, apresento um quadro com a documentação levantada durante o mês em que fiquei imersa nesse trabalho:

Quadro 01 – Acervo da Casa do Estudante Universitário (CEU).

Quantidade	Descrição
04	Regimento Interno da Casa do Estudante Universitário da UFRGS. Datas: 1971, 1974, 1994 e 2010.
01	Regimento Interno da Casa dos Estudantes das Faculdades de Agronomia e Veterinária da UFRGS. Data: 1971.
01	Processo para a anulação da eleição de diretor e suplente do 6º pavimento da casa. Data: 1975.
01	Contrato de funcionamento do bar na Casa do Estudante Universitário. Data: 1975.
02	01 ata referente à briga entre as chapas para diretores de pavimento; 01 circular informando os moradores sobre a possibilidade de anulação das eleições da Casa. Data: 1975.
01	Panfleto distribuído aos alunos da universidade, convidando-os para participar da entrada das mulheres em massa na Casa. Data: 1980.
02	Ofícios tratando da irregularidade da presença feminina na Casa. Data: 1981
01	Proposta feita pelos alunos para um novo Regimento Interno da Casa do Estudante. Data: 1981.
03	01 ofício expedido pela universidade para o presidente da Associação dos Moradores da CEU solicitando a identificação das mulheres que frequentavam a casa; 01 ofício expedido pelo Departamento de Serviço Social para a administração da Casa com a listagem dos moradores que se encontravam com as mensalidades pendentes; 01 ofício expedido pela Casa sobre as justificativas para a alteração no regimento. Data: 1982.
02	01 rascunho da proposta de plebiscito para aprovação da moradia mista; 01 rascunho do valor dos jornais assinados pelos moradores da casa. Data: 1982
09	Atas tratando de diversos assuntos referente à casa, principalmente da permissão para a entrada das mulheres e a anistia das dívidas das mensalidades. Ofícios e circulares tratando das mensalidades e da identificação de moradores indevidos. Data: 1983.
02	Boletim Interno da Associação de Moradores da CEU; Rascunho das Casas Participantes do X Encontro Nacional das Casas dos Estudantes, ocorrida em SP. Data: 1985
18	Rascunhos diversos escritos pelos estudantes. Referem-se, de forma geral, às formações de chapas, briga entre os pavimentos, impedimento das mulheres de participarem como diretoras dos andares e propostas de cada chapa. Data: 1986.
02	01 proposta para a formação da Associação dos Moradores da Casa e 01 reportagem sobre a expulsão de moradores clandestinos. s/data
46	Fotografias de diferentes períodos da Casa ²⁰ .

Fonte: Elaborado pela autora.

²⁰As imagens encontradas no Museu da UFRGS eram cópias feitas a partir do acervo da CEU, provavelmente doadas pelo servidor que organizou o livro “As Casas de Estudantes da UFRGS”, cujo esboço encontrava-se em uma das caixas do arquivo. De forma que considerei todas as fotografias nesse único quadro.

Concluída essa etapa, fui investigar a imprensa de grande circulação no Rio Grande do Sul e o que ela noticiou a respeito da criação da CEU, da invasão e do ingresso das mulheres. Para isso, selecionei as datas de 1971, período de inauguração, a de 1980 que remonta a invasão e a de 1982, ano em que a Universidade abriu oficialmente as portas da Casa ao público feminino. Entendo que os jornais têm função primordial na construção e manipulação de determinados interesses. Além disso, são fontes cotidianas de intervenção da vida social o que, portanto, não os tornam neutros e tampouco meros veículos transmissores de informações (LUCA, 2010). Os periódicos são compreendidos aqui como produtores de opiniões e por conta disso foram considerados para a formulação desse trabalho.

O primeiro local consultado foi o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa²¹. Em função dos seus horários pouco flexíveis priorizei a consulta ao material que não se encontrava em nenhum outro espaço, como as edições do Jornal Zero Hora²². Em outra empreitada, fui ao Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho²³, esse com horários e formas de acesso mais facilitados ao público. Consultei, na mesma temporalidade, o jornal Correio do Povo²⁴. Por fim, realizei uma busca no Jornal da UFRGS, que está disponível online na plataforma ISSU²⁵, pois supus que pudesse haver alguma reportagem que fizesse menção ao tema ou ao período. Foram consultados 138 jornais utilizando o descritor “casa do estudante” correspondente aos períodos de março de 2005 a maio de 2018. Uma última investida foi feita no Setor de Comunicação da UFRGS, onde estão armazenados os primeiros boletins da Assessoria de Imprensa Universitária. As edições não estão completas e o material só existe para fins de

²¹O Museu da Comunicação Hipólito José da Costa localiza-se no centro da cidade de Porto Alegre. Possui um dos maiores acervos de periódicos do país. A instituição conta com coleções completas de jornais e revistas, reunindo cerca de oito mil títulos, datados desde o ano de 1827. Possui também um acervo considerável relacionado à comunicação social (fotografia, cinema, rádio, televisão e vídeo).

²²Jornal surgido em Porto Alegre em 1964, em substituição à edição gaúcha de *Última Hora* e ainda hoje em circulação. Maiores informações consultar: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/zero-hora>>. Acesso em: 18 mai.2018.

²³Abrigado em um casarão do século XIX o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho organiza, guarda e conserva cerca de um milhão e trezentos mil documentos, disponíveis à consulta pública. Sob sua guarda estão documentos datados desde 1764, que registram a formação e as transformações da cidade, informações oriundas dos poderes executivo e legislativo que mostram a política das administrações, além de jornais e revistas que relatam o cotidiano. O catálogo completo está disponível em: <http://ahpoa.blogspot.com/>

²⁴Jornal gaúcho diário fundado em Porto Alegre no dia 1º de outubro de 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior e ainda hoje em circulação. Destacou-se como órgão independente de vinculações partidárias, embora conservador, gozando de grande prestígio na imprensa do sul do país. Maiores informações consultar: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-do-povo>> Acesso em: 18 mai. 2018.

²⁵Disponível em: <<https://issuu.com/jornaldauniversidade>> Acesso em: 18 mai.2018.

consulta por iniciativa de uma servidora que se empenhou em juntá-los e arquivá-los, caso contrário a UFRGS não teria esse material.

Como forma de sintetizar ao leitor o que foi possível extrair dessas incursões pela imprensa de grande circulação e da Universidade destaco o seguinte quadro:

Quadro 02 – Imprensa.

Quantidade	Descrição
11	Reportagens do Jornal do Correio do Povo tratando de assuntos relativos à Casa do Estudante e a invasão das mulheres.
12	Reportagens do Jornal Zero Hora tratando de assuntos relativos à Casa do Estudante e a invasão das mulheres.
07	Reportagens do Jornal Folha da Tarde tratando de assuntos relativos à Casa do Estudante e a invasão das mulheres.
08	Reportagens do Jornal da UFRGS que tratam de diferentes momentos das Casas de Estudantes da UFRGS e entrevistas com antigos reitores.
04	Reportagens do Boletim Informativo da UFRGS tratando de assuntos relativos à inauguração da CEU e as dificuldades da moradia estudantil.

Fonte: Elaborado pela autora.

Dediquei-me por alguns dias a procurar, por meio da página *google*, informações que pudessem remeter ao objeto da pesquisa, uma vez que a internet é hoje um grande arquivo no qual as pessoas compartilham materiais dos mais diversos. Foi encontrada a seguinte documentação:

Quadro 03 – Internet.

Quantidade	Descrição
01	Vídeo comemorativo da invasão ocorrida em 1980. Sem áudio.
04	Blog com depoimentos de mulheres que participaram da invasão e de uma das primeiras moradoras.
02	Fotografias do acervo pessoal do professor do Instituto de Artes da UFRGS, Luiz Achutti, que registrou a invasão em 1980.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em meio a esse trabalho de ir ao Arquivo da CEU, consultar os periódicos de maior circulação e a internet, fui conhecendo pessoas com as quais discuti sobre a proposta da investigação. Acredito que, para além desse levantamento de fontes, as conversas triviais, muitas vezes alheias à pesquisa, podem ser encorajadoras e uma boa forma de conseguir informações. Foram situações como essas que me levaram até um

grupo de antigas estudantes da UFRGS que formaram o grupo estudantil “Liberta”²⁶, cuja pauta era o feminismo que começava a ganhar força no cenário porto-alegrense da década de 1980. As organizadoras participaram dos primeiros movimentos para formação de uma casa mista e organizaram um periódico com o nome “Liberta”. Por pertencerem a arquivos particulares, guardados como relíquias por essas mulheres, os exemplares são poucos, tendo-me sido disponibilizados os relacionados abaixo:

Quadro 04 – Periódicos estudantis

Periódico	Número	Edição
Jornal Liberta	01	Julho de 1980
Jornal Liberta	02	Fevereiro de 1981
Jornal Liberta	04	Julho de 1981
Jornal Liberta	06	Agosto de 1982

Fonte: Elaborado pela autora.

Para além desses mencionados, recebi um que está incompleto, com apenas três páginas. É provável que seja uma edição de fevereiro, pois há uma chamada para participação das manifestações do dia 08 de março, reconhecido internacionalmente como dia de luta para as mulheres. O ano não é possível inferir. As edições foram conseguidas por meio de uma ex - integrante do grupo que digitalizou o material e me encaminhou por e-mail. Uma cópia também me foi cedida pela professora Natalia Pietra Méndez, com quem eu cursei uma disciplina no primeiro semestre de 2018, mas que, no fim das contas, acabou sendo um exemplar repetido.

Com vistas a me aproximar ainda mais desse passado da Casa e a responder as perguntas que norteiam essa pesquisa, busquei por mulheres que pudessem relatar suas experiências: seja no período da “invasão”, seja nos primeiros anos da moradia mista. A opção por utilizar essas memórias como documento de pesquisa se dá pela característica que é própria da narrativa oral. Pode-se dizer que é a presença corpórea, inexistente no Arquivo, que nos torna mais próximo desse passado que queremos parcialmente alcançar. Paul Ricoeur (2010) propõe uma importante reflexão ao discutir os

²⁶O Liberta era um grupo formado por estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tinham como objetivo levar a discussão sobre a situação da mulher para o movimento estudantil. O grupo mesclava nas suas concepções tanto a necessidade de transformar o sistema econômico quanto a necessidade de atuação em questões específicas e pontuais como, por exemplo, a abertura da Casa do Estudante Universitário para as mulheres, o acesso à Creche para estudantes da UFRGS, o combate à violência e a; defesa da legalização do aborto.

significados das memórias de um lugar associado às memórias do corpo, considerando este último como um lugar privilegiado de rememoração, no qual subsiste uma harmonia entre tempo e espaço. É possível pensar, a partir da premissa do autor, a frase recorrente nas entrevistas: “Eu estive/morei lá”. Existe uma correspondência do corpo no tempo pretérito (*eu estive/morei*) com o lugar (*lá*). Além disso, o fato de ter “invadido”/habitado uma casa de estudantes permite a essas mulheres compartilhar memórias pessoais e grupais, o que torna “o espaço corporal de imediato vinculado ao espaço do ambiente” (RICOEUR, 2010, p. 157). E é nesse sentido da memória do corpo que esteve/habitou que se faz potente a inserção de narrativas orais na pesquisa.

Ancorada nessas premissas, realizei sete entrevistas que forneceram importantes contribuições para essa investigação. Saliento que os nomes das depoentes não foram encontrados no Arquivo da CEU, pois essa documentação não estava disponível. Os caminhos que me levaram até elas foram distintos e são apresentados na sequência. Os critérios utilizados para essa aproximação foram flexíveis, sendo que a principal característica buscada era ter participado da “invasão” ou ter sido moradora na década de 1980, início da abertura para as mulheres.

Explicitado isso, apresento, como forma de elucidar melhor essas personagens da história da Casa, um quadro com informações sucintas.

Quadro 05 – Entrevistas de História Oral

Nome	Profissão	Idade	Ligação com a CEU
Araeci Luz	Professora da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre	54 anos	Morou na Casa de 1986 a 1989.
Denise Dora	Advogada	58 anos	Participou da “invasão”.
Dinah Lemos	Historiadora	61 anos	Participou da “invasão”
Gorete Lousada	Professora aposentada da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre	56 anos	Morou na Casa de 1984 a 1989.
Laura Souto	Autônoma	59 anos	Morou e esteve na “invasão”
Maria da Glória Koop	Historiadora. Funcionária pública do Estado do RS.	56 anos	Participou da “invasão”
Roselaine Aquino	Professora aposentada da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre	54 anos	Morou na Casa de 1984 a 1989.

Fonte: Elaborado pela autora.

Compreende-se nessa dissertação que as entrevistas não são apenas uma instância de verificação, mas um ponto de partida na construção de uma problematização (KAUFMANN, 2013). São também eventos que estabelecem paradas no cotidiano do sujeito que é instado a rememorar. Por esse razão, descrevo o percurso, muitas vezes carregado de desvios, que trilhei até conseguir efetivar essas ações.

O primeiro contato realizado foi com Gorete Losada, no dia 17 de maio de 2018. Houve uma demora de sete dias até que ela respondesse ao meu convite. Combinamos de marcar a entrevista para um final de tarde, durante a semana. Fizemos um agendamento prévio para 04 de junho, às 18h, no bairro Bom Fim. No dia antecedente ao nosso encontro, encaminhei uma mensagem perguntando se estava tudo confirmado. Gorete acabou declinando porque, na mesma data, haveria uma aula pública na Assembleia Legislativa do Estado com ex-ministro Celso Amorim e ela iria participar. Remarcamos para 07 de junho, novamente no final da tarde, no restaurante Odessa. Entretanto, mais uma vez, houve um imprevisto e tivemos que desmarcar. Perguntei qual data ela teria disponibilidade para conversar comigo. Organizamos a agenda de ambas para 18 de junho. Dessa vez o encontro aconteceria! Mantivemos a ideia de realizar o evento no restaurante Odessa. No horário combinado chegamos ao local, que recém estava sendo aberto ao público, mas não gostamos do ambiente e decidimos que seria mais agradável tomar um café. Assim, seguimos para a Cafeteria Maomé, no bairro Farroupilha, onde às 18h40m demos início à entrevista. Por ser uma segunda-feira e o clima estar extremamente frio, o local estava razoavelmente vazio o que facilitou a realização. A primeira tentativa de gravação do áudio, no entanto, foi interrompida pelo garçom que veio conversar conosco sobre o tempo. Rimos e explicamos para ele que estávamos realizando um trabalho. Gentilmente ele se desculpou e saiu. Na segunda tentativa, a entrevista ocorreu sem nenhum transtorno, totalizando 64 minutos. Fomos embora juntas e no trajeto conversamos sobre vários assuntos, inclusive sobre a pesquisa. Um dia após a entrevista, Gorete me encaminhou uma mensagem por celular dizendo que havia ficado pensando sobre o que conversáramos e que estava com a impressão de que sua fala havia sido desconexa. Respondi que assim que finalizasse a transcrição ela teria chance de ler e pontuar aquilo que achasse necessário, haja vista que esse é um procedimento ético da metodologia de História Oral. No dia 24 de junho, me encaminhou outra mensagem afirmando que gostaria de fazer uma nova entrevista, pois continuava com a sensação de que havia expressado situações sem sentido. Ou seja, parecia aflita com o seu testemunho. Nessa

data, eu já havia terminado a transcrição e pude encaminhar a entrevista em formato textual. Passaram-se dois dias e Gorete me retornou com algumas pontuações, declinando de realizar um novo encontro, pois após a leitura achava que havia, sim, contribuído para a pesquisa.

A segunda entrevista realizada foi com Maria da Glória Lopes Koop. Nosso primeiro contato foi através do Facebook. Encaminhei uma mensagem pela conta da Instituição em que trabalho e iniciamos uma conversa. Gentilmente ela me forneceu seu telefone, de forma que os diálogos seguintes se deram pelo *whatsapp*. Marcamos, inicialmente, para o dia 24 de maio de 2018, no turno da manhã, na Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Conforme deixamos combinado, um dia antes encaminhei um lembrete com vistas a confirmar o encontro, mas esse acabou sendo desmarcado, pois Maria da Glória teve um imprevisto e precisou cancelar. Reagendamos para o dia 06 de junho, data que ela teria maior disponibilidade. Repeti o ritual do lembrete para saber se estava tudo confirmado. Dessa vez, houve um problema de saúde. Resolvi deixar passar algum tempo até que ela se sentisse melhor. No dia 13 de junho, ela me escreveu informando que já estava curada e que poderíamos reagendar a entrevista. Marcamos para 20 de junho e, dessa vez, o encontro se realizou. Às 11h nos encontramos na biblioteca. Como Maria era aluna da universidade, retirou uma chave para a sala de estudos. O encontro ocorreu sem transtornos, totalizando 70 minutos de áudio. Após finalizar a transcrição encaminhei o arquivo para leitura, sendo seu uso autorizado na íntegra.

O terceiro encontro foi com a advogada Denise Dora. Seu nome foi indicado por Maria da Glória e o primeiro contato foi feito via Facebook. Percebendo que ela não respondia telefonei para a Themis²⁷, instituição da qual ela é uma das fundadoras, e a secretária do local me forneceu seu e-mail particular. Escrevi-lhe em 13 de março de 2019 apresentando a intenção da pesquisa que foi bem recebida. Agendamos para 18 de março, pela manhã, na sua casa no bairro Moinhos de Vento. No dia acertado fui até sua residência, mas alguns problemas ocorreram. Primeiro o porteiro não estava inteirado da minha presença e não me deixou acessar o edifício. Quando este entrave foi solucionado, consegui falar com a empregada de Denise que me informou de sua saída para um compromisso, ou seja, ela havia esquecido da entrevista. Após esse episódio,

²⁷ A Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos é uma organização da sociedade civil criada em Porto Alegre/RS, em 1993, por um grupo de advogadas e cientistas sociais feministas com o objetivo de enfrentar a discriminação contra mulheres no sistema de justiça.

trocamos mais uma série de e-mails e o encontro acabou acontecendo no dia 29 de março, no turno da tarde, em sua residência. É importante destacar que ela havia chegado de uma viagem da Inglaterra pela manhã e ainda assim me recebeu. Interrupções como os latidos do cachorro e o telefone que tocou algumas vezes marcaram esse evento. Quando encerrei a gravação seguimos conversando e tomando um café, momento em que Denise começou a me dar novas informações que julguei importantes. Solicitei, então, que gravássemos mais um pouco e ela concordou tranquilamente. Feito mais esse movimento, a entrevista se encerrou com 95min de áudio. Fui presenteada com várias revistas sobre a Themis e alguns materiais que ela trouxe da sua viagem de Londres, como os folders do movimento sufragista inglês.

O encontro seguinte ocorreu com Dinah Lemos. O primeiro contato que fizemos foi em 2018. No entanto, só foi possível nos conhecermos pessoalmente em 2019, uma vez que ela reside em Santa Catarina e teve problemas de saúde no decorrer desse tempo. Dinah vem com frequência a Porto Alegre para auxiliar nos cuidados com seu pai e também participar de variadas atividades com seus amigos de juventude na capital gaúcha. Iniciamos uma conversa para marcar a entrevista em 21 de março de 2019, entretanto ocorreram empecilhos nas agendas de ambas as partes e o encontro aconteceu um mês depois, em 22 de abril. Fui recebida em um apartamento que pertence ao seu pai, mas que ela e os irmãos se dividem para manter. A entrevista foi agendada para às 19h e foi caracterizada por situações singulares que, enquanto pesquisadores, estamos sujeitos. Dinah, com frequência, desviava-se das perguntas e enveredava por temas não ligados à pesquisa. Todavia, quando se dava conta pedia para que eu retomasse a questão e reorganizava seu pensamento, embora rapidamente escapasse para outros assuntos. Ainda assim, quando desliguei o áudio, após 105min, mencionou estar satisfeita com o depoimento que me cedera e considerou que havia sido a primeira vez em que conseguira se expressar com clareza. Fui presenteada com um exemplar autografado do seu livro “*Zeferina: uma cabala brasileira*”²⁸ que acabara de ser lançado pela editora Sulina.

²⁸*Zeferina – uma cabala brasileira*, de Dinah Lemos, é a narrativa sobre sentidos dos governos do Partido dos Trabalhadores – iniciados sob a liderança de Lula e interrompidos com a queda da presidenta Dilma – construída como ensaio sobre os significados do escravismo na cultura e sociedade do Brasil, e sobre as fragilidades adquiridas pelas esquerdas brasileiras desde esta matriz fundacional. As cartas escritas à tataravó, Zeferina, aos netos e a quem lê evoluem de um sentido confessional para uma experiência xamânica de aprendizagem a partir da sobreposição da escrita na árvore judaica da vida, a Cabala. O livro é uma reflexão sobre direitos fundamentais dos sapiens e, diante do fracasso capitalista, as ameaças de fratura incontornável na potência destes direitos, entre eles o “direito de ir e vir”. É o pensar reflexivo

No mês de maio de 2019, realizei a entrevista com Araeci Luz. A primeira tentativa de comunicação foi feita via Facebook. Seu nome e sua página pessoal foram indicados por Gorete Losada. Como não havia retorno de sua parte, solicitei ajuda da minha antiga orientadora do curso de especialização em Gestão e Política da Educação, Regina Scherer, que faz parte de um grupo de *whatsapp* com várias professoras da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Assim, acabei conseguindo seu número de celular o que facilitou a comunicação. Depois de uma troca de mensagens, conseguimos agendar para o dia 10 de maio, às 17h, na cafeteria Bella Gulla do Shopping Paseo, na zona sul da cidade. O lugar escolhido, num primeiro momento, foi bom porque estava vazio e facilitava o diálogo. Após às 18h, enquanto ainda realizava a entrevista, acabou tornando-se complicado pelo aumento do público e o barulho constante das mesas ao nosso redor e da cozinha. Algumas interrupções como a dos garçons e do seu celular também foram frequentes, o que acabou fazendo com que finalizássemos a entrevista depois de 1h45min. Ainda assim, avalio que foi muito produtiva, uma vez que ela teve a experiência de morar em duas casas de estudantes recém-abertas para o público feminino.

Durante o mês de maio também conheci Laura Souto. Seu nome foi indicado pela Dinah Lemos e nosso primeiro contato ocorreu via Facebook. De todas as entrevistas realizadas foi a mais fácil de agendar, o que me faz pensar no quanto havia interesse de sua parte por se narrar. Laura me cedeu seu *whatsapp* e rapidamente combinamos dela me receber em seu apartamento, no bairro Santana, no dia 17 de maio de 2019, pela manhã. Logo que cheguei, afirmou que não sabia se seria uma pessoa interessante para a pesquisa, visto que seu tempo na Casa foi curto. Expliquei-lhe, então, que o fato de ter vivido na CEU enquanto esta ainda era proibida para as mulheres seria um diferencial. Iniciamos com as perguntas mais pessoais e isso acabou tornando-se um gatilho para que ela falasse sobre toda sua história de vida, sendo que as questões mais ligadas ao tema por vezes se apagavam de sua narrativa. Avalio que esse momento foi quase terapêutico e houve muita confiança de sua parte. Desliguei o áudio após 2h50min. Saliento que mesmo após a devolução do texto transcrito Laura seguiu em contato comigo, às vezes com aproximações que em nada se ligavam ao estudo. Foi um processo que exigiu sensibilidade e delicadeza explicar-lhe que não havia a possibilidade de eu me engajar em atividades conjuntas de pesquisa sobre feminismo,

como ela vinha sugerindo em mensagens, enquanto estivesse dando andamento à dissertação.

A última conversa foi com Roselaine Aquino. Foi uma das entrevistas mais difíceis de conseguir, tendo em vista que os primeiros contatos não resultaram em nada. Durante muito tempo enviei-lhe mensagens pelas redes sociais, mas nunca obtive retorno. Recorri, mais uma vez, a minha antiga orientadora e seu grupo de *whatsapp*. Ao que tudo indica, Roselaine tem uma vida muito reservada, pois seu número também não foi fácil de adquirir e quando este me foi dado não houve resposta às minhas mensagens. Quem atuou ao meu favor foi essa antiga professora que lhe telefonou e falou sobre a pesquisa. Depois disso, nos comunicamos e combinamos um encontro para 29 de maio, às 09h, na sua casa. Ela estava sozinha e todo processo ocorreu sem interrupções. Saliento que houve um momento bem extenso de sua fala sobre as suas atividades profissionais voltadas para o âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que demonstra a sua implicação no assunto. O processo todo se encerrou após 2h10min de entrevista.

Importa destacar que todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Informado no qual me cedem os direitos de utilizar as entrevistas sem restrições de citações na pesquisa e nos seus posteriores resultados. Nesse documento, apresento o objetivo da investigação e me comprometo a esclarecer devidamente a qualquer dúvida ou necessidade de informação que as participantes venham a ter.

Apresentados esses percursos, posso afirmar que foi a partir da reunião de desse emaranhado de vestígios que se entrelaçam que vislumbrei a possibilidade de historicizar a presença das mulheres na CEU. Mesmo sabendo da impossibilidade de reconstruir o passado na sua totalidade, encontrei nessa “poeira de fragmentos” (CERTEAU, 1982, p.31) um caminho para construir uma história verossímil com o devido rigor científico.

Esse entendimento de que não é possível, restaurar o passado emerge de uma mudança de paradigma no exercício historiográfico. Nesse sentido, cabem algumas reflexões acerca das transformações que atingiram a disciplina. Ao analisarmos o século XIX encontramos um historiador preocupado em descobrir o que realmente aconteceu em tempos pretéritos. Calcado na premissa de que poderia recuperar os fatos, ele atribuiria “a verdade” aos documentos escritos e oficiais, desconsiderando tudo que não se enquadrasse nesse modelo.

É a partir do início do século XX, especialmente do movimento dos Annales²⁹, que algumas transformações começam a surgir. Nesta perspectiva, a História Cultural ganha notoriedade e a cultura passa a ser considerada como um fator de mudança social, sendo compreendida como um agente no processo de mudança histórica (PESAVENTO, 2008). No âmago dessa nova concepção sobre a História, está a de que a construção da verdade é também uma construção do historiador, o que acaba por ampliar o próprio discernimento sobre o que se compreende por fonte. A partir dessa nova mirada historiográfica qualquer vestígio do passado pode constituir-se em documento, desde que o pesquisador se faça perguntas capazes de serem respondidas a partir daquilo a que tem acesso. Importa dizer que essa narrativa histórica não é entendida como um mero ponto de vista do investigador, pois sobre ela estão investidas metodologias e o rigor científico que são próprios do ofício do historiador.

Hoje se entende que as questões são colocadas pelo presente e suscitam o olhar do pesquisador no sentido de construir uma versão daquilo que já foi. Essa mirada ao tempo passado, que é da ordem da disciplina histórica, também possibilita fazer conjecturas sobre o futuro. Koselleck (2014) afirma que a história também se refere às condições de um “futuro possível”, uma vez que os eventos que ela investiga possibilitam delinear estruturas que estabelecem, ao mesmo tempo, as condições e os limites de ações futuras. Nesse sentido, é possível pensar a CEU numa intersecção temporal, haja vista que como pesquisadora parto de uma interrogação do meu contexto atual para analisar a situação de uma moradia há 40 anos sem, no entanto, deixar de colocá-la em um “horizonte de expectativa” e pensar as possíveis condições da presença feminina nesse ambiente.

Essas análises serão discutidas de forma mais aprofundada no primeiro capítulo. Para tal, opero a partir de alguns conceitos cunhados por estudiosos que me auxiliam a pensar essas prerrogativas, como Michel de Certeau (1982) no tocante à operação historiográfica. Sobre os detalhes, as minúcias desse emaranhado de vestígios produzidos, o conceito de paradigma indiciário de Ginzburg (1989) é de suma importância. Na esteira desses pensadores, creio que é fundamental dialogar com os postulados da História Cultural, cujos estudos de Roger Chartier (2015) e Sandra

²⁹ A Escola dos Annales foi um movimento surgido na França durante a primeira metade do século XX. A historiografia passou por grandes modificações metodológicas que permitiram maior conhecimento do cotidiano do passado, por meio da incorporação de novos tipos de fontes de pesquisa. Para maiores informações consultar: BURKE, Peter. A Escola dos Annales: 1929 -1989. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

Pesavento (2008) contribuem de forma fecunda. Penso também na importância de estabelecer uma abordagem mais aprofundada sobre a CEU enquanto uma instituição educativa, de maneira que me proponho a travar um diálogo com o historiador da educação Justino de Magalhães (2004). Na sequência, teço algumas considerações sobre a história das mulheres e a sua presença na historiografia. Para tal, utilizo-me dos estudos de Michelle Perrot (2008; 2009) e Joan Scott (1995; 2011).

No capítulo dois exponho as bases metodológicas que subsidiam a dissertação. Para isso, faço uma discussão acerca do trabalho em arquivos considerando a escassez dos documentos, suas condições de organização, conservação e preservação. Teço, também, uma reflexão sobre o uso de fontes jornalísticas nas pesquisas científicas demonstrando alguns dos cuidados que esse tipo de material requer do pesquisador. Por fim, discorro sobre a memória oral enquanto documento histórico. Apresento considerações acerca das suas bases biológicas e como esse mecanismo pode ser utilizado na construção de uma narrativa histórica. Na sequência, exponho alguns elementos sobre o uso da História Oral e o conceito de “entrevista compreensiva”, que serviu como mote para a realização do processo.

No capítulo três, realizei uma descrição extensa da narrativa oral de todas entrevistadas, como forma de exibir ao leitor as possibilidades que tais documentos suscitam. Já no capítulo seguinte, as fontes são mobilizadas a dialogarem no esforço explicativo de responder aos objetivos da pesquisa. A partir do arsenal documental, foram elaboradas cinco categorias de análise que tratam da presença das mulheres na Casa do Estudante Universitário na década de 1980. Estas categorias contemplam os seguintes aspectos: a proibição da entrada das mulheres e a gestão administrativa da UFRGS e da Casa; o processo articulação dos estudantes para a “invasão” e a permanência feminina, de forma clandestina, após esse episódio; a abertura da CEU às estudantes universitárias e a convivência nesses primeiros anos enquanto moradia mista; a participação das moradoras na organização administrativa do espaço e as disputas com o público ainda majoritariamente masculino; as marcas dessa moradia estudantil no percurso de vida dessas moradoras e as representações dessa vivência na construção das suas narrativas.

Na síntese final, busquei fazer um apanhado geral do estudo, esboçando os principais objetivos de cada etapa. Procurei, junto a isso, apontar para as possibilidades de outros estudos demonstrando a potência e relevância da temática dentro do campo da

História da Educação. Finalizo fazendo um contraponto com a literatura que permeou e inspirou muitos dos debates aqui propostos.

1. APORTES TEÓRICOS: AS BASES CONCEITUAIS DA PESQUISA

Considerando que essa pesquisa tem por objetivo central investigar os processos que envolveram a “invasão” da Casa do Estudante Universitário da UFRGS ocorrida em 1980 e as suas ressonâncias na estrutura desse ambiente, bem como a consequente presença das mulheres nesse espaço, julgo importante tentar destrinchar alguns pressupostos teóricos no qual inscrevo esse trabalho. Nesse sentido, opero a construção da dissertação a partir da ideia de Michel de Certeau (1982) que entende o texto escrito como a produção de um discurso em que passado e presente se distinguem. O autor propõe uma diferenciação entre a História compreendida como esse discurso que visa criar um tipo de conhecimento e a História entendida como um conjunto de procedimentos técnicos e regras de escrita. Ele ainda aponta que o exercício historiográfico “se refere à combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita” (CERTEAU, 1982, p.65). É a partir desse viés que, nesse capítulo, esmiúço alguns desses princípios a que Certeau se refere com vistas a articulá-los a produção de um texto inserido na interface da História e da Educação.

Começo delimitando que a moradia estudantil é compreendida aqui como produtora de sujeitos e de visões de mundo. Um lugar de convivência múltipla, cuja possibilidade do exercício democrático se faz constante e, ao que tudo indica, tem o poder de marcar a vida daqueles que por ela passam. É justamente por ser entendida sob esse viés que pode ser analisada enquanto uma instituição educativa. Segundo Magalhães (2004), a educação é uma via de mão dupla, sendo construída por pessoas a partir de trocas, tanto de recursos como de referenciais. É a existência de uma relação dialógica que a torna evolutiva e complexa. O autor considera que as instituições educativas são, por excelência, o *locus* da ação educacional, o espaço onde esse câmbio acontece. Essas interlocuções ocorrem em diferentes ambientes, estendendo-se para a sociedade de forma ampla, sendo, por isso, instituição educativa um conceito polissêmico, visto que não se restringe a um ambiente formal, como a escola ou a universidade. Diz respeito a lugares que implicam capacidade de subjetivação, aperfeiçoamento e conhecimento, ou seja, espaços que acarretam “responsabilizar-se, participar, decidir, assumir e assumir-se” (MAGALHÃES, 2004, p.54).

Ao entender a CEU como um lugar de formação e propor historicização de seu passado através da perspectiva do público feminino, situo esse trabalho no campo

investigativo da História das Instituições Educativas ou, de forma mais abrangente, da História da Educação. Ambas são zonas limítrofes, fronteiriças, na qual os conceitos e metodologias são próprios da disciplina histórica, mas cujo teor permite uma “reflexão sobre os processos educativos pelo qual a humanidade elabora a si mesma”. (STEPHANOU; BASTOS, 2011, p. 424) E é amparado nessa linha divisória que o estudo possibilita promover a construção de um conhecimento e também (re)pensar as instituições educativas no tempo presente.

Enquanto campo de pesquisas, a História da Educação é múltipla, contemplando diferentes temas e interesses de análise. Sua preocupação centra-se em produzir estudos que possam perpassar tanto a educação formal como os demais processos de socialização de crianças, jovens e adultos. Sua emergência como campo de pesquisa se dá a partir de uma virada epistemológica no âmbito da historiografia, ocorrida na segunda metade do século XX, que adveio do declínio das grandes explicações e sínteses globalizantes. Essa reviravolta epistêmica permitiu a insurgência de novos atores sociais, o que veio a redefinir o entendimento sobre fontes e também a amplificar as temáticas e os objetos de investigação. Além de abrir caminhos para novas perspectivas de análises, Cunha (1999) pontua que essas transformações deram também uma dimensão mais humana à pesquisa científica. Os sentimentos, as sensibilidades e as emoções passaram a figurar como importantes “forças mobilizadoras do social” (CUNHA, 1999, p. 40).

Essa nova mirada, erigida a partir do que se convencionou nomear de História Cultural, possibilitou uma maior interdisciplinaridade com outras áreas, como a Antropologia e a Psicologia Social. Peter Burke (2011) pontua que esse diálogo, embora frutífero sob muitos aspectos, também levou a um afastamento dos historiadores entre si, sendo mais fácil estabelecer uma conversa com os antropólogos do que entre os próprios pares. Por outro lado, o autor chama atenção para o fato de que, atualmente, há um grande volume de historiadores da cultura que assumem sua posição e, enquanto tal recusam-se a permanecer em uma zona límbica da disciplina.

É, portanto, nesse ínterim de ressignificações da História enquanto disciplina que o sujeito, até então renegado a um plano secundário, passa a figurar como agente de mudanças sociais. Há um movimento de valorização do sujeito. Esse reconhecimento possibilitou que grupos ignorados e marginalizados pela historiografia, como mulheres, crianças, negros, loucos e outros tantos ganhassem evidência. Essa abordagem provocou uma crise entre os historiadores mais ortodoxos, não apenas por dilatar as temáticas,

mas por indicar que não há uma história única. O que se deixa ver é que existem histórias, no plural, e elas são escritas e reescritas tanto no tempo como no espaço por diferentes grupos sociais, sendo suas versões dificilmente conciliáveis entre si.

A História Cultural enfrentou críticas principalmente no que tange a sua abordagem teórica. Os estudiosos contrários às suas proposições a definiam como imprecisa e excessivamente redutível, incapaz de dar uma dimensão substancial e abrangente. Respondendo a essas críticas emergiu na Itália uma coleção, organizada pelos historiadores Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, intitulada *Microstorie*. Essa coleção fez muito sucesso por apresentar, de forma inovadora, novas abordagens dos objetos de pesquisa, o que veio a influenciar historiadores em várias partes do mundo.

Foi Ginzburg (1989) quem cunhou o conceito de micro-história, que é uma forma de se pesquisar e escrever História na qual a escala de observação é reduzida, sem deixar de levar em consideração as estruturas estabelecidas pela história geral. A proposta dele é que o historiador desenvolva uma delimitação temática extremamente específica em questão de temporalidade e de espaço para conseguir observar realidades que não são retratadas pela História Geral. É sob essa ótica que a investigação sobre a presença das mulheres na CEU permite avistar e principalmente dialogar com o cenário mais global das conquistas femininas na década de 1980.

Tendo em vista essa mudança de paradigma, de uma História que sai da concepção totalizante e se volta para as análises micro, ressignificando não só os assuntos e objetos, mas a compreensão do que são documentos históricos, o pesquisador abandona a busca por verdades absolutas para trabalhar com as dúvidas. São as suspeitas que passam a movimentar o trabalho científico. A noção de que o tempo pretérito seria passível de um resgate integral perde força, dando espaço a uma interpretação possível desse passado. Volta-se a compreender a História como uma narrativa. O que fora concebido de uma maneira pode vir a tomar outra forma se construído sob outro ponto de vista. François Hartog (1998) argumenta que a História, durante o século XIX, renegou a sua tarefa de narrar porque isso a aproximava do ato simples de relatar, não sendo, assim, considerada uma ciência. Foi na ânsia de consolidá-la enquanto disciplina e campo científico, que os historiadores se voltaram para uma história conjectural, cujo status advinha da fórmula de comprovação dos fatos, ou é verídico ou é refutável, sendo as repetições fundamentais na sua estrutura de análise. O autor se pergunta se o fato de omitir tanto o acontecimento quanto o indivíduo da História teriam sido suficientes para escapar à narrativa. Michel de Certeau

(1982) respondeu a essa questão, mesmo antes da pergunta elaborada por seu contemporâneo, afirmando que a História é sempre uma prática que resulta em um discurso, e este, independente de sua forma, será sempre uma narrativa.

O discurso histórico constrói-se, então, sob a égide da suspeição da narrativa. Nessa lógica, o conceito de representação se faz fundamental dentro dessa análise já que ocupa uma posição dupla: a de se colocar no lugar daquilo que aconteceu e de lhe atribuir um significado. Seu lugar é o presente, embora seu conteúdo remeta a um tempo transcorrido. Representar não significa tornar verídico. Sua função não é ser uma cópia autêntica, tampouco funcionar como espelho, constituindo-se como reflexo do passado. Seu sentido é ocupar um lugar ausente, lugar esse construído pelo historiador a partir de fragmentos daquilo que já se foi. Sandra Pesavento (2000) afirma que “a força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social” (p. 22). Nesse sentido, a proposição da História Cultural é produzir sobre esse passado uma inteligibilidade, tentando iluminá-lo a partir de movimentos de aproximação. Ao apontar para a reflexão dos historiadores sobre essa fenda existente entre o passado e a representação, Roger Chartier assinala que foi possível o desenvolvimento de um maior entendimento sobre a História, sendo esta entendida como “uma escritura construída a partir de figuras retóricas e de estruturas narrativas que também são as de ficção” (CHARTIER, 2015, p. 12).

Esse desdobramento da escrita da história enquanto “ficção controlada” (PESAVENTO, 2008), como uma disciplina que partilha seus saberes com a imaginação, o que a aproxima da literatura, é motivo de inúmeras disputas entre os historiadores. Há grupos que divergem sobre o seu produto discursivo. No entanto, alguns autores consideram que ela distingue-se do romance porque se apoia em técnicas e operações específicas. Certeau (1982) considera que a História entraria em declínio caso houvesse um rompimento efetivo com a estrutura histórica que consiste em articular o seu objeto com a sociedade que ele reflete. Para o autor, a história não é a lenda a que foi reduzida, tampouco a única disciplina capaz de desenvolver uma análise crítica sobre o passado. Ela situa-se nas fronteiras que separam essas duas posições.

Sob essa ótica, a pesquisa exigiu o esforço de transpor-me a outro período, um tempo do qual não fiz parte, não vivi e tampouco experimentei. Coube a mim, pesquisadora, a tarefa de produzir uma inteligibilidade a partir das fontes, mas sem escapar da tarefa de imaginar as dinâmicas que moveram aquelas jovens mulheres, distintas em sua composição, a ingressarem em um espaço que lhes era negado.

Também exigiu diligência ao tentar me transpor a um ambiente que nunca fez parte da minha realidade, como uma casa de estudantes. Desse modo, deslocar-me em outras temporalidades, procurando analisar como as mulheres se sentiam habitando um local onde inicialmente eram minoria, quais suas preocupações, perspectivas de futuro, visões de mundo, o que as oprimia ou as libertava naquele ambiente constituiu-se em um exercício sensível.

Buscar captar esses rastros do tempo que me chegavam desfigurados e provocavam estranhamento, tendo de transformá-los em uma representação por meio da escrita de uma narrativa histórica foi um desafio. Saber que jamais poderei alcançar a totalidade desse passado é, por um lado, assustador porque inculca muitas dúvidas. Por outro, é a clareza de que uma pesquisa possui limites, que ela não comporta tudo e que sempre haverá a possibilidade de recriá-la sob outra perspectiva.

Por tudo exposto até aqui, é possível afirmar que a linha entre a História e a ficção é tênue, ambas se constroem pelo imaginário e, cada qual a seu modo, tem uma forma de dar a conhecer ao mundo. Ricoeur (2007) estabelece que a ficcionalização da história está presente na capacidade imaginativa de construir uma trama. Para ele, não é possível pensar a narrativa que passa a representar o acontecido sem levar em conta a presença da criação ficcional, tanto da escrita quanto da leitura. Há, segundo o autor, uma relação entre o que se opera no domínio da construção da narrativa histórica e o passado que se busca preservar (representância) e o domínio da leitura, ou seja, a relação entre o mundo do texto e aquele que o lê (significância).

Entretanto, ainda que essa fronteira seja sutil, é importante observar que o romance literário não opera sob o regime de intenção de verdade, não tendo o compromisso com o real. O historiador, diferentemente, busca por meio de um conjunto de técnicas e documentos conduzir o leitor ao caminho que ele percorreu, operando sob o critério da plausibilidade e verossimilhança. Ginzburg (1989) afirma que o fato da história compreender a sua condição de narrativa não implica negar-lhe o conhecimento, mas atribuir-lhe um sentido, um conhecimento com intenção de verdade construído a partir de uma análise rigorosa. O autor, ao se referir à investigação criteriosa no campo da historiografia, cunhou o conceito de paradigma indiciário, comparando a disciplina da história a outras áreas de pesquisa como as ciências criminais, a medicina e a psicanálise.

Para ele, tanto a história quanto os campos acima citados partilham da prática de rastreamento de sinais, indícios, signos que remetem a algum evento, mas sem captá-lo

em sua integridade. A medicina, por exemplo, orienta-se pelos sinais de enfermidade que um corpo apresenta. Da mesma forma, um perito criminal analisa a cena de um crime por meio dos vestígios, pegadas, daí as aproximações com detetives famosos da literatura como Sherlock Holmes ou Miss Marple, mencionada na introdução do texto. Ginzburg diagnosticou que há uma forma de conhecimento que pode estar na fronteira entre a rigidez das ciências naturais, que operam por demonstração e verificação empírica de dados, e outras formas científicas como a história, por exemplo. Entre essa linha divisória estaria o paradigma, ou seja, o modelo e o indiciário, que resulta em uma forma de trabalhar rastreando sinais tal como um caçador. Nessa lógica, o conceito cunhado pelo historiador italiano seria um imperativo para a disciplina histórica tendo em vista que seu objeto de análise situa-se em um tempo já transcorrido, sendo, por isso, impossível acessá-lo integralmente, de forma que a única maneira de aproximar-se dele seria por meio desses restos de passado. Nesse sentido, é possível pensar em todo o caminho percorrido para a produção de fontes dessa pesquisa, cujos vestígios, os detalhes captados, são os alicerces da construção de uma versão possível da presença feminina na Casa do Estudante Universitário.

Importa trazer a essa discussão que a História não se limita a um conhecimento que vise refutar falsificações, como é comum acompanharmos em determinados segmentos editoriais e principalmente programas televisivos. Ela tem uma capacidade crítica e interpretativa e é sob esse viés que deve se submeter a critérios de validação. Chartier (2015) aponta para a necessidade dos historiadores retomarem essa discussão, justamente pela constante ameaça de se criar um passado imaginado. O negacionismo, tão presente em períodos de conturbação política, é um bom exemplo de como esse debate precisa ser revisto constantemente. A reflexão sob as condições que permitem a história construir um discurso, com base na representação, são fundamentais para torná-la independente da memória e da ficção.

Por compreender que o trabalho de investigação é composto de bases conceituais que auxiliam a dialogar com o trabalho empírico, no capítulo em que exponho a metodologia empreendida discorrerei com maior detalhamento as estratégias e as escolhas teóricas feitas no campo da memória. No entanto, considero importante já traçar algumas das diferenças que se impõem entre memória e História. Embora a primeira seja fundamental para a existência da segunda elas não podem ser colocadas sob o mesmo patamar. As operações que as regem são díspares. A História, como já foi dito, é um trabalho de produção de conhecimento, cabe a ela o estranhamento, o colocar

seu objeto em suspeição e imputar-lhe perguntas. Sua tarefa consiste em uma tentativa de validação, no tempo presente, de uma interpretação possível do passado. O esforço do historiador está em produzir um texto argumentativo, inteligível, que vise convencer o leitor que a narração desse tempo pretérito é verídica, embora saibamos que essa veracidade jamais será definitiva. Nesse caso, a memória é um instrumento, um indício, um documento que possibilita ao historiador uma aproximação com o passado. Sua principal característica está na possibilidade de capturar nuances do vivido, do sentido e do experimentado.

A memória percorre caminhos complexos, difusos. Há sempre uma região de névoa que a encobre. Beatriz Sarlo afirma que há “algo de inabordável no passado” (SARLO, 2007, p.9) e isso se dá porque a função mnemônica carrega consigo algo de movediço e indecifrável. Além do mais, ela possui uma característica ambígua, na medida em que nos remete àquilo que já foi — seu produto é da ordem do passado, mas sua materialização acontece no tempo presente. A História, por sua vez, opera nesse duplo sentido. Michel de Certeau (1982) afirma que o historiador não escapa desse movimento de transitoriedade entre os distintos tempos. Para ele, a História é “fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, e a história não para de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas.” (CERTEAU, 1982 p. 45).

Considerando que a pesquisa se utiliza, entre outros documentos, das memórias orais e entendendo que elas são constantemente ressignificadas, considero fundamental trazer uma discussão acerca da experiência, visto que ao tomar essas memórias como simples registro, sem a devida contextualização e análise crítica, correria o risco de simplificar o entendimento desse passado.

Joan Scott no artigo “A invisibilidade da experiência”, aponta o quanto o uso da experiência pode tornar-se perigoso se não submetido a uma historicidade. A autora demonstra como essa estrutura de análise pode se manter confortável dentro da disciplina da história mesmo quando operando a partir de regras que coloquem em xeque velhas narrativas. Segundo Scott (1998), há, quando se trata da experiência, a noção de que a origem do conhecimento provém diretamente do sujeito, sendo o historiador aquele que simplesmente narra. Nesse sentido, tomam-se como naturais as identidades e os sistemas ideológicos o que, por conseguinte, mais reproduz do que permite um exame crítico dessas construções. Ao tecer sua crítica, ela destaca que é preciso tomar a experiência desses sujeitos como históricas, contextualizando-as em

busca de explicações. Isso significa “presumir que a emergência de uma nova identidade não é inevitável ou determinada, não é algo que sempre existiu aguardando para ser expresso” (SCOTT, 1998, p. 319), mas, sim, algo que foi construído e pode ser ressignificado em determinado momento histórico. É nesse sentido que as memórias orais, embora consideradas como verdade para quem relata sua experiência, devem ser colocadas sob uma análise crítica por parte do historiador.

Seguindo nos aportes teóricos que subsidiam a pesquisa, julgo necessário abordar o fato das mulheres tornarem-se um objeto de interesse no campo historiografia, haja vista que esse trabalho gira em torno da presença de feminina em uma casa de estudantes e que esta se insere dentro de um contexto social e político. É preciso ter claro, ao tratar da história das mulheres, que, muitas vezes, na intenção de demonstrar a sua importância, caímos na tentação de idealizar ou romantizar esse processo. Portanto, o que me cabe é tentar evitar as possíveis ciladas que essa aproximação possa colocar.

Michelle Perrot, assim como outros historiadores, pontua que o relato histórico é uma seleção que está intimamente ligada ao presente e às escolhas do escritor. Para ela, a escrita da história é “[...] uma sequência dos fatos, das mudanças, das relações, das acumulações que tecem o devir da sociedade, mas também o relato que se faz de tudo isso” (PERROT, 2007, p. 16). Nesse sentido, a história não é somente um somatório de acontecimentos, mas aquilo que se opta por narrar. E as mulheres, ao longo dos séculos, foram abstraídas dessa narrativa escrita. Escolheu-se não registrar suas falas, suas ações, suas memórias. A autora salienta que o esquecimento a que as mulheres foram relegadas não pode ser compreendido como uma simples e acidental perda da memória, mas como o resultado de uma exclusão consecutiva à própria definição de história, produzida a partir dos poderes, dos grandes eventos e guerras. Nesse contexto, as mulheres não podiam aparecer senão como figurantes, pessoas sem voz. Quando eram representadas, faziam-no “penetrando por arrombamento ou a título de exceção - as mulheres “excepcionais”, heroicas, santas ou escandalosas” (PERROT, 2009, p.112) o que colocava à sombra a massa das outras mulheres.

No século XIX, quando a História se constituiu como disciplina acadêmica e um saber instituído, houve uma tentativa incipiente de rompimento com esse silenciamento. Mas, ao assimilar as mulheres à natureza e os homens à cultura e ao atribuir a elas o papel maternal como norma, o que aconteceu foi uma reprodução da ideologia dominante. Na emergência do Positivismo, no final do mesmo século, a História acabou centrando-se na política. Instância “de caráter assexuado” (PERROT,

2009, p. 112), segundo a historiadora francesa. É também Hahner que, ao tratar das influências positivistas na escrita da história, ressalta o quanto ela se desenvolvia de forma a manter o poder masculino.

[...] Os homens enquanto transmissores tradicionais de cultura na sociedade, incluindo o registro histórico, veicularam aquilo que consideravam e julgavam importante. Na medida em que as atividades das mulheres se diferenciavam consideravelmente das suas, elas foram consideradas sem significação e até indignas de menção. Por isso as mulheres permanecem à margem das principais relações do desenvolvimento histórico (HAHNER, 1981, p. 14).

Com as mudanças de paradigmas nas Ciências Humanas e o advento de uma História Social, interessada em valorizar os marginalizados da sociedade, se viu uma possibilidade para a reescrita dos acontecimentos. Abriu-se uma brecha para inclusão das mulheres. Contudo, a História Social, desenvolvida a partir da perspectiva marxista, na qual a relação entre homens e mulheres estava vinculada diretamente a ideia de embates entre as classes sociais, acabou por não proporcionar, de fato, um exame das relações entre os sexos, haja vista que as mulheres não se viam como uma classe social lutando contra os homens. Como afirmou Simone de Beauvoir “nem sempre houve proletários, mas sempre houve mulheres” (BEAUVOIR, 1970, p.12). De acordo com esse entendimento, os conceitos marxistas acabaram por não resolver a problemática de uma história voltada para a análise das mulheres.

Ainda assim, a visão marxista proporcionou vários estudos sobre o trabalho das operárias, tendo em vista que o final do século XIX foi marcado pela aceitação feminina no meio industrial. Essas pesquisas foram de grande importância para se repensarem algumas definições para o próprio feminismo. Tais discussões se deram com mais afinco quando a Antropologia e a História Social passaram a reanalisar o movimento, desvinculando-se do marxismo (GONÇALVES, 2015). Cabe destacar que, nos Estados Unidos, na década de 1960, houve uma conexão muito forte entre a história das mulheres e a política. Essa relação foi marcada por uma grande complexidade. Joan Scott (2011) pontua que nesse período as ativistas feministas reivindicavam uma história que considerasse as explicações sobre a opressão a que as mulheres eram submetidas. Houve, nesse sentido, uma espécie de chamamento para que as feministas inseridas no meio acadêmico “dirigissem sua erudição para uma atividade política mais ampla” (SCOTT, 2011, p. 66).

Michel Foucault também foi um teórico que, em certa medida, contribuiu com novos focos de estudos para a escrita da história das mulheres. Para o filósofo francês, a análise das fontes podia ser construída sob outras óticas, já que ele se propunha a analisar o exercício do poder nos seus mais variados discursos. Ele expunha que o poder não se dava somente de maneira institucional, via Estado, mas também no cotidiano das pessoas, que é regido por aquilo que ele designou de “relações de poder”. Tais relações seriam construídas a partir de um discurso maior, que nortearia a sociedade como um todo. Em suas palavras “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Nesse sentido, é por meio da obtenção do poder, ou mesmo de sua manutenção, que se formam os mais variados discursos. Essa relação é possível identificar, por exemplo, no discurso biológico utilizado para justificar a distinção dos sexos pelo fenótipo. O que colocava a mulher como sendo a parte inferior dessa relação, no qual a sua caracterização se dá pelas marcas de seu corpo.

O discurso biologicista acabou universalizando e naturalizando a ideia de gênero como sendo determinado pelas diferenças sexuais entre os corpos. Simone de Beauvoir incide uma desmitificação sobre esse pensamento ao afirmar que a mulher acaba se definindo a partir do que vem a ser o homem e o corpo da mulher é distinguido a partir do corpo do homem: “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela, a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o sujeito, o absoluto; ela é o outro” (BEAUVOIR, 1970, p.10).

Com a evolução dessas discussões na década de 1980 e o espaço aberto, dado pelos debates que se realizaram no campo historiográfico desde o período pós-guerra, os movimentos feministas e seus aliados ampliaram a discussão teórica propondo uma nova categoria de análise para a história: o gênero. Uma dos expoentes desse campo é Joan Scott, para quem gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos.

O termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um determinador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar a luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” (SCOTT, 1995, p. 75).

Gênero, nessa perspectiva, é uma construção histórica e cultural, constituindo-se a partir do conhecimento produzido pelos discursos imbricados nas relações de poder. São os efeitos e as consequências das representações contidas nesses discursos que influenciam a construção das identidades de gênero. Nesse sentido, esta categoria tornou-se uma ferramenta analítica e teórica na luta contra as desigualdades entre homens e mulheres.

Por isso, importa dizer que a investigação sobre a busca das mulheres por um espaço de moradia na CEU tem relação direta com as normas culturais. Foram os fatores relacionais, instituídos na sociedade, que fizeram com que a presença feminina fosse proibida na Casa. Logo, as desigualdades entre os sexos (e dentro dele) devem ser teorizadas para que seja possível compreender melhor esse movimento sobre uma moradia mista no ensino superior na década de 1980.

A categoria gênero também auxilia porque demonstra que as diferenças entre os sexos são construções sociais e culturais sujeitas a variações. Cada sociedade atribui diferentes significados às características e às atitudes dos grupos sociais, e esses significados não são fixos, tampouco imutáveis. Guacira Lopes Louro (2011) afirma que a potencialidade do conceito reside talvez nesta noção, de que se trata de uma construção cultural contínua, sempre inconclusa e relacional. Além disso, a categoria gênero não inclui somente a história das mulheres, mas uma problematização sobre elas em relação aos homens. Trata-se de investigar o não dito sobre as mulheres e o papel que exerciam em determinados contextos e momentos históricos, em contraponto aos homens.

Esses aportes são importantes para analisar o processo de inserção feminina num espaço masculino, buscando os fatores que as fizeram estar lá. Não se trata de construir uma história, no sentido romântico, de vitória das mulheres. Mas, sim, de compreender que foi um momento específico e determinado em que um grupo de mulheres, distintas entre si, diante das questões políticas, sociais e educacionais da época tiveram condições de ingressar na CEU e garantir seu acesso ao ensino superior.

Importa trazer que todo esse arsenal teórico exposto até aqui contribuiu para a reflexão e construção desse estudo. Entendo que teoria e a empiria não podem ser eixos separados e recorrendo a metáfora usada no primeiro capítulo, a construção desse mosaico se deu na intersecção de ambas. Analisar as ressonâncias da “invasão” de 1980 e como se deu a presença das mulheres na CEU é uma das respostas que busquei e da qual essas regras do fazer historiográfico me permitiram possibilidades de resposta. De

forma que, no capítulo seguinte, exponho ao leitor a metodologia empregada na formulação desse estudo articulada aos referenciais aqui explicitados.

2. MEMÓRIA: UM DIÁLOGO ENTRE ARQUIVO, IMPRENSA E HISTÓRIA ORAL

Início essa seção chamando atenção para o fato que a pesquisa é uma prática. Justamente por ser entendida como tal é que ela está sujeita a erros e acertos. O domínio de métodos, bem como a intersecção destes com a teoria, se dá por meio de uma elaboração constante. A metodologia, nesse sentido, consiste em um modo concreto de desenvolver a pesquisa em cada uma de suas etapas. É o caminho, mas não um caminho aleatório. Ela é escolhida de maneira a concatenar tanto as orientações teóricas como a investigação empírica. Por outro lado, as regras do fazer historiográfico que são empregadas na investigação correspondem ao modo prático, é literalmente o “colocar a mão na massa”. Nessa perspectiva, discuto, a seguir, algumas questões referentes ao suporte metodológico da pesquisa articulado a estudos teóricos.

2.1 Entre o Arquivo da CEU e a imprensa gaúcha: dúvidas e possibilidades

O que guardar? Por que guardar? Problematizar a presença ou a ausência de documentos parece-me um princípio fundamental na elaboração de uma pesquisa histórica. O que fica e aquilo que é descartado têm muito a dizer, pois pode evidenciar disputas, conflitos e significados de uma determinada época. O documento deve ser entendido como algo fabricado por uma conjuntura. É papel do historiador inquiri-lo e criticá-lo para que não o tome como uma verdade que expõe os fatos por si só, capaz de revelar o passado tal qual ele foi vivido. Jacques Le Goff (1996) afirma que os documentos não são neutros. O autor busca chamar atenção para o fato de que o documento é sempre criado por uma pessoa ou grupo e, portanto, há interesses em jogo. É nesse sentido que ele deve ser desnudado de sua roupagem “oficial” e vestido sob a análise do historiador.

Conforme já foi apresentado na parte introdutória da dissertação, um dos movimentos realizados no levantamento de fontes foi a visita ao Arquivo da Casa do Estudante Universitário da UFRGS. Somente após negociações — tempos de pausas e investidas — que consegui acessar a sala escura da CEU e suas prateleiras repletas de caixas etiquetadas como “arquivo morto”. Embora tenham sido produzidas valiosas fontes, é a denominação de “morto” que chama atenção, pois encaminha para uma

discussão sobre o seu valor. De novo, refaço-me a pergunta: o que deve ser guardado? Cunha (2008) afirma que é aquilo que o ser humano guarda que possibilita ao historiador condições para reconfigurar o passado. Para ela, guardar consiste em “proteger documentos e papéis avulsos da corrosão temporal para melhor partilhar, preservar e tornar vivo o que, pela passagem do tempo, deveria ser consumido, esquecido, destruído, virado lixo” (CUNHA, 2008, p. 112).

Nesse sentido, é importante discutir a respeito da preservação, da guarda, avaliação e descarte de materiais, visto que essas ações se configuram como impasses na investigação histórica. Vidal (2000), em um de seus estudos, sinaliza alguns movimentos importantes em torno da salvaguarda. A autora afirma que a tarefa envolve diferentes estágios de análise, sendo necessário o envolvimento de uma equipe multidisciplinar para desenvolvê-la. No seu entendimento, guardar está longe de ser uma acumulação desmedida de tudo que é produzido. Pelo contrário, envolve uma triagem minuciosa e um descarte consciente. Ela também frisa a importância de se criarem condições, ainda que mínimas, para sobrevivência dos materiais, o que envolve técnicas de tratamento, acondicionamento, além do registro em banco de dados e catálogos.

O processo de guarda demanda um esforço de recursos, tanto material quanto pessoal, que a CEU, sem o devido apoio de outras áreas da Universidade, não consegue efetivar. No entanto, o mínimo exercício de registros e acondicionamento poderia ser pensado para que futuras pesquisas que envolvam a Casa possam ser desenvolvidas. Investir nessas práticas significaria não qualificar esse arquivo enquanto “morto”, mas compreendê-lo a partir de uma variabilidade e multiplicidade. Arlete Farge afirma que “não se ressuscitam vidas em um arquivo, mas isso não significa deixá-las morrer uma segunda vez” (FARGE, 2008, p. 117). Ou seja, o arquivo vive na intenção do pesquisador em produzir conhecimento. Nesse sentido, faz-se necessária uma política de gestão da documentação no Arquivo da CEU, para que estes materiais deixem de ser vistos como papéis sem utilidade e possam ser compreendidos como possíveis documentos históricos, a depender daquilo que o investigador pretende estudar.

Outro ponto que merece destaque é a forma de organização que pode indicar muitas informações, como também ocultar, já que estão disponíveis a partir da eleição de determinados sujeitos. Poderíamos nos perguntar por que não foram guardadas as fichas dos antigos moradores? Onde estão os registros das primeiras mulheres que ingressaram na Casa? Como se sabe, um documento pode aparentemente não servir aos

interesses de um pesquisador, mas ser valioso se olhado de forma minuciosa. Daí, mais uma vez, a importância do conceito de “paradigma indiciário” cunhado por Ginzburg (1989). Reforço que foi munida desse olhar investigativo, aliado à minha intuição, que consegui garimpar documentos que pudessem auxiliar a compreender a presença das mulheres na CEU. Foi ao selecioná-los que os transformei em documentos históricos. Logo, é parte da pesquisa não se contentar apenas com a classificação dada pelos responsáveis pela guarda do material, no meu caso, etiquetados como “morto”. É preciso ir além, percebendo-os como rastros a serem perseguidos.

No quadro número 1, exposto na introdução, listei todas as fontes que selecionei para compor esse mosaico. Nem tudo foi introduzido nas análises dessa dissertação, mas esse arsenal documental possibilitou comparar e contrapor, permitindo fazer aquilo que Cunha sugere: “cruzar as variadas fontes e iluminar o objeto a partir de vários ângulos” (CUNHA, 1999, p. 42).

Um segundo momento da investigação ocorreu em arquivos públicos e no setor de comunicação da Universidade. Foram consultados jornais que remetem ao período da construção da Casa do Estudante Universitário, da sua invasão pelas mulheres até sua transformação em uma moradia mista. Fiz anotações a respeito dos jornais, mas, de forma geral, o que interessava foi fotografado, o que viabilizou o tempo.

É importante destacar que durante muito tempo a imprensa foi vista com certa resistência no campo da pesquisa histórica por se considerar que os periódicos demonstram inexatidão, imparcialidade e tendenciosidade, onde o conteúdo está determinado por uma linha editorial recebendo assim influências que poderiam fazer de uma notícia verdade ou não. Luca (2008) ressalta que ao se trabalhar com jornais é preciso dar ênfase aos temas, linguagem, conteúdo, quem escreve o discurso, a que público o jornal ou revista pretendeu atingir e a qual linha editorial o periódico se vinculava. Dar destaque a tais fatores privilegia a atenção aos múltiplos significados que podem trazer uma reportagem de jornal, compreendendo o interesse da disseminação de tal notícia, pois só por se tornar uma reportagem gera muitas questões a serem debatidas.

Os jornais produzem uma verdade e nele encontramos, além de reportagens, algumas imagens que tem o intento não apenas de retratar o acontecimento, mas de fazê-los um fato indiscutível. Mas, como todo documento, a imagem fotográfica é uma produção intencional de uma pessoa (que pode ou não ser profissional) que desejou transmitir um acontecimento de uma determinada forma. O ângulo, os personagens, o

cenário tudo o que compõem uma fotografia é escolhido por uma pessoa, não podendo, nesse sentido, ser vista de forma ingênua como um retrato fiel do que aconteceu.

Reforço, mais uma vez, que nem todos os vestígios levantados para a pesquisa comparecerão nas análises. Foram selecionados documentos diversos, levando em consideração a história que me propus contar. No entanto, considero que o esforço em fazer essa busca em diferentes espaços se deu no compromisso de tentar colocar em diálogo mais de uma perspectiva sobre o passado da Casa e de construir uma narrativa plausível. Essa caminhada é parte do fazer científico. Por isso, deixo explicitado ao leitor que o arsenal documental registrado na introdução pode servir como insight ou ponto de partida para futuras investigações, não somente minhas como de outros interessados em abordar a Casa do Estudante Universitário da UFRGS por diferentes perspectivas. Dito isso, procuro refletir, nas páginas seguintes, acerca das relações entre memória e História Oral e as razões da empregabilidade dessa metodologia nesse estudo. Faço também uma descrição amplificada dos percursos de vida de cada entrevistada, tentando demonstrar os diferentes caminhos que as levaram a se relacionar com a CEU.

2.2 A interface entre memória e a História Oral

Como demonstrei até aqui, essa dissertação se construiu a partir de variadas fontes. Embora todo esse corpus compareça ao longo da narrativa historiadora que construí a escolha metodológica que mais comparece é a História Oral. Optei por seguir esse caminho sem invalidar os demais que trilhei, fazendo uma mescla de ambos, ou seguindo a metáfora criada na introdução, construindo um mosaico inteligível a partir de vários fragmentos do passado. A análise dos documentos orais tem um peso maior por se tratar da escolha preponderante. Justamente por isso, julgo necessário esclarecer ao leitor o porquê dessa opção, trazendo um pouco dos caminhos teóricos que me levaram a torná-la prevalente nessa pesquisa.

Entendo que a História Oral potencializa a capacidade de captar os sentimentos tanto de quem participou do movimento de “invasão” bem como de quem experimentou habitar a CEU na sua primeira década como moradia mista. Tais emoções dificilmente seriam traduzidas em documentações institucionais, o que coloca essa metodologia no

espectro das sensibilidades³⁰. Dessa forma, torna-se um desafio recuperar vestígios desse passado por meio da memória e transformá-los em documentos históricos. É preciso ter clareza que estes indícios, expressos por meio da fala, são memórias e não “a história”. Entretanto, nutrem a investigação e, através da operação historiográfica, são capazes de produzir versões possíveis da história dessa Casa. Apoio-me, então, na abordagem de Paul Ricoeur para quem a memória é a matriz da História e, segundo o qual, “não temos nada melhor do que ela para significar o que aconteceu no passado”. E nesse sentido, “o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história” (RICOUER, 2007, p. 41).

Ancorada nesse postulado, teço algumas considerações sobre memória. Primeiro, enquanto mecanismo cerebral, com vistas a dar um entendimento da sua raiz biológica. Segundo, à luz da história, a fim de compreender melhor a sua estreita relação com esse campo de conhecimento.

Nos últimos anos, as pesquisas sobre educação e desenvolvimento humano vêm demonstrando que a memória está dissociada da técnica de memorização, não sendo compreendida apenas como um acúmulo de informações. Um dos principais expoentes do campo de estudos biológicos da memória é Ivan Izquierdo³¹, cujo entendimento sobre o tema abrange desde os mais desconhecidos mecanismos que operam no cérebro até a história de cada civilização ou povo, incluindo as memórias individuais de pessoas e animais (IZQUIERDO, 2011). Para o pesquisador, a formação de uma memória não consiste na separação entre os aspectos biológicos e as experiências vividas por cada indivíduo, mas na intersecção de ambos.

Sabendo que a memória opera por diferentes vias e que essas etapas acontecem em partes distintas do sistema neuronal humano, é possível afirmar que existem tantas memórias quantas forem as experiências acumuladas ao longo da vida. As memórias mais duradouras, em grande parte, estão envoltas por aquilo que o médico chama de fatores moduladores: os sentimentos. A ansiedade, a motivação, a atenção que damos a algo ou alguém interferem no processo de formação e posteriormente de evocação de nossas memórias. São esses fatores que explicam porque guardamos por um longo

³⁰ Sandra Pesavento (2008) propõe que as sensibilidades estão expressas nas palavras, nos ritos, nas imagens e objetos da vida, nos espaços habitados e suas materialidades. Para ela, o sensível não necessariamente se refere a algo que tenha uma existência real, mas ao sentido que se confere à determinada experiência vivida.

³¹ Iván Izquierdo é doutor em Medicina e foi professor titular de Bioquímica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo sido um dos pioneiros no estudo da neurobiologia da memória. Foi coordenador do Centro de Memória do Instituto do Cérebro da Pontifícia Universidade Católica.

período algo/alguém e nos esquecemos de outras com tanta facilidade. Sob essa ótica, a lembrança e o esquecimento podem ser entendidos como componentes da memória, não sendo possível exercermos um controle preciso sobre eles.

Um dos maiores medos do ser humano está relacionado à perda da memória: a falta de capacidade de organizar os pensamentos, de nomear o mundo e as coisas, de reconhecer a si e aos outros nos múltiplos relacionamentos. Quando a memória se esvai, permanece uma zona de sombra, havendo uma crise ou perda de identidade. Um bom exemplo é o filme *Amnésia*, do diretor britânico Christopher Nolan, cujo personagem principal passa por um trauma e acaba perdendo suas memórias. Desesperado por reconstituir pedaços de sua própria história e compreender o que o levou a estar naquela situação, ele inicia uma investigação anotando todos os fragmentos de seu passado no próprio corpo que se torna um escudo contra o esquecimento. Para Leonard, é por meio desses rastros do tempo que persegue (e registra) que poderá reencontrar e reconstituir sua identidade. A narrativa cinematográfica de Nolan ilustra que embora esqueçamos mais do que propriamente lembramos, são nossas memórias que nos constituem, somos aquilo que lembramos e “o acervo de nossas memórias faz com que cada um de nós seja o que é: um indivíduo, um ser para o qual não existe outro idêntico” (IZQUIERDO, 2011, p. 11).

No entanto, é importante destacar que a memória humana, tão complexa na sua estrutura e no seu funcionamento, precisa do esquecimento para não se sobrecarregar. Ao contrário do personagem *Funes o memorioso*³², não temos condições de guardar todas as informações que recebemos. Daí a diferenciação que ele propõe entre memória e memorização. Portanto, o esquecimento não é sempre considerado um problema, mas um processo natural e necessário para o funcionamento da memória.

Compreendendo que a memória oral é um mecanismo cerebral influenciado pelo estado emocional e pelo presente do interlocutor, por isso mesmo imprecisa e com zonas sombrias de esquecimento e confusão, pode ela ser considerada enquanto documento histórico? Essa pergunta ainda suscita debates entre os historiadores. E para compreender melhor apresento alguns antecedentes da História Oral.

Até meados do século XX, essa era uma metodologia considerada fraca e vulnerável pela suposta inexatidão da memória. Para além dessas críticas, havia uma

³² Funes, o Memorioso é um conto do escritor argentino Jorge Luis Borges, pertencente ao livro *Ficções*, de 1944, que narra a história de um rapaz que tinha uma memória prodigiosa, mas que, sem conseguir articulá-la com sua pouca inteligência, era visto com curiosidade no vilarejo em que vivia. Funes era uma verdadeira enciclopédia, pois se lembrava de tudo, apesar de não saber elaborar o que memorizava.

grande tendência à desvalorização do sujeito enquanto protagonista da história em favor das análises mais estruturais e globais. O uso de dados quantitativos e seriados eram prestigiados, enquanto condenava-se a subjetividade e duvidava-se da possibilidade de obter um retrato do passado por meio da oralidade.

No Brasil, na década de 1980, com as mudanças de paradigma no campo das ciências humanas, houve uma reinterpretação no modo de compreender as fontes históricas e, por conseguinte, a memória oral. Os relatos pessoais alcançaram um novo patamar e seus *defeitos* foram relativizados (AMADO; FERREIRA, 2006). Foi um período de revalorização do sujeito. Nesse ínterim, se restitui “a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada” (SARLO, 2007, p. 19).

Com base nesse entendimento, procuro demonstrar algumas peculiaridades que envolvem o uso da memória oral enquanto documento histórico. Chamo a atenção para o fato que narrar a própria história tem um peso muito grande na afirmação do sujeito. Aquele que relata seu passado procura construir uma versão bonita de si tanto para os outros como para consigo mesmo. Ou seja, “compomos nossas memórias de forma que se ajustem ao que é publicamente aceitável” (THOMSON, 2001, p.87). Por outro lado, a memória é uma zona flutuante e sem cronologia. Não possuímos controle preciso sobre aquilo que lembramos ou esquecemos. Sendo assim, os caminhos que ela percorre podem levar a rememorar pessoas ou situações nem sempre desejadas. A memória, nesse sentido, pode ser uma “dinamite emocional” (THOMSON, 1998, p.285), daí a importância da sensibilidade do entrevistador.

Rememorar pode ser difícil, mas também pode colocar o sujeito diante de um sentido de valoração da vida, visto que a memória é também uma parte importante da trajetória de cada um. Recapitular o próprio percurso pode ser um bom momento para se perceber que a existência valeu a pena. Sendo a memória um pedaço valioso da vida de cada um, é também valorosa na construção da memória coletiva dos espaços que esses sujeitos habitaram. Por isso, a importância de incorporar a essa pesquisa as narrativas de mulheres que viveram a experiência de “invadir” e habitar a Casa, uma vez que o documento escrito nem sempre consegue captar essas emoções de forma vívida.

Entendo que a CEU é um espaço habitado por grupos que vivenciam múltiplas relações sociais, as diferenças individuais de cada memória seriam o resultado do lugar ocupado por cada um nos tempos presente e passado, mas também das experiências

particulares nesse ambiente. Nesse sentido, a memória individual pode auxiliar na tentativa de compreender a complexidade das interações grupais nesse local.

Uma das primeiras análises sobre memória no âmbito das relações sociais se deu com o sociólogo francês Maurice Halbwachs, na primeira metade do século XX. Seus estudos foram precursores e possibilitaram que outros pesquisadores discutissem novas abordagens sobre o tema. Em sua mais conhecida obra, Halbwachs (1990) afirma que a memória individual nunca é inteiramente isolada. Para que um sujeito evoque o próprio passado, ele precisa recorrer necessariamente às memórias de outros. O sujeito, dentro dessa perspectiva, busca constantemente por pontos de referência que são fixados pela sociedade, sendo a memória individual um ponto de vista sobre a memória coletiva. Para ele, o funcionamento da memória individual não é possível sem as palavras e as ideias que cada um toma emprestado de seu meio. Nesse sentido, a memória autobiográfica liga-se à memória histórica construída por meio de lembranças e relatos alheios, e constitui uma memória em constante renovação, influenciada pelo meio social.

Uma nova e importante perspectiva sobre o tema sobrevém da obra “A memória, a história e o esquecimento”, publicada nos anos 2000 pelo filósofo francês Paul Ricoeur. O conceito de memória coletiva de Halbwachs é repensado pelo autor que sugere a existência de “um plano intermediário de referência no qual se operam concretamente as trocas entre a memória viva das pessoas individuais e a memória pública das comunidades às quais pertencemos” (RICOUER, 2007, p. 141). Ele apresenta uma análise diferente ao propor esse plano intermediário, que seria o da relação com as pessoas próximas a quem atribuímos uma memória de um tipo distinto do coletivo. Segundo o autor, essas pessoas próximas são importantes para nós e situam-se na fronteira entre a zona privada e a esfera pública, destacando que existe uma variação de distância e de modalidade (tornar-se próximo/sentir-se próximo) na relação entre si e os outros. Em suas palavras “a proximidade seria a réplica da amizade [...] caminho entre o indivíduo solitário e o cidadão definido pela sua contribuição à vida e à ação da polis” (RICOUER, 2007, p. 141).

Ricoeur sinaliza que o critério para identificar o nosso “próximo” seria simples: é aquele que nos considera insubstituível. Existe nessa relação uma partilha mútua de recordações que faz com que sejamos narrados pelos outros e não apenas por nós mesmos. Sermos narrados é também aceitar que fazemos parte da memória de outrem, isto é, da sua subjetividade. O filósofo indaga em qual trajeto de atribuição da memória

se situam esses “próximos”. Para ele, essa ligação “corta transversal e eletivamente tanto as relações de filiação e de conjugabilidade, quanto as relações sociais dispersas, segundo as formas múltiplas de pertencimento ou as ordens respectivas de grandezas” (RICOEUR, 2007, p. 141). A partir dessa análise, considera que a memória não pode entrar no campo da história apenas pela perspectiva binária de indivíduo versus sociedade e faz a sugestão de operar numa tríplice que envolva a si (o sujeito que se narra), os “próximos” (que nos narram e da qual somos parte integrante da memória) e os outros (que atestam e legitimam, ou não, a nossa existência).

Nesse sentido, retorno ao meu objeto de estudo cujas memórias orais são fontes de investigação para a construção de uma narrativa historiográfica. O espaço social da CEU se entrelaça às histórias pessoais de cada sujeito entrevistado. As mulheres que comparecem na pesquisa se narram a partir dos acontecimentos de “invadir” e habitar a Casa, mas também são narradas pelos seus “próximos”. Em meio a isso, são contadas pelos outros, como a Universidade que as nomeia “clandestinas”, “prostitutas”, ou pela sociedade que constrói uma narrativa sobre o que é “ser mulher” na década de 1980. E é nesse viés triangular de memórias que opero a construção dessa pesquisa.

Rosa Monteiro, escritora espanhola, em um belíssimo livro³³ que mistura suas memórias biográficas com as da cientista Marrie Curie, afirma que a memória é um invento que recriamos todos os dias. Exatamente por isso nossa identidade é também fictícia, cambiante, já que se baseia nessa memória que a todo tempo é reconfigurada. A autora entende que é esse componente imaginativo, construído sempre a partir do tempo presente, que permite dar uma aparência de sentido ao passado. Por essa razão, é preciso considerar que a memória também é fabricada. Aquele que rememora seleciona os fatos que irá contar, não havendo uma perspectiva única para sua narrativa. O fato de algumas das entrevistadas demonstrarem imensa preocupação com o seu relato dizendo-o “sem sentido” demonstra como o sujeito constrói-se em torno de sua narrativa e como suas versões são escolhidas. Ao expor suas lembranças, o sujeito está sempre fazendo uma representação da realidade. Amado (1995) esclarece que “toda narrativa articula alguns elementos básicos como: quem narra, o quê narra, por que narra, como narra, para quem narra, quando narra” (p.133), de forma que toda história contada é uma versão, um ponto de vista sobre algo.

³³ MONTERO, Rosa. A ridícula ideia de nunca mais te ver. Tradução: Mariana Sanchez. São Paulo: Todavia, 2019.

Tendo claro que a memória é uma triagem, é possível pensar sobre a fronteira entre a lembrança do tempo vivido e a imaginação. Não há uma oposição de caminhos entre memória e imaginação/projeção. Elas fazem parte da mesma estrada. Janaína Amado, mais uma vez, chama atenção para esse aspecto ao escrever que “toda narrativa possui uma dose, maior ou menor, de criação, invenção, fabulação, isto é: uma dose e ficção” (1995, p.134). A memória possui uma dimensão simbólica justamente pelo fato dela não estar *guardada dentro de uma gaveta* no cérebro. Ela não é linear, transita por caminhos desconhecidos e esse, talvez, seja o seu grande *feeling*. É por ter um compasso descontínuo que uma memória desencadeia a outra. É justamente o simbólico que “permite à narrativa, sem perder o fio condutor, libertar-se das amarras para aventurar-se pelos caminhos do imaginário” (AMADO, 1995, p.134).

Na História Oral, o objeto de estudo do pesquisador é recriado por intermédio da memória dos informantes. Nesse sentido, a memória oral passa necessariamente a conduzir as análises históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos. Ela é, portanto, um caminho para a reflexão histórica. Uma metodologia que suscita indagações, mas não encontra nas palavras daquele que narra “a verdade”, embora para o narrador o conteúdo de sua fala seja verídico. É com essa premissa que considero que as entrevistas de História Oral são valorosas para a construção desse trabalho, haja vista que fomentam questionamentos, nem melhores ou piores, mas diferentes daqueles que sobrevém do documento escrito.

Importa destacar a recomendação de Verena Alberti (2004), que considera imprescindível ao trabalho com entrevistas de História Oral saber ouvir, apurando o ouvido a fim de distinguir quando um entrevistado nos apresenta ou deixa entrever determinados fatos que caracterizam sua geração, sua formação, sua trajetória. Ao apontar que a recorrência de afirmações é somente uma construção, podemos nos deixar levar pela conclusão equivocada de que a história é puramente ficção, uma vez que essa ideia autoriza a pensar que tudo o que temos são diferentes versões e que não há obrigação nenhuma de referência ao passado. No entanto, a autora argumenta que isso não retira o maior mérito da História Oral, isto é, que os fenômenos subjetivos se tornem compreensíveis.

Alberti (2012) também argumenta que a entrevista de História Oral é um momento único e produz resultados singulares. Posição semelhante é assumida por Sarlo, ao apontar o lugar espetacular dessa metodologia conquistado a partir da mudança de foco dos estudos da História Social e Cultural, que passaram a se interessar

pelas “margens das sociedades modernas, modificando a noção de sujeito e a hierarquia dos fatos, destacando os pormenores cotidianos articulados numa poética do detalhe e do concreto” (SARLO, 2007, p.11).

Outro ponto a ser destacado é a opção por entrevistar apenas mulheres. Foram feitas algumas conversas com a orientadora para definirmos se manteríamos somente essa perspectiva na construção da dissertação. Essa alternativa sempre foi a que mais me agradou e ao determiná-la tomo como base a ideia de Salvatici, que afirma:

[...] a história oral de mulheres contribui para destacar a interconexão entre construção de papéis sociais e os direitos de cidadania nas narrativas coletivas; isso significa que a história oral de mulheres suscita novas questões na esfera da relação entre história e memória. As pesquisas realizadas a partir da perspectiva de gênero ressaltam a necessidade de um discurso público capaz de admitir e acolher narrativas de diferentes sujeitos sociais, a necessidade de um arcabouço público no qual as memórias de todos possam ser reconhecidas e, ao mesmo tempo, elas próprias possam se reconhecer. (SALVATICI, 2005, p. 36)

Nesse sentido, penso que mesmo os homens tendo sido parte importante da construção da história da Casa, tanto no que tange ao movimento de “invasão” como no âmbito da moradia, considero que essas memórias trazem outra dimensão à pesquisa. É uma escolha metodológica que busca tentar compreender esse processo da presença na CEU a partir da perspectiva daquelas que, um dia, foram proibidas de frequentar esse espaço.

Essa mesma história pode ser contada sob outros ângulos, a partir de outros personagens, e daí derivariam outras formas de compreensão, pois, como sabemos, a produção da história implica em uma seleção. Cabe destacar que o grupo de entrevistadas é distinto entre si. O que me leva ao entendimento de que suas perspectivas não podem ser tomadas como uma verdade comum a todas que participaram do movimento ou moraram nesse espaço nos seus primeiros anos, visto que cada uma tem sua subjetividade e ocupou lugares diferentes no passado. Assim, ao trazer um grupo de mulheres para a pesquisa, o que pretendo é tomá-las como personagens que contribuem para expandir as fronteiras da história dessa moradia.

Explicitados esses esclarecimentos acerca da memória — no seu âmbito biológico e no seu entendimento enquanto documento histórico — bem como as decisões que foram tomadas para a construção da pesquisa, destaco que a criação do roteiro e os agendamentos foram respaldados no conceito de “entrevista compreensiva” cunhado por Kauffman. O autor entende a entrevista como um processo dialógico, no

qual “o entrevistador está ativamente envolvido nas questões, para provocar o envolvimento do entrevistado”. (KAUFFMAN, 2013, p. 40). Sua noção de entrevista compreensiva parte da ideia de que os sujeitos são produtores sociais ativos, isso é, são detentores de saberes importantes que se encontram reunidos em um sistema de valores. Para ele, o processo sociológico como um todo deve ser compreensivo, pois seu objetivo é tentar entender um conjunto social, por isso a compreensão de uma pessoa é um instrumento importante nessa engrenagem.

Munida desse entendimento, explico ao leitor que elaborei dois roteiros diferentes, pois inferi que algumas das memórias das participantes da “invasão” poderiam diferir daquelas que habitaram a Casa nos seus primeiros anos enquanto moradia mista. Acredito que o lembrar dessas experiências seja singular porque as mulheres que participaram do movimento na década de 1980, em sua maioria, não viveram na CEU. Muitas aderiram a essa bandeira em prol das que necessitavam de um espaço para morar e dar seguimento aos estudos. Para exemplificar, apresento, a seguir, os dois modelos criados. Saliento que, por mais que houvesse um roteiro previamente estruturado para dar impulso à entrevista, essa grade de perguntas sempre foi flexível, pois a evocação de memórias não segue um fluxo linear e, muitas vezes, foi preciso estratégias para reordenar esse guia.

Quadro 06: Roteiro de entrevista participante da “invasão”

Invasão da Casa do Estudante Universitário em 1980
<ol style="list-style-type: none"> 1) Tu podes me contar um pouco de ti? Teu nome, tua idade, tua profissão e o que tu fazes atualmente? 2) Voltando um pouquinho no tempo, como foi o teu processo de escolarização? Onde tu estudaste? Como era a tua participação na escola? 3) E a tua educação em casa, com teus responsáveis, como foi? 4) Teus responsáveis te incentivaram a cursar nível superior? 5) Quando tu entraste na universidade te envolveste com o movimento estudantil? Se sim, como foi? 6) Sentia que, enquanto mulher, tu tinhas voz ativa nesse movimento? 7) Chegaste a participar de algum grupo ou coletivo cujo enfoque fosse especificamente o feminismo? 8) O que tu pensavas, enquanto estudante, da CEU proibir a entrada de mulheres?

- 9) A invasão ocorrida em abril de 1980 foi uma reivindicação estudantil que mobilizou homens e mulheres. Considera que as mulheres foram protagonistas neste ato?
- 10) Muitas discussões sobre a proibição das mulheres de entrar na CEU giravam em torno de manter uma moral sexual. Como tu te recordas disso?
- 11) Acreditas que havia uma maioria masculina engajada em tornar equitativos os direitos entre homens e mulheres, haja vista que a UFRGS oferecia 550 vagas em casas de estudante para homens e apenas 40 para mulheres ou a discussão na época se pautava mais na liberdade sexual?
- 12) No momento de abertura da Casa, ainda que de forma preliminar, algumas mulheres entraram para morar. Recordas-te de alguma vez ter ouvido relatos de machismo por parte de alguma moradora?
- 13) Consideras que a participação no movimento de invasão à CEU te marcou como mulher?
- 14) Atualmente te intitulas feminista?
- 15) Em 2016 as moradoras de CEU fizeram uma manifestação, com papel picado e faixas, semelhante ao dos anos 1980 reivindicando a expulsão de moradores homens acusados de assediadores. Além disso, destacaram que todas as lutas movidas pelas mulheres da Casa eram vistas com chacota. Como tu vês essa relação entre o passado e o presente da CEU?

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 07: Roteiro 2

Ex-moradoras da Casa do Estudante Universitário na década de 1980

- 1) Primeiramente eu gostaria que tu me contasses um pouco sobre ti. O que tu fazes atualmente?
- 2) Voltando um pouco no tempo. Como que foi teu processo de escolarização? E a tua educação em casa com os teus responsáveis, como foi?
- 3) Teus responsáveis te incentivaram a cursar a educação superior?
- 4) E como tu chegaste a Casa do Estudante Universitário da UFRGS?
- 5) O que tu te recordas da Casa? Como era o ambiente, o convívio com os outros moradores? Sentia-te acolhida nesse local?
- 6) Sendo uma casa majoritariamente masculina, tu te recordas de alguma ter sofrido com

machismo dos colegas?

7) Chegastes a participar de algum movimento/organização dentro da Casa? Como foi?

8) Tu te recordas como era a participação das mulheres nas decisões administrativas da Casa?

9) Chegaste a ver ou soube de algum episódio de discriminação ou violência por gênero?

10) Em 1980 as mulheres invadiram a CEU dando início a um processo de discussão para abertura da moradia mista. O que isso representa pra ti?

11) Consideras que a Casa foi fundamental para o teu crescimento intelectual e para a conclusão dos teus estudos na Educação Superior?

12) Consideras que a casa foi *um lar, um teto* pra ti?

13) Por fim, consideras que a Casa do Estudante deixou marcas em ti, na tua formação como pessoa?

Fonte: Elaborado pela autora.

O primeiro roteiro procurou focar como as entrevistadas lembravam seu engajamento na “invasão” da Casa. O objetivo das perguntas era saber se elas tiveram voz ativa no processo de organização do movimento e se suas pautas e reivindicações acerca da CEU foram ouvidas pelos homens que também participaram da mobilização. Já o segundo roteiro foi construído como vistas a entender como as antigas moradoras se sentiam em uma Casa majoritariamente masculina e como foram construídas as relações cotidianas dentro dela. Também procurei analisar os possíveis significados que esta moradia teve para a formação intelectual dessas mulheres.

Sendo assim, no capítulo seguinte procuro demonstrar, de forma ampliada, as narrativas orais obtidas a partir dessa grade de perguntas e apresentar ao leitor os percursos de vida dessas mulheres e como, por diferentes caminhos, elas se relacionaram com a Casa do Estudante Universitário da UFRGS.

3. AS ENTREVISTADAS E A CEU: DIFERENTES PERCURSOS QUE LEVAM A UMA MESMA CASA

Nessa etapa da pesquisa, discorro, de forma esmiuçada, acerca de elementos dos itinerários vividos por cada uma das narradoras como forma de situar o leitor. Tal apresentação se dá por meio do compromisso com a História Oral, uma vez que, a partir do registro de seus percursos, é possível vislumbrar de forma mais profunda os caminhos que as levaram até a CEU. Os aspectos apresentados a seguir foram obtidos a partir das narrativas de memória oral. Reafirmo que estas mulheres, situadas entre os diferentes tempos históricos, se assemelham e se distanciam.

Essa exposição compilada também é uma forma de demonstrar quais assuntos marcaram os seus relatos. Como mencionado no capítulo anterior, a memória não segue um roteiro sequenciado e, muitas vezes, é difícil para o interlocutor voltar ao princípio do seu pensamento. Não raros foram os momentos em que elas me disseram “desculpa, me perdi no que estava falando, podes repetir tua pergunta?”. Isso demonstra que não há uma ordem na qual os fatos sobre a Casa serão apresentados. Pelo contrário, as entrevistas são como um jogo de vai e vem, ora abordando o tema que lhe é caro, ora transitando por caminhos inusitados.

Nesse sentido, pode-se pensar a História como um campo de diálogo constante entre passado, presente e futuro. A memória oral, que mais tarde será transformada em documento histórico pelo pesquisador, evoca o pretérito, embora aquele que rememora esteja situado no tempo presente e sendo afetado por inúmeras circunstâncias, inclusive a presença de um entrevistador. O futuro também não deixa de transparecer nas falas, porque é na projeção que estão contidos os anseios, as dúvidas e os desejos. O historiador alemão Reinhart Koselleck (2006), fez uma importante contribuição à historiografia ao conceituar que a experiência (da ordem do passado) e a expectativa (da ordem do futuro) são duas dimensões do tempo histórico que estão sempre entrelaçadas pelo tempo presente. A partir desse entendimento, fica claro para o entrevistador/historiador que essas narrativas podem sofrer alterações conforme a época em que são pensadas e construídas.

Essa apresentação mais longa das entrevistadas esclarece ao leitor como a experiência do passado (as relações familiares, a escolarização básica, o incentivo aos estudos, o ingresso na universidade, a participação e militância em diferentes segmentos estudantis) ressoa, em muitos aspectos, na construção de uma narrativa sobre a Casa do

Estudante Universitário. É por essa razão que busco trazer dados singulares da entrevista de cada uma, de forma que seja possível refletir sobre os pontos em que esses relatos se amarram ou se desenlaçam.

Araeci Carvalho da Luz

Professora do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre há 30 anos, Araeci Carvalho da Luz é “filha da escola pública”, como ela diz. Nascida em 1965, perdeu sua mãe quando tinha apenas oito anos, tendo sido criada pelo pai junto de mais quatro irmãos homens. Suas lembranças apontam que a relação entre eles nunca foi fácil, devido às inúmeras discordâncias no modo de compreender o mundo. No entanto, considera que seu pai a incentivou aos estudos para que não precisasse depender exclusivamente de homem para se sustentar. Queria que a filha seguisse o exemplo da própria mãe que chegou a Porto Alegre com 24 anos, apenas com parte do ginásio e, num espaço de tempo de seis anos, conseguiu completar os estudos, prestar vestibular para Ciências Econômicas e fazer uma pós-graduação. Araeci afirma que, apesar do pouco tempo de convívio materno, tomou para si esse ensinamento.

Em 1972, ingressou no ensino primário em uma escola no interior do Estado. Como ainda eram anos de ditadura civil militar, sua educação foi mais rígida, sendo uma de suas lembranças recorrentes a obrigação de cantar o Hino Nacional. Com a mudança para Porto Alegre e a transformação do cenário político, seu ensino secundário foi completamente diferente. Em 1981, entrou para o Instituto Estadual Flores da Cunha³⁴ e passou a ter maior contato com a política, participando ativamente do Grêmio Estudantil da escola. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) pela chamada 4º via, uma espécie de programa em que os menores de idade vinculavam-se ao partido. Recordar-se que esse foi um período em que começou a militar de forma mais frequente,

³⁴ O Instituto de Educação de Porto Alegre, criado em 05 de março de 1869, recebeu o nome em homenagem ao governador do Rio Grande do Sul e general do Exército brasileiro José Antônio Flores da Cunha, natural de Santana do Livramento. Até a década de 1930, funcionou em um edifício na esquina das ruas Marechal Floriano e Duque de Caxias. Depois, foi determinada a construção de uma sede na Avenida Osvaldo Aranha. Um decreto de 09 de janeiro de 1939 conferiu-lhe a presente denominação. O prédio foi tombado pelo município de Porto Alegre em 1997, mas atualmente está desativada e sem funcionamento. Disponível em: < <https://estado.rs.gov.br/instituto-de-educacao-flores-da-cunha>> Acesso em: 02 nov. 2019.

embora hoje considere que faltava um pouco sensibilidade dos responsáveis, visto que na época elas eram meninas muito jovens fazendo campanha em lugares predominantemente masculinos, como o sindicato dos metalúrgicos, por exemplo.

No último ano do Magistério, Araeci prestou vestibular para o curso de Filosofia da UFRGS e foi aprovada. Como seu pai e seus irmãos estavam de mudança para Belo Horizonte, ela fez uma seleção para ingressar na Casa do Estudante da Faculdade de Agronomia e Veterinária (CEFAV)³⁵ e, em 1984, mudou-se para lá. Abandonou o curso depois de dois anos, quando um professor comentou em aula que Filosofia não era para mulheres, mas que ele sempre convidaria uma para enfeitar o grupo de alunos. Pediu transferência para o curso de Ciências Sociais, no qual veio a se graduar tanto na licenciatura como no bacharelado.

Desde o início da sua trajetória universitária ela morou com assistência estudantil. Seus dois primeiros anos na CEFAV, no entanto, foram muito difíceis. No primeiro sorteio de quarto, foi morar junto com um colega de que gostava muito, mas os demais moradores acabaram fazendo inúmeras insinuações sobre os dois, o que a levou a pedir para morar com uma mulher. Houve também um episódio no qual o RU, que se localizava muito próximo a Casa, amanheceu com diversos cartazes colados retratando-a como bruxa e outras chacotas. Araeci considera que a CEFAV possuía um número muito grande de homens que vinham do interior, filhos de fazendeiros, criados sob uma lógica extremamente machista. Muitas vezes ela era acordada por moradores que batiam de relho em sua porta ou que ficavam tocando gaita para incomodá-la. As poucas mulheres e rapazes homossexuais que dividiam esse espaço acabavam sendo alvos frequentes desse tipo de assédio moral, diz em sua entrevista. O estopim para que cogitasse sair, foi quando um morador, na faixa dos trinta anos, tentou estuprá-la. Ela, que ainda não tinha completado vinte anos, conseguiu se defender atacando-o com um pedaço de madeira. Com esse ocorrido, passou a manter-se trancada no quarto o maior tempo possível.

Ingressou na CEU como “terceira moradora”, que era o modo como os estudantes chamavam aqueles que iam pernoitar na Casa sem possuir algum vínculo

³⁵ A Casa do Estudante das Faculdades de Agronomia e Veterinária foi criada em 1960 para abrigar os estudantes do curso de Agronomia e Veterinária que, na época, funcionavam juntos. O prédio, com dois pavimentos, localizava-se na Avenida Bento Gonçalves, próximo à faculdade. Assim como a CEU, a moradia era destinada exclusivamente aos homens, sendo proibida a conversa com mulheres nas dependências da Casa sob pena de expulsão. Após a “invasão” da Casa do Estudante Universitário, a CEFAV também foi pressionada para tornar-se mista, o que só aconteceu no final de 1982, concomitante a CEU.

institucional. Nessa época, começou a namorar um rapaz que a orientou como pedir transferência, mas essa só veio a acontecer oficialmente em 1987, após um ano de insistência. Considera que essa nova casa de estudante foi um refúgio, onde as coisas funcionavam sob uma lógica completamente diferente. Para ela, o fato de ser um prédio muito grande, no qual as pessoas dificilmente sabiam quem morava nos demais andares, já era um ponto de inibição aos possíveis assédios. Além disso, Araeci considera que ter ingressado nesse novo ambiente já namorando tornava-a “invisível” aos olhos de outros homens.

Após entrar na CEU, começou a participar das discussões da Associação de Moradores, mas perdeu o interesse, pois considerava que tinham pouca praticidade. Sua militância se direcionou para a formação do Centro Acadêmico das Ciências Sociais (CECS) e para o Diretório dos Estudantes. No entanto, chegou a participar de algumas comissões da Casa participando de reuniões com o Pró-Reitor de Assuntos Estudantis para discutir as demandas que foram levantadas pelo grupo. Nessas ocasiões rememorou que, mais de uma vez, os moradores que faziam parte da comitativa recomendaram que se vestisse para agradar ao Reitor, o que facilitaria a aprovação das reivindicações. Comentou que, na época, achava a situação engraçada sem se dar conta da exposição a que era submetida pelos homens.

A moradia estudantil foi sua garantia de permanência na Universidade. A CEU, onde permaneceu por três anos, acabou se tornando seu lar e, mesmo CEFVAV, que lhe trouxe experiências muito ruins, foi importante para que conseguisse dar segmento aos seus estudos. Em meados 2002, fez mestrado em Ciências Criminais na PUCRS e durante muitos anos desenvolveu atividades de prevenção à violência nas escolas municipais do bairro Restinga.

Denise Dourado Dora

Neta de imigrantes portugueses e libaneses, Denise Dourado Dora nasceu em 1961. Ela conta que cresceu em um ambiente que sempre lhe proporcionou um pensamento libertário. No cerne familiar, embora houvesse um predomínio masculino, as decisões entre homens e mulheres eram muito fracionadas. Suas avós eram mulheres ligadas à cultura, que gostavam de ler e tinham um protagonismo na vida de todos. A religião cristã, ainda que fosse um pilar importante, não era encarada como um dogma, de forma que Denise nunca foi obrigada a frequentar missas ou estar presente em

eventos da igreja. Seus avôs, assim como seu pai e seus tios, foram homens de negócios, sendo a sua geração a primeira a frequentar o nível superior.

Denise entende que sua formação teve uma característica feminista que marcou a sua trajetória de vida. Toda sua escolarização foi realizada no Colégio Sévigné³⁶ que, na época, era vinculado à ordem das Irmãs São José. Durante muito tempo, essa escola atendeu somente meninas, o que, no seu ponto de vista, proporcionava um ambiente que aproximava as jovens do feminismo. Para algumas mulheres, as ordens religiosas foram um espaço de resistência ao casamento e também fonte de acesso à educação. Havia conservadorismo e, sem dúvidas, os ensinamentos da doutrina cristã, mas para ela esse era um ambiente de diálogo e de referências de mulheres fortes. Uma de suas professoras desse tempo de colegial foi Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva³⁷ que veio a se tornar um ícone da educação brasileira e da discussão sobre as mulheres negras. No período em que cursou o segundo grau de ensino, 1976 a 1978, a escola foi dirigida pela Irmã Leônidas, que era vinculada aos movimentos eclesiais de base da Igreja Católica, tendo mais tarde trabalhado com Dom Pedro Casaldáliga³⁸. Em sua entrevista, narra que houve episódios de cassação de irmãs dirigentes da escola por se recusarem a fazer celebrações aos militares durante a ditadura.

Em 1979, Denise prestou vestibular na UFRGS e foi aprovada no curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Seu primeiro contato com entidades estudantis foi por meio do Serviço de Assessoria Jurídica da Universidade (SAJU)³⁹ que havia sido encerrado

³⁶ O Colégio Sevigne iniciou seu funcionamento em 1º de setembro de 1900, no centro da cidade de Porto Alegre. Sua origem está relacionada à família Courteilh, oriundos da França e estabelecidos em Porto Alegre. Octavio Courteilh era Agente Consular, vinculado ao Ministério de Instrução Pública e de Belas-Artes. A origem francesa do nome da escola deve-se aos seus fundadores, mas também às religiosas de origem francesa, as irmãs da congregação de São José. Nos seus primeiros anos, ofereciam curso elementar e superior, destacando-se na educação feminina. Atualmente, a escola oferece educação mista e integra o Grupo Bom Jesus, do estado do Paraná.

³⁷ Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva atuou na docência e na coordenação pedagógica na Educação Básica nas redes pública e particular de ensino, na Escola Estadual de 1º. e 2º. Graus Cândido José de Godói e no colégio Sévigné e em cargos técnicos na Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, no Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul e como docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Por indicação do Movimento Negro, foi conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, mandato 2002-2006. Atualmente, é docente no Departamento de Metodologia do Ensino e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

³⁸ Nascido na Catalunha no dia 16 de fevereiro de 1928, Dom Pedro Casaldáliga viveu e trabalhou, durante 38 anos, no Brasil como missionário da Congregação dos Missionários Filhos do Coração Imaculado de Maria. A partir 1971, foi ordenado bispo por Paulo VI. Por causa do seu compromisso religioso, social e político, ele foi hostilizado dentro e fora da Igreja. Em alguns ambientes, era considerado como um bispo “subversivo e extremista”, “impertinente e incômodo”, cujo magistério “era perigoso por estar embebido demais na teologia da libertação”.

³⁹ O Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS foi fundado em 1950 por estudantes do quarto e do quinto ano do curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Tem, desde sua fundação, a característica

durante os anos mais obscuros do governo militar. Lembra que, junto a um grupo de colegas, organizou-se para reativar esse espaço e novamente viabilizá-lo para a população. Nesse ínterim, vinculou-se a uma chapa para o Diretório Acadêmico do curso de Direito e começou seu ativismo no feminismo formando um grupo de discussões junto com outras três estudantes.

Rememorando o passado, Denise considera-se muito mais militante feminista do que do movimento estudantil, mesmo que hoje acredite que muitas mulheres estavam engajadas em ambos ao mesmo tempo. Pontua que seu ativismo começou a ganhar força no início da década de 1980, quando participou de eventos como o “oito de março”, organizado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Nesse evento, ocorrido no sindicato dos vestuários, menciona que algumas mulheres contaram as suas experiências durante o exílio na França e seus contatos com o feminismo europeu. A entrevistada recordou também sua participação em reuniões promovidas pelo Movimento da Mulher pela Libertação, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCdoB). Embora ela tenha se interessado pelas discussões, afirmou que havia uma questão etária que a distanciava desses coletivos e que existia de sua parte uma grande vontade de se unir no âmbito universitário. Foi movida por esse desejo em comum que ela e outras constituíram o Liberta, que veio a se tornar conhecido entre as jovens estudantes.

Uma das primeiras iniciativas para aumentar o número de participantes do grupo foi criar um informativo que abordasse temas ligados ao feminismo de uma forma menos teórica. Segundo Denise, todo o processo de elaboração e editoração era feito manualmente e depois mimeografado para ser distribuído no período das matrículas. Também organizavam festas, como a famosa “Águas de Março”, para arrecadar fundos de reserva e manter uma grade de atividades ao longo do ano. Além disso, confeccionavam camisetas serigrafadas com o símbolo do Liberta para venda, peça que acabou se tornando uma espécie de “uniforme” entre as universitárias.

A “invasão”, em sua opinião, foi um processo fundante desse ativismo que as estudantes começavam a implantar na UFRGS. Sem a participação das mulheres, esse questionamento da Casa como um espaço exclusivamente masculino teria sido muito difícil de acontecer. Outro fato que ela considera importante para o movimento ter

resultados positivos foi o fato do Liberta já ser um grupo organicamente estruturado, no qual se faziam debates e pensavam estratégias de ação.

Após deixar a Universidade, Denise seguiu trabalhando como advogada junto aos sindicatos. Ajudou na construção de diversas comissões de mulheres trabalhadoras, inclusive na Central Única de Trabalhadores (CUT). Tornou-se aquilo que ela nomeou de “advogada incômoda”, inclusive para os homens sindicalistas, pois defendia o direito à creche, à simples liberdade de ir ao banheiro, sempre privilegiando o diálogo com as mulheres. A partir da década de 1990, passou a dedicar-se ao feminismo na sociedade civil. Foi uma das fundadoras da Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, organização não governamental que desenvolve, até os dias de hoje, ações de fortalecimento e conhecimento das mulheres sobre seus direitos e atua na formação de promotoras legais populares.

Denise Dora considera que o ativismo iniciado na UFRGS, cujo um dos pontos altos foi a “invasão” da CEU, ajudou a construir sua carreira e sua vida pessoal em torno do feminismo. Nos anos 2000, Denise concluiu um mestrado em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela University of Essex e em 2011 realizou outro mestrado em História, Política e Bens Culturais, pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas.

Dinah Lemos

Rebelde. Metade punk, metade Woodstock. É assim que Dinah Lemos se descreve ao rememorar a sua juventude. Nascida em Porto Alegre, em 1958, no seio de uma família tradicional, Dinah ingressou na Universidade e conta que descobriu nesse ambiente a possibilidade de experimentar novos mundos. Filha de uma professora do ensino técnico e de um assessor judiciário, sua educação foi marcada pela ideia de ascensão social por meio do diploma universitário. Em sua entrevista, pontua que no ambiente familiar nunca houve uma tradição cristã, embora se cumprissem os ritos habituais de batismo e primeira comunhão. A seu ver, o que existia era uma forte reverência à enciclopédia, ao conhecimento científico e a ideia de que seria possível vencer na vida por meio dos estudos.

Toda a sua escolarização ocorreu na rede pública, sendo seu primeiro grau realizado na Escola Estadual Leopolda Barnewitz, no bairro Cidade Baixa, e os anos

finais foram cursados na Escola Estadual Pio XII⁴⁰, ainda no tempo que se realizava exame de admissão para ingresso.

Ainda no primeiro ano do secundário, Dinah prestou vestibular para testar seus conhecimentos e foi aprovada para o curso de Arquitetura na UFRGS. Um ano depois, foi admitida no curso de Belas Artes na mesma instituição. Ao fim do período escolar, optou por prestar outro exame para Arquitetura, tendo sido aprovada mais uma vez. Desistiu do curso dois anos após seu ingresso e pediu transferência para História. Ao que tudo indica, a entrada na Universidade, em 1977, foi uma época de profundas transformações em sua vida. Para ela, os primeiros anos de estudante universitária foram como um sonho, no qual se podia fazer festa, namorar, participar de todos os tipos de discussões e, ainda por cima, militar por causas políticas. Foi um período de experimentação das próprias potencialidades, o que, por um lado, lhe permitiu liberdade, mas, por outro, prejudicou seu rendimento acadêmico devido às inúmeras reprovações que acumulou.

Na UFRGS, começou engajar-se nas militâncias, mas suas primeiras tentativas de participar de um grupo político foram frustradas. Ela conta que, ao candidatar-se para uma chapa do Diretório Acadêmico da Arquitetura, seus colegas recusaram a sua participação. Mesmo sentindo-se magoada, não desistiu e continuou frequentando atividades das mais diversas. Foi no centro dos debates sobre feminismo que encontrou acolhida e começou a se destacar enquanto liderança. No final da década de 1970, ela e outras três jovens passaram a se reunir e discutir maneiras de articular um grupo feminista dentro da Universidade com vistas a atrair as jovens secundaristas que depois prestariam o vestibular.

Formaram, então, o Liberta que veio a se consolidar após a “invasão” da CEU, em abril de 1980. Sendo uma das lideranças desse coletivo, Dinah relata que foi convidada a participar de inúmeras comissões que decidiriam o processo de entrada das mulheres na Casa. Também conta que atuou como porta-voz no intuito de atrair o maior público possível para o dia da manifestação.

⁴⁰ O Colégio Estadual Paula Soares é uma escola estadual de Porto Alegre. Em 1955, o Grupo Escolar Paula Soares deu origem ao Ginásio Estadual Feminino Paula Soares. Este, mais tarde, mudou de nome para Ginásio Estadual Pio XII e, em 1962, para Colégio Estadual Pio XII. Até 1981, por mais de duas décadas, o Grupo Escolar Paula Soares e o Colégio Estadual Pio XII funcionaram no mesmo prédio da Rua General Auto, mas em turnos diferentes, com o Pio XII ministrando suas aulas (de ginásio e colegial) à tarde e à noite e o Paula Soares sendo responsável pelo ensino primário pela manhã. No mesmo ano, as duas escolas foram unificadas, prevalecendo o nome Paula Soares.

Embora não considere que a luta pela moradia mista tenha sido um marco importante na sua trajetória, sua presença no episódio foi aclamada pelos colegas e parceiros de militância. Do seu ponto de vista, o que pesava naquele cenário era o fato dos militantes de esquerda se unirem exclusivamente em prol da “futura revolução” e do fim da ditadura civil-militar. Nesse sentido, o “nós da esquerda”, como ela nomeia ao longo de sua entrevista, acabava asfixiando as discussões sobre o feminismo e qualquer outra pauta. Em seu entender, havia um sentimento de que a juventude da década de 1980 sairia vitoriosa após anos de autoritarismo e assim que o socialismo estivesse instaurado, as diferentes demandas poderiam ganhar espaço na agenda política.

Dinah menciona que o Liberta, enquanto grupo feminista, ainda existiu por cerca de dois anos após a “invasão” e que houve, nesse espaço de tempo, uma forte adesão das estudantes de Odontologia e da Medicina. Com a formação do Partido dos Trabalhadores e a necessidade de constituir comissões de mulheres dentro do partido, muitas acabaram abandonando o grupo autônomo para se dedicar à militância partidária, inclusive Dinah. Durante algum tempo, ela atuou nas frentes de oposição sindicais fazendo campanha, mas abandonou o partido e algumas de suas ideias. Considera que muitas lideranças cederam a um modelo de mercado para se encaixar na política que estava sendo gestada no período pós-ditadura. Nesse sentido, crê que os líderes não viram nela uma fonte de investimento, justamente porque ela não se encaixava no perfil que estava sendo exigido.

Logo após o nascimento do seu filho, aos 25 anos, concluiu o curso de História e prestou concurso para Técnica Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), onde constituiu sua carreira. No ano de 2018, lançou o livro “Zeferina: uma cabala brasileira” que explora os anos finais da ditadura civil-militar e os sentidos da formação do Partido dos Trabalhadores.

Gorete Losada

Gorete Losada nasceu em 1963, na cidade de Porto Alegre. Sua infância foi vivida na Vila Farrapos⁴¹, local em que se concentravam trabalhadores industriais

⁴¹ Localizado na zona norte da cidade, faz divisa com os bairros Humaitá e Navegantes. O bairro Farrapos foi oficializado pela lei nº 6218 de 17/11/1988. Conhecido, desde antes da oficialização como Vila Operária Farrapos, o bairro é uma das regiões mais carentes da cidade. Os habitantes são de origem humilde e muitos vivem em precárias condições de moradia. Os dois principais conjuntos habitacionais da região são o Loteamento Castelo Branco e a Vila Esperança, esta última construída pelo Demhab. A

vinculados, principalmente, às fábricas de tecidos e ao setor metalúrgico. Seus pais, durante muito tempo, foram operários nesses espaços. Sua mãe, ao contrário das outras mulheres que moravam na região e tinham filhos, decidiu matriculá-la em uma escola fora da Vila.

Seus primeiros anos de estudo foram na Escola Estadual 1º de Maio. Como era uma instituição voltada para o Ensino do Magistério, sua mãe, que não queria essa formação para a filha, decidiu trocá-la para a Escola Estadual Cândido José de Godói⁴². Assim, concomitante ao segundo grau, Gorete cursou o técnico em Laboratório de Análises Químicas, na mesma escola. O ensino voltado para a área de exatas foi o estopim para que ela quisesse ingressar no curso de Matemática da UFRGS.

Em sua entrevista, conta que as amigas que permaneceram estudando na Vila Operária, acabaram por casar-se muito cedo e não deram segmento aos estudos. Durante a adolescência, o convívio com os pais foi interrompido pela ditadura civil-militar que ainda era a forma de governo vigente. Sua mãe passou quatro anos presa e seu pai cinco, em função das atividades de militância. Além disso, antes da prisão, eles viveram um longo período na clandestinidade, o que fez com que Gorete passasse muitos anos com a avó materna, que também morava na Vila Farrapos.

Ela destaca que não teve uma formação religiosa, pois a família se considerava comunista. Relembra que em sua juventude teve muita liberdade para sair com os amigos. Em 1981, prestou o vestibular para o curso de Matemática, quando este ainda funcionava no prédio da Arquitetura, na região central da cidade. Mais tarde, com a mudança para o Campus do Vale⁴³, na zona leste de Porto Alegre, a situação dificultou para que ela se mantivesse estudando. Simultâneo a essas mudanças, começou a trabalhar para poder ajudar em casa e também se sustentar. Fez uma seleção para o banco Banrisul e foi aprovada. Como seu trabalho era no setor de Processamento de

ocupação da região está ligada ao processo de crescimento populacional de Porto Alegre. Informações obtidas em: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf Acesso em: 20 set. 2018.

⁴² O Colégio Cândido José de Godói é uma instituição escolar criada no bairro Navegantes, em Porto Alegre. É resultante de uma necessidade manifestada pelas associações civis do Quarto Distrito, comandada inicialmente por José Aloísio Filho. Este criou um corpo docente do Ensino Médio, da base da Escola 1º de Maio Durante o período da ditadura civil-militar, os professores da escola organizaram um Grêmio que foi ativo no combate ao autoritarismo.

⁴³ O Campus do Vale foi inaugurado em 1977, com a Reforma Universitária, quando foram transferidas para o local as atividades do curso de Letras e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. A nova sede da UFRGS, instalada no bairro Agronomia, em Porto Alegre. Em julho de 1985, o Instituto de Matemática foi transferido para novas instalações no Campus do Vale, ocupando inicialmente três andares dos blocos situados no Setor 1. Para maiores informações: <https://www.ufrgs.br/ime/institucional/historia/> Acesso em 20 set. 2018.

Dados, foi lotada no turno da noite. Rememora que, na década de 1980, não havia transporte público que chegasse até a Vila Farrapos, o que tornava sua vida muito difícil. Além disso, suas aulas na Matemática eram pela manhã e também não havia condução que a levasse até o Campus do Vale. Foi por esse motivo que ingressou, em 1984, na Casa do Estudante Universitário da UFRGS, onde permaneceu por cinco anos.

Ao ser questionada se alguma vez sofreu assédio ou presenciou alguma menina sendo assediada por moradores homens, Gorete conta que não se lembra. Para ela, essas situações não eram visíveis. No entanto, considerava que havia uma grande fiscalização por parte da administração universitária com os moradores, principalmente por conta da militância política. Nesse período, o Brasil estava em um processo de transição da ditadura civil-militar para a democracia. Todavia, não lembra se essa vigilância se acentuava quando se tratava de moradoras mulheres.

Gorete, durante o seu período de estudante universitária, participou ativamente do Diretório Central dos Estudantes. Na década de 1980, muitos moradores atuavam nessa entidade, o que possibilitou a constituição de grupos dentro da CEU. Foi graças a essa proximidade que eles começaram a questionar a forma como a moradia vinha sendo gerida. Sua visão era de que os moradores queriam reorganizar as regras desvinculando-se o máximo possível daquilo que a Administração Universitária impunha. Foi um período em que eles buscaram se autogerir. Muitas discussões giravam em torno dos critérios de ingresso e permanência. Segundo ela, aconteceram muitas brigas e bate-bocas em torno dessas questões, pois havia moradores que entravam na Casa sem ter vínculo com a Universidade e sem relação nenhuma com o meio acadêmico. Por outro lado, analisa que foi um período de muitas conquistas e autonomia dos estudantes.

A entrevistada entende que a CEU era um ambiente em que podia se posicionar muito mais que no DCE. Para ela, o movimento estudantil era muito restritivo para as mulheres, pois mesmo sendo um espaço formado majoritariamente por homens com posições políticas de esquerda, muitos eram machistas e fechavam-se as colocações femininas. Nesse sentido, recorda o Diretório como um local opressor.

Após deixar a Casa do Estudante Universitário, foi aprovada no concurso público para a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, onde trabalhou por quase trinta anos. Em 2017, defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS sobre a permanência no Ensino Fundamental. Até os dias de hoje segue como uma militante ativa.

Laura Sauto

Entre idas e vindas, erros e acertos, Laura Souto viu sua vida entrelaçada à história da Casa do Estudante Universitário da UFRGS de uma maneira que jamais esperaria. Foi a primeira mulher a entrar clandestinamente na Casa, tornando-se a primeira moradora feminina da CEU.

Nascida em 1960, na cidade de Santa Maria, interior do Rio Grande do Sul, a relação de Laura com os progenitores sempre foi envolvida por muitos conflitos. Seu pai, professor e advogado, era um homem que vivia mudando de cidade em função de seu trabalho, o que dificultava a vida dos filhos na adaptação aos estudos. Sua escolarização aconteceu em municípios diversos, sendo que, muitas vezes, houve mudanças no meio do ano letivo. Um dos primeiros lugares em que morou foi Palmeira das Missões, quando seu pai foi aprovado para diretor de uma escola. Após ser indicado ao cargo de pretor⁴⁴, a família mudou-se para Lajeado, onde permaneceu alguns anos até seguirem para Arroio do Meio, região da qual Laura não tem boas lembranças. Nessa cidade, de colonização tipicamente alemã, sentia que havia muita rejeição por parte dos moradores, além de uma imensa diferença nos costumes e na religião.

Sua mãe era professora de Música e, embora Laura considere que o pai era um homem machista, havia da parte dele uma imensa vontade que a esposa trabalhasse e fosse considerada uma grande artista. No entanto, sua mãe era uma mulher reservada, que gostava de ficar imersa nas leituras e tinha pouca vontade de dedicar-se ao magistério, o que a levou a abandonar as salas de aula.

Na adolescência dos filhos, a família retornou para Santa Maria, dividindo-se entre a cidade e a região do campo, em São Sepé. Nesse período, Laura e os irmãos começaram a experimentar a vida e as mudanças da idade. A adaptação à escola e as regras começaram a pesar e ela foi, pouco a pouco, abandonando os estudos. Aos dezessete anos, descobriu que estava grávida de um namorado. Os cunhados a convenceram que a melhor solução seria realizar o aborto em uma clínica da qual eles arcaariam com todas as despesas. No início, ela cogitou aceitar e chegou a ir ao local, mas acabou desistindo da ideia, optando por ter a criança. Sem o apoio do ex-parceiro, arrumou seus pertences e mudou-se para Porto Alegre abrigando-se na casa dos avós.

Ao saberem da gravidez da neta, estes ficaram chocados com a possibilidade da interrupção da gestação, visto que eram católicos e tinham por hábito frequentar a

⁴⁴ Corresponde a uma espécie de juiz temporário.

igreja. Sua mãe, porém, quando recebeu a notícia veio a Porto Alegre e tentou dissuadi-la de ter o bebê, mas Laura já havia se decidido. Para aliviá-los de sua presença, mudou-se para a casa de uma tia, em Canoas, que também estava grávida. Como a irmã de sua mãe era cerca de dez anos mais velha e já tinha outro filho, trocou muitas informações e recebeu acolhida por parte dela. Sua situação complicou-se quando o seu tio, na faixa dos trinta anos, resolveu assediá-la mesmo grávida, o que a fez deixar a casa sem explicações e retornar para os avós. Seu pai, ao saber do ocorrido, mandou a esposa e os outros filhos se mudarem para Porto Alegre e permaneceram com ela.

Nos meses finais da gestação, houve muitos desentendimentos com os irmãos que se irritavam pelo fato de saírem de sua cidade para cuidar da irmã, o que fez com que ela se sentisse sozinha. A menina nasceu depois que Laura completou dezoito anos, mas mesmo que os pais estivessem afeiçoados à neta, as discordâncias ainda eram muito fortes, principalmente no tocante à sua vida afetiva, já que eles esperavam que ela vivesse abnegada para a criança e Laura ainda deseja ver o mundo e ter outros namorados.

Seu novo companheiro a convidou para morar com a família dele e, para sair de casa, ela aceitou. Os dois ficaram juntos por alguns meses e planejavam alugar um apartamento para viverem sozinhos. Os pais do jovem apoiavam a relação e pretendiam ajudar os dois no início dessa vida conjunta. Porém, um grave acidente acabou levando o pai de Saul à morte e os planos de casamento foram frustrados pelas circunstâncias da vida. Mesmo com o fim da relação, os dois ainda mantiveram uma amizade e foi ele quem auxiliou Laura a encontrar um novo local para morar. Ela e a filha se mudaram para uma república comunitária, localizada próxima à UFRGS.

Esse espaço era voltado para estudantes na faixa etária dos 18 aos 25 anos e tinha como proposta a divisão coletiva de tudo, desde o banheiro aos alimentos que eram colocados na geladeira. Além disso, havia implícito o acordo de que os quartos não seriam nunca chaveados, porque todos viviam como uma “grande família”. Necessitada de um lugar para morar, Laura aceitou as regras sem questionar. A vida seguia seu fluxo enquanto ela estava nesse local até que ela conheceu um rapaz, estudante de jornalismo, que morava na CEU e os dois começaram a se relacionar.

O dia a dia na moradia coletiva começou a se tornar problemático quando as comidas que ela comprava para a filha começaram a desaparecer sem serem repostas. Sem dinheiro para refazer as compras, acabou discutindo com vários moradores o que tornou o clima entre eles hostil. O estopim para essa tensão foi quando, uma noite,

houve uma festa e ela, com o namorado e a filha, trancaram-se no quarto. Os demais moradores, alterados pela bebida, começaram a bater em sua porta e acusá-la de estar infringindo as regras. Sem ter para onde ir, eles ficaram trancafiados até todos desistirem de importuná-los. Foi a partir desse episódio que o jovem estudante de jornalismo a convidou para morar com ele na Casa do Estudante Universitário.

Laura, mesmo sem ser estudante da UFRGS, sabia que as mulheres eram proibidas de entrar naquele espaço e não conseguia imaginar como poderia viver com o novo namorado. Contudo, sua situação na república estava se tornando insustentável e sem ter para onde ir acabou aceitando a proposta de entrar clandestinamente na Casa.

A nova morada permitiu que Laura conseguisse estabelecer uma rotina para a filha. As acomodações, diferentemente da república, eram novas e facilitavam a ambientação da menina. Foram quase seis meses morando nesse espaço de forma clandestina. Ela relembra que os moradores não se preocupavam com a sua presença, embora não saiba distinguir se porque estava com um namorado que era uma liderança dentro da Casa ou se porque estava tão desesperada para ter um lugar tranquilo para morar que não se preocupava com qualquer comentário que lhe faziam. Nesses meses, acabou conseguindo um cartão do restaurante universitário e passou a se alimentar todos os dias.

Laura acabou sendo denunciada à Reitoria como “clandestina”. Seu namorado recebeu uma carta informando que ela deveria deixar a Casa ou ambos seriam expulsos. A ameaça estendeu-se até mesmo para a sua vaga na graduação. Diante da intimidação, Laura passou a temer pela sua segurança e da filha. Mas apesar do temor, havia uma forte insistência dos moradores para que elas permanecessem no local. Segundo ela, foi nesse espectro de tensão que começaram as discussões para que houvesse uma “invasão” feminina à CEU. As articulações aconteciam em diversas esferas e muitas comissões foram montadas para que discutissem maneiras de realizá-la. Para Laura, no entanto, nada disso fazia sentido, porque a sua sobrevivência estava em jogo. Ela participou de várias reuniões, mas acreditava que havia um desperdício de energia já que não chegavam a um acordo e a data prevista para sua expulsão se aproximava.

Em meio a esses debates, muitos estudantes se aproximaram tentando convencê-la a participar ativamente da militância. “A revolução vai acontecer, companheira” foi uma das frases que mais ouviu nesse momento de efervescência. Porém sua cabeça não estava concentrada para ativismo em qualquer esfera e, sim, para evitar ser colocada na rua com a filha. Foi por isso que, em uma plenária, sugeriu aos estudantes que

formassem uma grande vigília na data prevista para o despejo, o que todos aceitaram prontamente. Nos dias de hoje, Laura considera que para além da resistência à Reitoria, havia um sentimento de animação nos jovens e a noite da vigília também foi também uma grande festa.

A entrevistada considera que com a organização desse movimento, a Universidade recuou diante de sua expulsão e, por isso, ela conseguiu permanecer mais tempo na CEU. Os estudantes, após incansáveis reuniões, organizaram a “invasão” que ocorreu em abril de 1980. No dia previsto para o ato, ela relembra que acabou ficando no quarto com a filha com medo que houvesse alguma represália. Ainda assim pode ouvir a gritaria e a festa que se formou nos corredores quando as mulheres começaram a subir as escadas e adentrar nos quartos. Eram estudantes, mães, crianças e, de acordo com sua entrevista, havia um imenso sentimento de alegria. Germano, seu namorado, com uma câmera emprestada da Universidade registrava tudo que acontecia. Ainda hoje ela se recorda da insistência dele para que ambas participassem e como o medo do despejo a impediu.

Após a “invasão”, Laura se deu conta que algumas mulheres que entraram na Casa não saíram. Percebeu também que a repercussão sobre esse episódio ganhou grande notoriedade na imprensa e, por esse motivo, seu pai acabou descobrindo seu paradeiro e lhe oferecendo ajuda para alugar um apartamento. Este localizava-se ao lado da CEU e a mudança ocorreu com a ajuda dos amigos. Todos os utensílios que conseguiu foram doados por pessoas que, de alguma forma, participaram da manifestação. Para ela, essa foi a primeira vez que conseguiu estabelecer-se sozinha de forma segura. Como forma de solidarizar-se às lutas, participou com a filha da “invasão” ao Restaurante Universitário.

Ao contrário de seu grupo de amigos, Laura afirma que não se considerava uma militante ativa e tampouco se interessava por grandes discussões políticas. Suas lembranças são de que as atitudes que tomou foram movidas pelo instinto de sobreviver aos percalços que a vida foi lhe impondo. Durante a juventude, uniu-se brevemente ao grupo “As Brancalione”⁴⁵, no qual discutiam as ideias de Simone de Beauvoir. Foi a São Paulo em um grande encontro feminista e participou de algumas manifestações que discutiam a solidão da mulher na maternidade, ocorridos na Usina do Gasômetro, em

⁴⁵ Grupo de estudos da obra de Simone de Beauvoir formado por acadêmicas da PUCRS e da UFRGS, no início da década de 1980, em Porto Alegre. O nome foi inspirado no filme do diretor italiano Mario Monicelli, “O Incrível Exército de Brancalione”, sucesso na década de 1960.

Porto Alegre. Ainda assim, considera que sua grande “revolução” foi o relacionamento com o pai e o nascimento da filha ainda na adolescência.

Na juventude Laura chegou a ingressar no curso de Jornalismo na PUCRS, cursando até o sexto semestre. Devido aos inúmeros percalços e a necessidade de trabalhar e cuidar da filha, não conseguiu dar continuidade aos estudos. Atualmente, ela dá aulas de informática para idosos e tem uma pequena empresa para cuidados com cães e gatos.

Maria da Glória Lopes Koop

Maria da Glória Lopes Koop nasceu em 1963 na cidade de Porto Alegre. Seu ensino primário foi feito na Escola Estadual Anne Frank⁴⁶ e o secundário no Colégio Estadual Júlio de Castilhos⁴⁷.

Na época da “invasão” estava com 17 anos, de forma que sua participação não foi como universitária, mas como secundarista. No dia do ato, Maria da Glória conta que se atrasou, pois os ônibus não estavam passando pela Av. João Pessoa, principal via de acesso a Casa. Quando conseguiu chegar, o papel picado já caía pelas janelas e muitas mulheres já tinham entrado. A moradia, segundo ela, era como um “ambiente militar”, erigido “nas normas de um quartel”. As mães, irmãs e amigas não podiam colocar os pés nem mesmo no primeiro degrau que eram expulsas. Ela crê que por essa razão, as mulheres tinham uma imensa curiosidade pelo ambiente interno da CEU.

Em sua juventude, juntou-se de forma ativa ao grupo feminista Liberta e, de acordo com sua narrativa, as integrantes eram, em sua maioria, identificadas com a corrente estudantil Peleia que, no ano de 1968, disputou a primeira eleição do Diretório Central dos Estudantes. Segundo ela, essa vertente tinha uma orientação trotskista, vinculada a IV Internacional, uma antiga tradição dos militantes da esquerda no Rio Grande do Sul. Como era estudante do Júlio de Castilhos, escola reconhecida no Estado

⁴⁶O Colégio Estadual Anne Frank fica localizado no bairro Bom Fim na cidade de Porto Alegre. Atualmente atende as séries finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Por estar situado em uma região que abrigou, desde os anos de 1920, imigrantes judeus, o nome da escola foi uma homenagem a jovem judia Anne Frank que morreu em um campo de concentração nazista durante a Segunda Guerra Mundial.

⁴⁷O Colégio Estadual Júlio de Castilhos, também chamado de Julinho (inicialmente, Ginásio do Rio Grande do Sul, 1900-1908), é uma escola pública localizada na cidade brasileira de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. É um dos mais tradicionais colégios da cidade, tendo sido uma das melhores escolas porto-alegrenses, até por volta de 1985. Muitos grupos de estudantes contra a ditadura civil-militar se formaram nesse ambiente. Mais informações sobre a história da Escola podem ser obtidas no seu site: <<https://colegiojulinho.com.br/>>. Acesso em: 22 set. 2018.

por sua atuação política, Maria da Glória também participou do grupo Liberdade e Luta (LIBELU) com forte base entre os secundaristas⁴⁸.

Para a entrevistada, o Liberta tinha uma ampla participação no movimento estudantil. Elas estavam presentes nos diretórios acadêmicos e na equipe estudantil dos DCE's tanto da UFRGS como da PUCRS. Ao lembrar-se da formação do grupo, conta que ele tinha como intuito discutir questões específicas das mulheres como a descriminalização do aborto, o acesso ao planejamento familiar e o uso de contraceptivos. A seu ver, tais pautas não engrenavam nos debates realizados em outros espaços acadêmicos, por isso houve a necessidade de formar um coletivo em que esses assuntos pudessem ser livremente discutidos. Maria da Glória afirma que a maioria delas estava ligada a uma corrente do feminismo francês e os textos que costumavam discutir chegavam ao Brasil de forma clandestina. Além dos debates políticos, relembra que havia muitas intervenções artísticas, sendo essa uma característica muito forte entre elas.

Em 1981, ela e uma colega do Liberta participaram na cidade de Salvador, do primeiro encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPPC), onde se realizou o III Encontro Nacional Feminista. O evento contou com a presença de muitas mulheres na faixa etária dos quarenta anos que haviam retornado do exílio na Europa. Segundo ela, houve aí um choque geracional, pois as mais jovens queriam discutir um feminismo que abarcasse as massas, enquanto as mais velhas estavam voltadas para as discussões teóricas.

Maria da Glória crê que devido à ampla participação na “invasão” e militância em diferentes segmentos estudantis, o Liberta acabou se tornando uma referência na cidade de Porto Alegre. Ela aponta que havia um grande engajamento de professoras universitárias e relembra o exemplo de Arlete, do curso de Sociologia da UFRGS, que as procurou para que se articulassem juntas em campanhas contras as mulheres assassinadas. Na sua perspectiva, foi por meio desses contatos que elas se organizaram e passaram a fazer intervenções públicas no centro da capital.

A entrevistada considera que, na época, o Liberta passou a canalizar muitas demandas e o grupo, por ser pequeno, começou a não dar conta de atender a tudo que chegava. Ela relembra que uma das formas que encontraram de tentar chamar outras

⁴⁸ Para saber mais sobre as tendências do Movimento Estudantil no Rio Grande do Sul nas décadas de 1970 e 1980 consultar a tese de doutorado de Renato da Silva Della Vechia. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32809/000786827.pdf?sequence=1>> Acesso em: 20/10/2019.

mulheres para participar das atividades foi criando um periódico estudantil. As pautas, inicialmente, variavam do futebol às críticas das novelas exibidas na televisão. Aos poucos, os textos foram modificando-se e começaram a surgir discussões políticas e de violência contra a mulher.

Ela considera que o movimento estudantil foi um espaço opressor, no qual era necessário fazer um grande esforço para ser ouvida pelos colegas homens. No entanto, destaca que as mulheres participantes do Liberta já tinham um ativismo muito forte no feminismo e, por isso, não se sentiam acuadas diante do machismo perpetrado naquele ambiente. No sua percepção, o fato delas terem um espaço de discussão entre si possibilitava treinar a própria dicção e também possíveis intervenções, o que lhes dava uma maior segurança na hora de se manifestar nas discussões que envolvessem a disputa por cargos estudantis.

Por fim, afirma que a Universidade tem um papel fundamental nas relações entre o passado e o presente da CEU. Ela entende que o ambiente acadêmico precisa ser renovado, porque as estruturas de poder estão fechadas para as mulheres e embora a Casa tenha se tornado um espaço misto, outras demandas ainda pedem um olhar atento por parte dos gestores.

Maria da Glória teve uma longa trajetória de militância junto ao Partido dos Trabalhadores, participando de forma ativa de sua fundação, nos anos 1980, no Rio Grande do Sul. Em agosto de 2019, defendeu sua tese de doutorado no Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais da PUCRS. Sua investigação girou em torno da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, na década de 1930, na zona rural de Soledade e Sobradinho. Na vida profissional, atuou, durante muitos anos, na formulação de políticas públicas, especialmente na área de Direitos Humanos.

Roselaine Aquino da Silva

Ex-moradora da Casa do Estudante Universitário, Roselaine Aquino da Silva, graduou-se no curso de Licenciatura em Ciências Sociais no ano de 1989 na UFRGS. Sua trajetória pessoal e profissional está transpassada pela militância política no campo da esquerda e pela luta por um modelo educacional inclusivo e de qualidade. Nascida em 1965, na cidade de Uruguaiana, fronteira com a Argentina, Roselaine desde pequena acostumou-se com os assuntos políticos permeando sua vida. Neta de um sindicalista da rede ferroviária do Estado, seu avô foi um dos fundadores da filial do Partido

Comunista Brasileiro (PCdoB) na região. Em sua entrevista, conta que cresceu ouvindo histórias sobre os revolucionários da Coluna Prestes e os eventos organizados na ilegalidade por conta da repressão dos opositores oligarcas ao movimento. Seus pais seguiram a carreira pública, sendo sua mãe professora primária e seu pai funcionário da Companhia de Energia Elétrica do RS (CEERS). Era a única de quatro filhos que estudava no turno da manhã, o que permitia que suas tardes fossem divididas entre a casa do avô e a biblioteca pública na praça da cidade, local onde teve acesso a todo tipo de literatura infanto-juvenil.

Em função de um problema de saúde de Roselaine, a família mudou-se para capital em busca de tratamentos mais adequados. Após passar por alguns endereços, eles se fixaram em um conjunto habitacional na Baltazar de Oliveira Garcia, região de divisa entre Porto Alegre e Alvorada. Nessa época, ela já estava cursando Magistério na Escola Estadual Dom Diogo de Souza e, ainda jovem, aos dezesseis anos, assumiu um contrato como professora no município de Alvorada. E foram nessas posições, de aluna e docente, que Roselaine afirma ter intensificado sua militância. Logo após terminar seus estudos no segundo grau de ensino, prestou vestibular para UFRGS e foi aprovada. Com isso, saiu da casa dos pais e foi morar na Casa da Agronomia que se localiza próximo ao Campus do Vale, onde até os dias de hoje ocorrem as aulas do curso de Ciências Sociais.

No entanto, como esse era um período de intensas mudanças sociais e políticas e havia muitas manifestações públicas em que os estudantes participavam, Roselaine pediu transferência, em meados de 1984, para a Casa do Estudante Universitário, localizada na região central da cidade, onde a maioria dos protestos ocorria.

Roselaine permaneceu na Casa do Estudante Universitário por quatro anos. Saiu logo após ser aprovada no concurso público para professora na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, na área de alfabetização. Nesse período, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores e iniciou um longo trabalho na formulação de políticas públicas para a implementação da Educação de Jovens e Adultos pela cidade. Ela recorda que, na segunda metade da década de 1980, houve um crescimento exponencial do número de escolas que ofereciam educação noturna para jovens e adultos. Após terminar a graduação em Ciências Sociais, foi cursar uma especialização na Faculdade de Educação da UFRGS voltada para esse tema. Passou por diversas instâncias da Secretaria Municipal de Educação e coordenou programas que se tornaram referência no Brasil. Roselaine auxiliou a implantar o modelo de EJA de Porto Alegre em diversos

estados, incluindo os mais longínquos, como o Acre. Coursou mestrado em Educação na PUCRS e anos mais tarde conseguiu uma bolsa de estudos integral para estudar Doutorado em Sociologia da Educação na Universidade de Barcelona. Atualmente está aposentada, mas segue militando pela educação pública em todas as esferas.



Explicitados esses percursos de vida, percebe-se que há proximidades e distanciamentos entre elas, uma vez que ocuparam lugares diferentes no passado e, no tempo presente, reelaboram suas memórias sob a ótica dessas experiências. A partir dessa apresentação mais longa, propus ao leitor conhecer os variados caminhos que levaram essas sete mulheres a relacionar-se com a Casa do Estudante Universitário da UFRGS.

Na leitura, entrevê-se que as relações familiares foram importantes na vida de algumas, tomando um grande espaço da narrativa que fizeram de si, como é o caso de Laura Souto e Dinah Lemos. O destaque dado à figura paterna demonstra o peso desse relacionamento e o quanto ele compareceu nas decisões de vida de cada uma. Foi também a experiência da prisão dos pais de Gorete, durante o período da ditadura civil militar, um aspecto que a marcou profundamente. A vida e a militância deles são memórias que a todo o momento ela citou como referência à sua própria história de vida. Por outro lado, há o exemplo de Maria da Glória que, no início da sua entrevista, falou da CEU e das questões políticas que a envolviam, sequer permitindo que eu engendrasse perguntas sobre suas relações pessoais. A sensação foi de que ela preparou-se para a entrevista ensaiando sua fala. As perguntas fora do seu planejamento não eram respondidas de forma esmiuçada. Isso me leva a inferir que havia certo nervosismo e também um receio em responder algo que parecesse “errado”. Errante (2000) afirma que o narrador possui noção de como se dá uma entrevista e quais as perguntas e respostas estão dentro do contexto temático. Para alguns entrevistados, um roteiro estruturado fora da linha convencional pode ser um fator de inibição, o que me pareceu ser o caso.

Outro ponto de amarração entre os percursos narrados pelas entrevistadas é a escolarização básica. Levando em consideração que boa parte da infância e adolescência se passa dentro dessa instituição, as lembranças sobre esse espaço, sejam elas boas ou

ruins, ocupam um lugar importante quando se trata de lembrar o passado. Destaca-se que algumas consideram que esse foi o local em que aprenderam a se posicionar politicamente. Denise Dora, por exemplo, entende que seus primeiros passos no ativismo feminista foram dados no Colégio Seigné. Roseli Aquino, ao falar sobre seu tempo de estudante na escola Dom Diogo de Souza, aponta que aprendeu a exercer a liderança e formar grupos no período escolar. Maria da Glória também demonstra tal atitude ao destacar em sua fala que era uma secundarista na época em que a “invasão” da CEU aconteceu e ao contar que o Júlio de Castilhos foi um espaço de muitos debates políticos.

Mas são nas narrativas sobre o período da militância que os relatos ganham grandes pontos de intersecção. Mesmo atuando em diferentes esferas, é possível perceber que este é um assunto de importância crucial no passado e também no presente das entrevistadas. No entanto, percebe-se uma dissonância na fala de Laura, cuja distância do engajamento político difere de todas as outras. Isso não supõe que seu posicionamento frente às questões sociais, culturais, econômicas da época fosse superficial, já que a própria entrevistada narrou o seu entusiasmo em ter participado de grupos feministas na juventude. Porém, não se observa em sua narrativa uma crença no modelo político que estava sendo gestado e, além disso, sua energia se direcionava para a resolução dos conflitos pessoais, de forma que o tempo para se dedicar às lutas coletivas era escasso.

Embora para Laura o ativismo não tenha sido fundamental para chegar até a Casa, isso não ocorreu com as demais. O envolvimento com grupos, seja o Liberta, o movimento estudantil ou os diretórios acadêmicos, permitiu a essas seis mulheres amplificar seu posicionamento frente às questões que envolviam a moradia estudantil. Primeiro, no tocante a impossibilidade do público feminino estar presente nesse espaço junto com os homens. Segundo, já numa Casa mista, conquistar direito de fala e de se colocar enquanto liderança dentro de um local que ainda tinha predominância masculina.

Assim, por meio dessa longa explanação sobre trajetórias de vida individuais, encaminho o leitor para o capítulo seguinte, no qual busco responder as perguntas que mobilizaram essa dissertação de mestrado e analiso como se deu a presença feminina na Casa do Estudante Universitário da UFRGS na década de 1980.

4. “LUGAR DE MULHER”: A PRESENÇA FEMININA NA CEU

Em “Um teto todo seu”, Virgínia Woolf pensa em todas as portas que se fecharam para as mulheres e na diversidade de histórias que somente elas poderiam contar. Para exprimir suas experiências, a autora afirmava que é necessário o mínimo: um pouco de dinheiro e um quarto para si. “A liberdade intelectual depende de coisas materiais” (WOOLF, 2014, p.151), afirmou a escritora inglesa. Ao pesquisar a história dos quartos, Michelle Perrot (2011) discute a complexidade que envolve esse cômodo e a ambiguidade que ele representa para o público feminino, ora oscilando entre a privação forçada, ora sendo o único lugar onde eram capazes de exercer a liberdade de pensamento. Ao citar um estudo feito com as imigrantes da Europa Central que ocupavam quartos nos distritos de Paris sozinhas, ela aponta que estas consideravam esse espaço como a demarcação de um território e isso as permitia seguir seus projetos pessoais.

Os quartos da Casa do Estudante Universitário da UFRGS, como já demonstrado anteriormente, foram pensados e estruturados para os homens. Às mulheres não somente foi negado o acesso a eles, como sua presença foi proibida em todo e qualquer cômodo. O público feminino foi vetado, por mais de uma década, de ocupar este espaço e, assim, demarcá-lo como seu. A continuidade aos estudos, nesse sentido, também era dificultada, já que a assistência estudantil ofertada era escassa. É importante salientar, mais uma vez, que embora a Universidade mantivesse uma Casa exclusivamente feminina (a CEUFRGS), ela ofertava apenas 40 vagas, não comportando a demanda crescente de mulheres buscando o ensino superior. Além disso, essa Casa localizava-se em um ponto longínquo da região central e possuía uma infraestrutura muito inferior à oferecida aos homens, uma vez que não havia serviço de limpeza, lavanderia, refeitório e outras tantas benfeitorias que eram possibilitadas ao sexo masculino.

A situação da CEU veio a modificar-se quando, em 1980, houve uma “invasão” que alterou os rumos de sua história. E é a partir desse acontecimento que esta narrativa se orienta. Arlette Farge (2015) afirma que o historiador trama sua escrita com base no fio condutor de um ou mais acontecimentos, e este é senão aquele que se torna significativo a partir de suas próprias hipóteses de trabalho. É ele que permite uma organização cronológica e o estabelecimento de um sentido ao passado que o pesquisador se propõe a investigar.

O historiador assume um papel particular dentro dessa perspectiva, já que é ele quem isola o acontecimento e lhe dá notabilidade. O episódio da entrada das mulheres na Casa ganha sentido histórico porque, enquanto pesquisadora, lanço sobre ele meu olhar e lhe atribuo questionamentos. Porém, esse isolamento não pode ser compreendido se não estiver envolvido em uma teia de outros acontecimentos, isso é, precisa estar inscrito no tecido social, pois são o lugar, a maneira e as condições dessa inscrição que formam sua singularidade.

Assim, nas próximas páginas, me proponho a discutir a presença feminina na Casa do Estudante Universitário da UFRGS na década de 1980, a partir de algumas categorias de análise que foram emergindo em meio à operação historiográfica. Na primeira etapa, convido o leitor a acompanhar o processo de disputa entre os estudantes e a Universidade para conseguir o livre acesso feminino à CEU. Na sequência, discorro sobre a “invasão” e a permanência feminina, de forma clandestina, após esse episódio. Já num segundo momento, analiso as ressonâncias dessa mobilização e o início da moradia mista, pontuando como foram as sociabilidades neste espaço, as dificuldades e conquistas bem como as ressonâncias na trajetória de vida dessas moradoras que viveram a primeira década de um ambiente comum a mulheres e homens.

4.1 “Se quiser transar, vai para Redenção”: a UFRGS e a gestão da CEU

Desde a sua criação, em 1971, a Casa do Estudante Universitário é administrada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A cláusula primeira do Regimento Interno, aprovada pelo Reitor em 25 de fevereiro do mesmo ano, denomina-a da seguinte maneira:

Art. 1º A CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO (CEU), instituição assistencial da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), destina-se a servir de moradia a alunos da UFRGS, carente de recursos, oferecendo-lhes ambiente propício ao desenvolvimento da personalidade e de estímulo à solidariedade universitária⁴⁹.

Todo seu gerenciamento é promovido por instâncias indicadas pela própria Reitoria, havendo pouca ou nenhuma participação dos estudantes. Para organizar o cotidiano da moradia, um Conselho Administrativo foi montado, sendo ele composto por sete titulares: três designados pelo Reitor, dentre membros do corpo docente,

⁴⁹ Casa do Estudante Universitário. Regimento, 1971, p.1.

técnico e administrativo e três moradores, dos quais um seria responsável pelo pavimento dos cursos de pós-graduação e dois dos pavimentos de graduação, além de um administrador que estaria permanentemente na Casa. Cabia a esse Conselho traçar as diretrizes, assim como admitir e demitir moradores.

Nos primeiros anos de existência da CEU, não foram poucos os conflitos envolvendo esse modelo de gestão, principalmente no tocante à eleição dos que representariam todos os demais. Sendo um espaço que ofertava 365 vagas, é de se imaginar o quão difícil fosse organizar as demandas de todo o coletivo. Grupos de estudantes acusavam os membros do Conselho Administrativo e da Reitoria de fraudar as eleições internas da Casa com vistas a ter moradores subordinados às suas vontades. Muitos acreditavam que eram manipulados pela UFRGS que não lhes permitia nenhuma espécie de autogestão.

Em 1975, instaurou-se o processo nº 14946/75⁵⁰ movido por Germano Noll, habitante do sexto pavimento. No documento, há a acusação de que as cédulas eleitorais estavam incompletas, não havendo a possibilidade de se votar em uma das chapas. Os moradores foram chamados à Superintendência Acadêmica para prestar esclarecimentos da denúncia e uma nova e longa tramitação em torno da eleição aconteceu. Nesse mesmo ano, circulou uma edição de jornal, organizado pelos próprios “ceuanos”, apresentando o cotidiano do local e demonstrando a insatisfação com a rigidez no gerenciamento da Casa (SILVA, 2004). Tais ações, realizadas quatro anos após a inauguração do espaço, são um indicativo do clima de tensão que se instaurou entre as partes envolvidas na organização da CEU.

Um dos motivos de embates pelas vagas no Conselho é que este, pelas normas do Regimento Interno, era responsável também pelos casos de indisciplina, cabendo-lhe julgar e aplicar as devidas penalidades. Dentre as infrações que vinham sendo contestadas por alguns grupos, estava o fato de que a presença feminina era proibida na Casa, salvo com expressa autorização do administrador. Concedência que nunca acontecia.

Cabe aqui a reflexão feita por Justino Magalhães (2004) para quem as instituições educativas são uma mescla de comunicação, poder e relações com as comunidades que a envolvem. Historicizar um espaço de educação, seja ele formal ou informal, requer um olhar para essas dinâmicas de regulação e manutenção normativa,

⁵⁰ Fonte: Arquivo da CEU.

analisando os comportamentos, representações e projetos de sujeitos que pretendem formar dentro do seu contexto sociocultural. A situação da CEU permite entrever dois modelos distintos de concepção educativa: de um lado, um grupo de moradores disputando a sua autonomia. De outro, a Universidade, às vezes apoiada por alguns estudantes, com um modelo vertical de administração que resulta em um espaço segregado e de extrema vigilância. Assim, analisar como ocorreu o processo de entrada das mulheres na Casa, requer um olhar para essas formas de gerir e os conflitos resultantes de tal modelo.

Exemplificando esse sistema de vigilância, em depoimento cedido para o livro comemorativo aos 70 anos da UFRGS e da primeira Casa do Estudante do Rio Grande do Sul, o ex-morador José Fortunati⁵¹, declarou que sua mãe foi uma das primeiras mulheres a quebrar esse ciclo de proibição. Em um campeonato de futebol, o jovem rompeu os ligamentos do joelho e ficou acamado por dias. Sua mãe veio da cidade de Flores da Cunha, interior do RS, para visitá-lo. Foi impedida de subir as escadas pelo esquema de segurança. Com isso, um grupo de moradores se articulou para cobrar a autorização do administrador para que ela pudesse visitar o filho. Em seu depoimento, ele afirma que somente após muita pressão foi concedida essa entrada (SILVA, 2004).

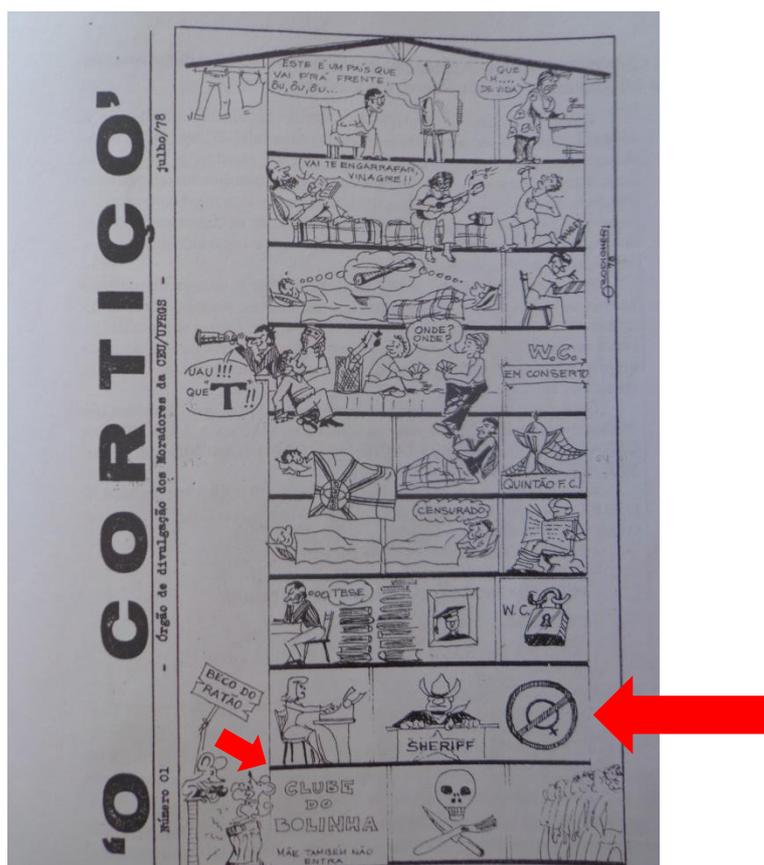
Cumprir destacar que, embora a UFRGS negasse o acesso ao sexo feminino, havia um grupo que era permitido adentrar as dependências da CEU: as responsáveis pela limpeza do local. Tal fato nos leva a pensar sob que condições a Reitoria enxergava essas mulheres. Não encontrei vestígios que me permitissem explorar melhor esse fenômeno, mas algumas inferências são possíveis de se fazer, haja vista que na década de 1970 (e ainda hoje) a maioria esmagadora das trabalhadoras de serviços gerais era/é negra e pobre. É possível cogitar que eram descoladas da sua condição de mulheres “aceitáveis” aos olhos dos estudantes (homens brancos em sua maioria) e também vistas como “incapazes” de concorrer a qualquer coisa dentro daquele espaço⁵².

⁵¹José Alberto Reus Fortunati é um político nascido no Rio Grande do Sul. Já foi vereador de Porto Alegre e deputado estadual e federal pelo Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre em dois mandatos. Na época em que estudou na UFRGS, em 1974, foi presidente do Diretório Acadêmico e um dos fundadores da Associação dos Moradores da Casa do Estudante Universitário. Atualmente, é filiado ao Partido Socialista Brasileiro.

⁵² Na dissertação “O lugar onde a casa mora: memórias sobre a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida – CEUACA (1963-1981) o autor, ainda que não tratasse da temática das mulheres, apresenta que o regimento interno proibia os moradores de conversar com as empregadas da Casa. No entanto, tal proibição não os inibia de manter relações sexuais, embora sempre eventuais por tratarem-se de mulheres de condição social inferior, ou seja, “não adequadas” para casar com homens universitários. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172174>>. Acesso em: 01 de out. de 2019.

No final da década de 1970, os moradores aumentaram a pressão junto à Reitoria para que houvesse uma modificação no Regimento e as mulheres fossem autorizadas a penetrar na Casa como visitantes. Em 1978, os moradores retomaram a ideia da produção de um periódico para circular entre eles. O jornal “O Cortiço” passou a ser publicado com artigos anônimos e assinados e, além do dia a dia da CEU, havia um constante ataque à falta de autonomia dos moradores que se sentiam controlados.

Figura 06: Capa do Jornal “O Cortiço” produzido pelos moradores da CEU



Fonte: Caricatura de Osmar Rodigheri. Jornal O Cortiço, nº1, jul de 1978, in SILVA, Ângelo Ronaldo Pereira da. (org.). As Casas de Estudante da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

É possível perceber na imagem diversos perfis e situações que se desenrolavam na CEU. Nos detalhes sinalizados, estão a figura de um xerife (representando a proibição da entrada das mulheres) e um desenho que faz menção ao “Clube do Bolinha” e “Mãe também não entra”. Tais representações dão conta da insatisfação com o gerenciamento da Casa em relação ao acesso feminino.

Independente da pressão, a Universidade mantinha seu posicionamento rígido frente às demandas dos estudantes, recusando-se a admitir o ingresso de mulheres na Casa, seja como moradoras seja apenas como visitantes. Porém, é possível perceber que

mesmo diante de uma estrutura severa, houve brechas que possibilitaram esse acesso. A utilização da metodologia de História Oral, nesse sentido, permitiu identificar as dissonâncias que se apresentavam no cotidiano dessa Casa e que demonstram a complexidade que existe ao se analisar esse espaço.

Um exemplo que chama atenção é Laura ter se mudado para a CEU com uma criança pequena, no final de 1979, e permanecido morando por quase seis meses mesmo sem vínculo com a Universidade. A presença dela não estava entrelaçada às demandas dos moradores por maior autonomia, pelo contrário, ligava-se diretamente a uma questão pessoal da entrevistada, mas, no fim das contas, o fato dela habitar esse local sem que a UFRGS soubesse desarticulava essas barreiras austeras de institucionalização. Seu ingresso foi facilitado por um morador, na época seu namorado, que também discordava da maneira como as normas eram impostas⁵³. Ao rememorar sua entrada na CEU, Laura contou, entre sorrisos, como eles conseguiram enganar a vigilância:

Ele ajeitou tudo para mim. Eu só argumentei: como é que eu vou morar lá, é proibido, não pode morar mulher. Eu não sou nem da UFRGS, não tem como eu morar, os porteiros não vão deixar eu entrar. Ele disse: não! Eles sequer vão ver que tu te mudou. A gente leva umas sacolas, não leva mala. A gente leva aos pouquinhos as coisas. Aí eu fui. A gente pegou mais uns amigos dele e foi levando as sacolinhas. [...] Fui levando à noite todas sacolinhas, coisinhas, até conseguir levar as coisas da minha filha, um monte de coisa de criança. Foi uma beleza! (Laura, 2019).

O fato de Laura se mudar para Casa e facilmente transitar entre seus espaços, aponta que os próprios porteiros, aos poucos, começavam a afrouxar na diligência com as mulheres, pois como ela poderia transitar pelo edifício, subir e descer as escadas para ir à pracinha com sua filha sem que fosse notada? É possível inferir que, nesse período, já havia certo clima organizacional, ao menos da parte de alguns funcionários, que possibilitou esse ingresso. Laura comenta que, embora vivesse bem na Casa, sentia medo das denúncias, principalmente por parte das faxineiras que a consideravam como intrusa.

As camareiras não limpavam mais o quarto. Quando elas descobriram que eu morava lá elas pararam de limpar o quarto. Era até melhor, era muita vigilância. A camareira limpa e está te vigiando. Os porteiros eram uns caras

⁵³ HINTERHOLZ (2017) em seu estudo de mestrado apresenta situação semelhante a de Laura, no qual um dos moradores levou sua companheira para morar com ele enquanto o espaço ainda não admitia institucionalmente a presença feminina, demonstrando que os moradores utilizavam-se de táticas para burlar os regimentos. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172174>>. Acesso em: 01 de out. de 2019.

legais. Imagina esses caras no meio dos estudantes, eles não eram pessoas tão rígidas, estavam acostumados com a gurizada, eram descontraídos. Era um entra e sai, já não tinha tanta rigidez. Eles pegavam minha filha no colo, eram simpáticos (Laura, 2019).

Ainda que a entrevistada afirme que não houvesse tanta rigidez dos homens da portaria, a presença feminina continuava sendo considerada um problema para Universidade que rechaçava toda e qualquer negociação com os moradores. Denise acredita que os estudantes não necessariamente liam esse fato como um problema de discriminação de gênero, mas como uma questão atravessada pelo autoritarismo ainda muito presente na UFRGS. Sobre esse assunto, Roselaine, ex-moradora da CEU e companheira de um homem que esteve presente no episódio de “invasão”, tem a mesma opinião, nomeando a Casa como uma “prisão”. Ela cita, entretanto, um evento no qual entrevemos que além da vigilância, havia um discurso discriminatório contra as mulheres:

Teve um fato muito sério quando o Reitor mandou chamar uma comissão. [...] Ele chamou no gabinete, era um Reitor meio truculento. E ele disse assim: se vocês querem transar, transem na Redenção. Aí eles pegaram essa frase e denunciaram (Roselaine, 2019).

Dinah também menciona tal episódio em sua entrevista, fazendo referência ao fato do Reitor nomear as estudantes que entravam na CEU de “prostitutas”. Comenta também que, na época, os moradores estavam mobilizados pelo livre acesso feminino e, assim como Denise, afirma que eles entendiam a proibição mais pelo viés da ditadura e não propriamente do machismo. Para ela, o campo político da esquerda não estava preocupado em debater os dois fenômenos (discriminação contra mulheres e autoritarismo). Nesse sentido, a discussão sobre o regime político tornava-se prioritário e descolado do feminismo e suas pautas.

A historiadora Celi Pinto (2003) aponta o quanto o feminismo no Brasil da década de 1970/1980 tinha uma relação difícil com a política. A autora considera que este era mal visto tanto pelos militares (e seus seguidores) quanto pelos militantes da esquerda, que, muitas vezes, associavam a liberalização dos costumes a uma vulgarização na forma de tratar a mulher. Além disso, afirma que as questões de gênero encontravam resistência nos segmentos tradicionais de esquerda porque tais lutas não eram compreendidas como “passíveis de perseguições pelo aparato repressivo do Estado” (PINTO, 2003, p.60). Outra pesquisadora que também analisou o assunto foi

Natalia Méndez (2004) ao investigar o movimento feminista de Porto Alegre. A autora demonstra a dificuldade que as mulheres engajadas em coletivos encontravam para afirmar a importância da luta feminista frente à conjuntura vivida pelo País e o quanto os partidos incorporados dentro de um sistema progressista consideravam a pauta da emancipação feminina uma questão secundária diante da necessidade de enfrentar o regime ditatorial e redemocratizar o estado brasileiro. Ambos os estudos possibilitam dimensionar a fala apresentada por Dinah e o quanto a questão do machismo era complexa dentro da conjuntura política do início da década de 1980.

Entretanto, mesmo sem colocar a questão da opressão como eixo principal, a discussão sobre a entrada das mulheres seguia acontecendo em diferentes esferas. Laura, que continuava morando na CEU de forma clandestina, acabou sendo denunciada em março de 1980. Essa ocorrência mobilizou os moradores a convocarem reuniões para decidir quais as estratégias de resistência às ordens da Universidade seriam tomadas. Por isso, as entrevistadas concluem que a organização para a “invasão” ocorreu por iniciativa dos homens que habitavam a CEU “[...] tinham reuniões com quase 200 moradores querendo que as mulheres pudessem entrar [...] orquestramos uma “invasão” que foi, sim, liderada pelos homens” (Dinah, 2019). Embora declarem que foi um movimento articulado por eles, em diversos momentos, elas demonstram em suas falas que, se não houvesse uma adesão feminina para o ato, este dificilmente teria dado certo. Maria da Glória, ao ser questionada sobre o assunto, relembra-o da seguinte maneira:

Digamos que tinha uma demanda de moradores, uma demanda por liberdade, na época essa questão da liberdade nos afetava muito, poder entrar num lugar público, poder ter acesso a lugar que não era quartel, mas existiam regras de quartel [...] mas quem foi invadir a Casa foram as mulheres. (Maria da Glória, 2018).

Laura também rememora que sugeriu em assembleia uma vigília para o dia de sua expulsão no sentido de impedir que os porteiros a despejassem. Ainda que a sugestão fosse para se proteger, todos aceitaram a proposta, o que demonstra que a participação feminina nas reuniões também estava presente. Ela considera que havia um clima geral dentro da CEU para que as mulheres entrassem. Conta que tudo era feito com muito entusiasmo pelos jovens porque havia algo que contagiava a todos. Dinah segue na mesma perspectiva dessa ambiência amigável e de que todos estavam

inebriados pela ideia de que as mulheres poderiam passar a frequentar aquele local. Em sua entrevista afirmou:

Tinha rato⁵⁴ da polícia nas organizações de comissão, no meio do cenário. Eles mostravam as carteirinhas de polícia para nós se solidarizando. Eu sou rato, mas não estou sendo rato neste momento, eu tenho até arma, mas está todo mundo querendo a democracia (Dinah, 2019).

Denise, no entanto, ao rememorar essas assembleias, explica que dentro da Casa existiam pessoas contrárias, por isso houve uma iniciativa de montar grupos para dialogar com os moradores na perspectiva de construir um clima comum:

[...] tinha uma demanda dos próprios estudantes, mas não era uma demanda consensual, tinha muitos estudantes da casa homens que preferiam “não, isso vai ser uma bagunça, as mulheres vão ficar entrando aqui, vai ficar uma putaria.”, tinha um pessoal da casa mais conservador, teve um trabalho interno com os moradores da casa para construir um possível consenso, uma aliança. [...] Foi super organizado da parte deles, criaram uma dinâmica favorável (Denise, 2019).

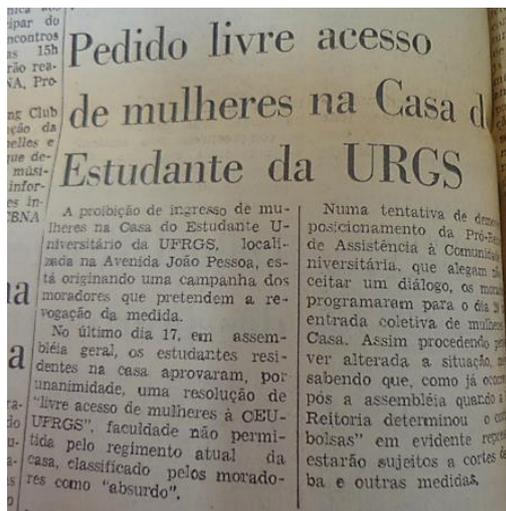
É provável que o consenso em uma Casa com mais de trezentos moradores fosse difícil, mas percebe-se, por meio das narrativas, que os estudantes conseguiram criar um clima que facilitasse o processo de “invasão”, inclusive conseguindo o apoio da imprensa regional. As inúmeras discussões, bem como as negociações infrutíferas com a Reitoria, acabaram mobilizando os estudantes a se envolver no assunto. Infiro que muitos podem ter aceitado se engajar, não necessariamente pela luta de moradia mista ou livre acesso das mulheres, mas como uma forma de desobediência às regras. O sociólogo Alberto Melucci (2001), ao tratar de mobilizações coletivas, afirma que um movimento concreto é sempre complexo, heterogêneo e no seu interior há uma gama de problemas, atores e objetivos envolvidos, mas, ainda assim, esses fenômenos implicam solidariedade, ou seja, “capacidade dos atores se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social” (MELUCCI, 2001, p.35). Por isso, penso que mesmo os moradores contrários à entrada das mulheres acabaram não gerando ações de bloqueio à “invasão”, porque houve uma atmosfera que os seduziu a combater a institucionalização imposta pela Universidade.

E foi no dia 17 de abril de 1980, após uma grande assembleia, que ficou decidido pelo livre acesso feminino à CEU independente das ordens da Reitoria. Alguns

⁵⁴ Nomenclatura utilizada para identificar policiais militares infiltrados.

dias depois, o jornal *Correio do Povo* divulgava uma nota sobre essa reunião e informava que os estudantes estavam mobilizados a permitir que as mulheres frequentassem a Casa do Estudante Universitário da UFRGS e anunciava o ato previsto para o dia 29 de abril de 1980.

Figura 07: Pedido livre acesso à CEU



“Numa tentativa de demover o posicionamento da Pró-Reitoria de Assistência à Comunidade Universitária, que alegam não aceitar um diálogo, os moradores programaram para o dia 29 uma entrada coletiva de mulheres na Casa. Assim procedendo pensam ver alterada a situação, mesmo sabendo que, como já ocorreu após a assembleia quando a Pró-Reitoria determinou o “corte de bolsas” em evidente represália e estarão sujeito a corte de verbas e outras medidas.”

Fonte: *Jornal Correio do Povo*, 22 de abr. de 1980, p.10.

Sobre esse intenso processo de negociação com a UFRGS, Denise recorda que os estudantes foram muito abertos e dispostos a conversar, afirmando que inicialmente toda a arquitetura política foi feita pelos canais legais e institucionais, num sentido de mudar o regimento por meio do Conselho Administrativo. Como não houve diálogo possível, decidiu-se na assembleia pela entrada coletiva das mulheres na Casa. A entrevistada aponta que a resposta da Reitoria para essa decisão foi de extrema repressão, não só na atitude de cortar as bolsas como nas ameaças proferidas: “[...] na véspera alguém da UFRGS falou que iria chamar a polícia, que era pra que todo mundo tentasse desistir, teve uma repercussão forte. A gente estava apreensiva, não sabia o que iria acontecer” (Denise, 2019).

Mesmo diante do medo e de não saber como iria se desenrolar essa mobilização, os estudantes demonstraram disposição em dissolver as barreiras impostas e mantiveram uma atitude de festejo. Exemplo disso pode ser percebido no relato de Dinah que dias antes do ato foi convidada a entrar na CEU e caminhar pelos corredores, o que também demonstra que os porteiros da CEU já começavam a admitir que o ingresso das mulheres era um processo iminente.

Eu entrei uns dias antes porque os guris estavam apaixonados pelo teatro libertário e vitorioso que estavam construindo [...] Uns dias antes me levaram. Foram me buscar, porque eu estava sempre nos bares e diretórios acadêmicos. Alguém me diz: “Dinah, o pessoal da comissão está te convidando para ir na Casa”. Eu fui. Cheguei e disseram: “nós queremos fazer uma coisa totalmente subversiva, nós queremos que tu entre na Casa antes da invasão”. Eu entrei e caminhei pelos corredores e eles ficaram olhando maravilhados. Eu só entrei. A gente era tímido, jovem, alegre, fui até lá, caminhei no corredor, voltei, desci e fui embora (Dinah, 2019).

Diante das desobediências, no dia 27 de abril de 1980, a Reitoria da UFRGS, em resposta à manifestação publicada pelos estudantes no *Correio do Povo*, emitiu uma nota oficial também veiculada pela imprensa. Neste comunicado, o Reitor Homero Sá Jobim tentou esclarecer à comunidade acadêmica e ao grande público os assuntos envolvendo a Casa, subdividindo suas explicações em sete breves itens. No primeiro, expôs a função social da CEU e a letra regimental que excluía das dependências da Casa o público feminino. Em seguida, afirma que convocou uma reunião, dia 25 de abril, para dialogar com os moradores, explicando-lhes a importância de obedecer às regras regimentais e solicitando-lhes que apresentassem formalmente uma proposta consubstancial de alteração do regimento para ser avaliada pelo Conselho no dia 28 de abril. Por fim, a nota esclarece ao público que a Universidade não havia recebido nenhum retorno dos estudantes até a data da publicação do comunicado (27) e que desaconselhava o ato previsto para o dia 29, uma vez que era encargo da Universidade zelar pelo cumprimento dos dispositivos legais⁵⁵.

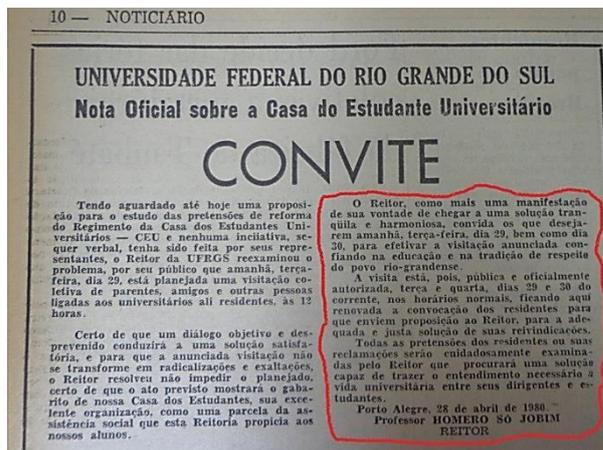
Essas atitudes demonstram o jogo de forças que estava sendo travado pelos estudantes e pela Universidade, já que ambos acusavam-se de não haver diálogo e tentavam, por meio da imprensa, ganhar a simpatia do grande público. Roselaine comenta em sua entrevista sobre o uso dos meios de comunicação como estratégia de mobilização, principalmente por parte dos moradores. Estes procuravam levar ao conhecimento geral os casos mais graves da CEU para demonstrar o quão infundado era o regimento.

Começaram a ir para as rádios, jornais, falar sobre essas coisas, porque era uma prisão. Citavam vários casos: um ficou doente, a mãe não podia cuidar dele no quarto, um absurdo! Começaram a contatar deputados dentro da esquerda do MDB que levavam adiante a pauta. Foram na TV. Falaram com a Tânia Carvalho que foi uma das que ajudou a divulgar a proibição (Roselaine Aquino, 2019).

⁵⁵ Jornal *Correio do Povo*, 27 de abr. de 1980, p.12.

Esses recursos aparentemente surtiram efeito na imagem que o público começou a construir da gestão administrativa da UFRGS, o que levou o Reitor, em 28 de abril de 1980, a fazer um novo pronunciamento, noticiado no jornal *Correio do Povo*.

Figura 08: Convite da Reitoria da UFRGS para as mulheres acessarem a CEU.



Fonte: *Jornal Correio do Povo*
29 de abr. de 1980, p. 10.

“O Reitor como mais uma manifestação da sua vontade de chegar a uma solução tranquila e harmoniosa, convida os que desejarem amanhã, terça-feira, dia 29, bem como dia 30, para efetivar a visita anunciada confiando na educação e na tradição de respeito do povo rio-grandense.

A visita está, pois, pública e oficialmente autorizada, terça e quarta, dias 29 e 30 do corrente, nos horários normais, ficando aqui renovada a convocação dos residentes para que enviem proposição ao Reitor, para adequada e justa solução de suas reivindicações.

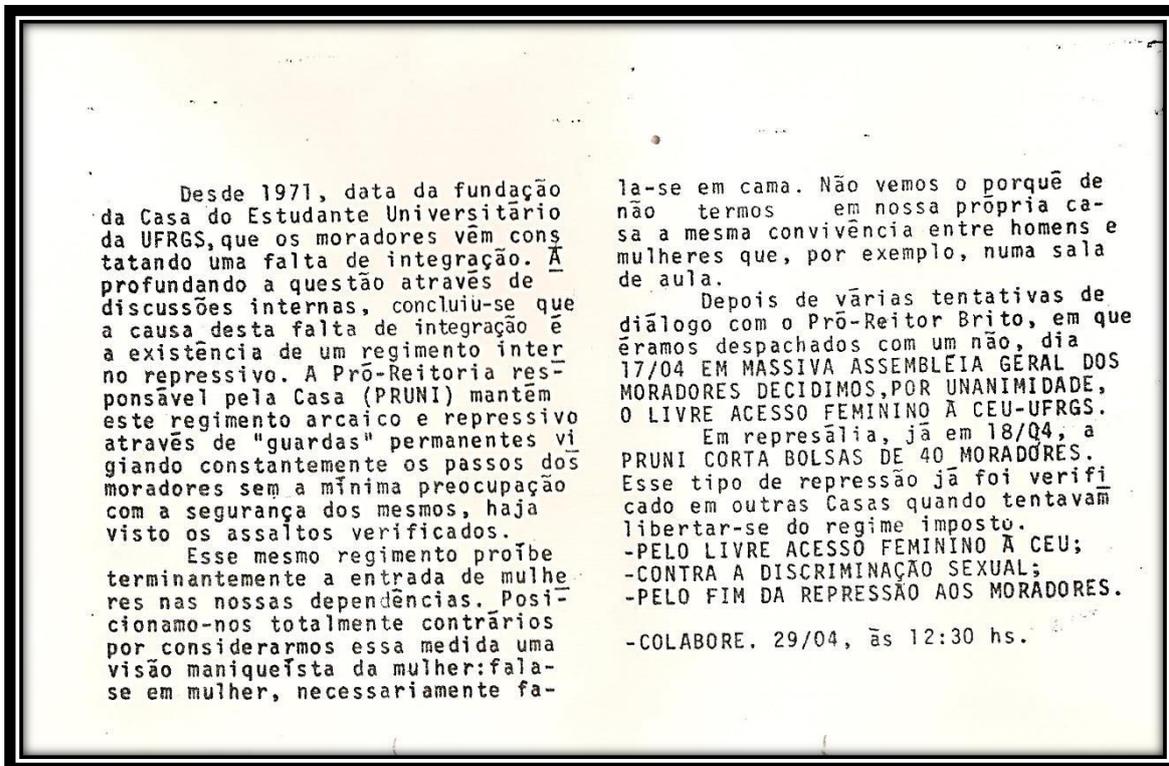
Todas as pretensões dos residentes ou suas reclamações serão cuidadosamente examinadas pelo Reitor que procurará uma solução capaz de trazer o entendimento necessário a vida universitária entre seus dirigentes e estudantes.”

A atitude do Reitor de fazer um “convite” e “autorizar” a entrada na CEU por dois dias, como forma de demonstrar a sua disponibilidade ao diálogo, foi interpretada pela maioria dos estudantes como uma tentativa de esvaziamento do ato, uma vez que no dia anterior havia sido divulgada uma nota na imprensa em que ele desaconselhava a manifestação e declarava que enquanto estivesse no cargo não seria permitida a entrada de mulheres na Casa. Nesse sentido, parece visível que a Universidade começou a dar-se conta do desgaste que vinha enfrentando com relação à opinião pública e resolveu mudar seu discurso com vistas a reverter essa situação.

Os estudantes, ao perceberem essa tentativa de desmobilização do ato, confeccionaram panfletos que foram distribuídos por diferentes campi da Universidade explicando seus motivos e salientando que a entrada não deveria ser “autorizada” por dois dias, mas que as mulheres deveriam ter livre acesso permanente. O coletivo feminista Liberta, segundo Dinah, foi um dos responsáveis por articular essa panfletagem. Denise considera que a experiência adquirida enquanto grupo de discussões feministas possibilitou uma maior desenvoltura na hora de entregar esses materiais e convocar o público a participar. A entrevistada pontua que foi um processo importante de convencimento para que os estudantes levassem as mães, irmãs, avós para

que estas também sentissem a ambiência que eles estavam querendo construir e a Universidade não permitia.

Figura 09: Panfleto convocando a população para a “invasão” a CEU.



Fonte: Acervo da CEU.

Então, no dia 29 de abril de 1980, no dia e hora marcado, os manifestantes compareceram em massa nas imediações do prédio da antiga Escola de Engenharia, quase em frente à Casa do Estudante Universitário, onde os estudantes, a postos com megafones, chamavam o maior número possível de pessoas para participarem do ato.

Face ao exposto nesse subitem, é possível perceber o quanto a Universidade manteve uma postura de autoritarismo em relação aos estudantes e geriu a Casa nesse mesmo modelo. Vale lembrar que, desde o início da sua criação, a CEU enfrentou disputas por maior autonomia entre os moradores e os Conselhos Administrativos, culminando em abertura de processos, manifestações internas e conseqüentemente na briga pela proibição da entrada das mulheres. Os universitários, frente a essa falta de diálogo com a Reitoria, mobilizaram-se, ano após ano, até alcançar um público mais amplo e conseguirem apoiadores para a causa. Nesse ínterim, é importante dar-se conta que os coletivos feministas começavam a despontar no cenário porto-alegrense, sendo responsáveis pela amplificação dessas discussões, levando ao conhecimento de um

maior número de mulheres o assunto. Como estratégia de disseminação de informações, os jovens utilizaram-se da imprensa de circulação local e da confecção artesanal de instrumentos que pudessem servir de intermédio com o público, a fim de disputar a narrativa pela CEU com a Universidade. Tais ações deram resultado e a “invasão” ocorreu em 29 de abril de 1980, marcando um novo momento dessa moradia. Assim, no item a seguir, analiso como foi rememorado o ato pelas entrevistadas visando entrelaçar essas reminiscências à documentação do arquivo. Além disso, busco examinar as primeiras ressonâncias desse movimento na estrutura do ambiente.

4.2 “Abram as grades dessa prisão”: a “invasão” da Casa do Estudante Universitário da UFRGS

Na Avenida João Pessoa, em Porto Alegre, um grande conglomerado de pessoas se acumulava esperando o comando para entrar na Casa do Estudante Universitário da UFRGS. O vídeo amador⁵⁶, produzido por estudantes e disponibilizado anos mais tarde no Youtube, me permite algumas interpretações desse momento. Aparentemente, era um dia agradável de sol, no qual homens e mulheres vestiam calças e blusas de manga curta. A temperatura parecia favorecer os presentes. Com os olhos voltados para os onzes andares, o público assistia uma enorme faixa se desenrolando pelo frontispício do prédio. “Abram as grades dessa prisão”, estava escrito. A imagem está um pouco borrada, mas nas feições dá para perceber alegria e entusiasmo. Apesar do som mudo, é possível observar o toque das mãos em ritmo de palmas enquanto outra faixa começa a cair: “sejam bem-vindas mulheres”. A câmera muda de ângulo e surge no canto esquerdo do vídeo uma jovem com um megafone. Em seguida, um grupo segurando um grande cartaz: “Entrada Feminina na CEU”. O clima de euforia parece ter tomado conta dos manifestantes.

Essas são algumas imagens que auxiliam a contar como foi esse processo de entrada feminina na CEU no dia 29 de abril de 1980. As cenas capturadas pela câmera amadora são uma complementação as diferentes fontes construídas para esta pesquisa, em especial a fala das entrevistadas que participaram desse dia e rememoraram o ato. Para algumas delas, foi um momento marcante não só pela resistência frente à oposição da Universidade, mas pelo clima sensível e amigável que construíram coletivamente, para outras nem tanto.

⁵⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TDn7blxpnu0>> Acesso em: 08 de out. de 2019.

Ao lembrar esse momento da entrada na Casa, Denise não escondeu a animação e suas lembranças fluíram de forma ininterrupta. Observando-a, senti que parecia feliz em descrever tal episódio e que este parece ter sido um momento importante em sua trajetória. Talvez, ao narrar suas memórias, pôde refazer o clima em sua cabeça e sentir um pouco da espontaneidade da própria juventude.

[...] A gente decidiu atravessar a rua. Tinha uma comissão de segurança que fechou o trânsito para dar espaço para atravessar, para não ter carro. Teve um apito. A Dinah estava com o megafone: “agora vamos, agora vamos”. Quando a gente começou a atravessar a rua, os meninos começaram também. Começaram a falar palavra de ordem e aplaudir e jogar papelzinho, então ficou um negócio alegre, bonito e suave. A polícia ficou atônita vendo aquilo, um monte de criança com dezesseis, dezessete, dezoito anos, um monte de gente jovem com aqueles papezinhos e com cantoria. Não baixaram o cacete. A gente achou que ia apanhar, ser presa, mas eles ficaram literalmente olhando, porque o ato em si foi emocionante, foi lindo, não foi uma coisa agressiva (Denise, 2019).

Dinah, que empunhava o megafone em suas mãos e coordenou o avanço para a entrada na Casa, também partilha de sentimentos semelhantes aos de Denise. Para ela, uma das coisas mais importantes foi a sensação de que, naquele momento, cada um podia marcar a sua presença. Todos contavam. Todos estavam juntos. O fato das pessoas se unirem para produzir seu cartaz de forma artesanal, com pincéis atômicos e tinta têmpera marcou a estética do evento e o seu imaginário. Dinah rememorou diversas frases que estavam escritas e outras que eram cantadas pelos manifestantes: “é proibido proibir”, “abram as grades dessa prisão”, “mulher não é boneca, mulher não é feijão, mulher luta contra repressão”. Tais lembranças me levam a cogitar que a “invasão” foi um momento de relevância na sua trajetória pessoal, justamente por ela ser uma das lideranças do grupo feminista que começava a ganhar fôlego naquele cenário e por reter em sua memória detalhes minuciosos que as demais entrevistadas não expuseram. No entanto, chama atenção que ela ressignifica essas memórias inúmeras vezes em sua entrevista, ora afirmando a relevância de tal evento, ora declarando-o como algo sem importância.

Ecléa Bosi (2016), ao falar sobre a reconfiguração do passado por meio da memória, faz alusão à experiência da releitura de um livro. A autora propõe que o primeiro contato com uma obra é sempre infestado por um encantamento, próprio do leitor de primeira viagem. Já no momento de revisitar essa leitura, as impressões se modificam, construindo-se uma análise mais severa sobre o texto, no qual passagens que anteriormente haviam sido comoventes e importantes, na releitura já não tem

grande importância. Penso que vários momentos da entrevista de Dinah vão ao encontro do pensamento exposto por Bosi. Ao revisitar suas memórias, alguns episódios parecem ser de extrema importância para ela, como se fossem seu primeiro contato. São relembrados com encantamento e formulados de maneira a construir uma história bonita de si. Já outros fatores demonstraram estar desgastados em sua narrativa, não lhe trazendo prazer e sendo analisados sob uma ótica extremamente crítica, como o fato dela afirmar que a moradia para mulheres não era algo que lhe interessasse ou mesmo que já não se considera uma feminista.

Por outro lado, Maria da Glória, assim como Denise, constrói sobre esse episódio lembranças extremamente felizes, destacando sempre a relevância do ato e, principalmente, a participação do Liberta na sua organização. Em sua entrevista, conta que não estava presente na hora em que os manifestantes atravessaram a rua para ingressar na Casa. Chegou quando os papéis picados já caíam pela janela e as mulheres haviam subido as escadas. A sua curiosidade recaía sobre o espaço. Sua grande vontade era ver os detalhes de como viviam os homens naquele lugar que elas não podiam entrar. Maria da Glória, ao penetrar na CEU, deteve-se nos banheiros, nos quartos, na infraestrutura de um local que fora formulado para não ser tocado pelo sexo feminino. “[...] a gente tinha muita vontade de ver como era” (Maria da Glória, 2018).

Nesse momento, penso que é importante refletir sobre a construção de um passado idealizado. Para Maria da Glória e Denise, a “invasão” foi um movimento importante, talvez com maior significado do que para Dinah. Porém, ainda que o clima fosse de festejo e a organização para a manifestação tivesse funcionado de forma coletiva, há que se lançar sobre esse episódio um olhar crítico, sem esquecer que o ponto de vista das entrevistadas não representa o todo, mas uma perspectiva carregada de subjetividades sobre um determinado acontecimento.

Salienta-se que os objetivos que levaram o público a fazer a entrada coletiva na CEU, não necessariamente indicam uma adesão à moradia mista. Uma ação coletiva envolve múltiplos atores, objetivos e disputas, o que se torna claro quando analisamos as narrativas das entrevistadas, uma vez que para Denise e Maria da Glória ficou transparecendo que a luta pelo ideal de liberdade era prioritário, enquanto que Dinah avaliou, de forma muito sincera, que estava mais interessada em se destacar como pessoa pública “Estou te dizendo uma coisa que na época eu me sentiria ofendida, mas eu estava preocupada mesmo em ser bem sucedida como liderança. Na minha subjetividade eu estava me construindo como política” (Dinah, 2019).

Outro aspecto importante sobre esse acontecimento diz respeito ao fato das mudanças que algumas acreditam ter ocorrido a partir da “invasão”. Denise compreende que a entrada feminina na CEU, ainda que para uma visita coordenada, marcou uma nova forma de pensar a política não só da Casa, mas da própria Universidade. Para ela, esse movimento organizado por estudantes obrigou professores e servidores a repensarem a gestão administrativa imposta nos últimos anos. Nessa lógica, entende que foi um momento de alianças se formarem, visto que pessoas ligadas à UFRGS compraram o discurso dos manifestantes e passaram a debater o tema.

No próprio dia da ocupação, a ideia era só entrar. Então, cada andar tinha um debate sobre algum assunto, organizado, tinha alguma vigília, algumas mães e irmãs que vieram para dormir e outras pessoas. Eu acho que ali, o dia da entrada, quebrou a política tal como era. Exigiu que a política fosse refeita. Como é que fazia para as mulheres se inscreverem na Casa? Não teve como eles manterem o mesmo padrão. A ocupação ela muda a política radicalmente, a casa passa a ser uma casa para homens e mulheres, aí tudo tem que ser revisto (Denise, 2019).

Para além das mudanças institucionais, afirma que o episódio marcou uma maior permeabilidade do movimento estudantil, uma vez que a rigidez sobre o espaço começou a diminuir e o acesso às dependências ficou mais flexível. Os estudantes se engajaram mais na política quando perceberam a repercussão positiva da mobilização. Mas se para Maria da Glória e Denise a questão política ganhou uma densidade maior com a entrada das mulheres na Casa, para Laura isso não tinha muita importância, pois sua vida pessoal estava completamente imbricada nesses episódios.

Laura não consegue lembrar-se da “invasão” com tanta alegria e entusiasmo. Embora destaque em seu depoimento que tenha ouvido a gritaria feliz quando as mulheres começaram a subir e abrir as portas dos quartos, ela sabia que a polícia estava de plantão na rua e que a qualquer momento a Reitoria poderia mandar alguém expulsá-la com a filha. O peso dessa situação a impediu, inclusive, de circular nos andares e interagir com o público que entrava e saía. Ao recordar esse dia, suas lembranças eram esparsas, pouco nítidas, porque o episódio parece não ter produzido marcas de forma significativa. Seus problemas particulares a envolviam demais para que ela fosse totalmente absorvida pelo clima que se instaurou na CEU. No entanto, considera que foi a partir desse acontecimento e da repercussão que ele tomou na imprensa que sua vida começou a se estruturar de forma mais segura.

Podemos perceber que essa entrada na Casa, ainda que seja lembrada como um episódio em que todos estavam entusiasmados, marcou de formas diferentes cada uma das entrevistadas, sendo que para duas delas, Maria da Glória e Denise, foi um momento de grande transformação, um ato coletivo que envolvia, ao mesmo tempo, solidariedade e ação política. Já para Dinah, ele é controverso, uma vez que se recorda como um ato articulado por jovens que acreditavam em algo maior, mas no qual o tema moradia pouco lhe interessava. E para Laura toda a dinâmica parecia confusa, porque havia muitas questões de cunho íntimo que lhe atravessavam naquele momento.

Nesta etapa, considero importante destacar também a repercussão nos meios de comunicação, tendo em vista que os antecedentes da “invasão” foram fortemente veiculados para o público geral e tiveram ressonâncias nas ações das entrevistadas. A imprensa gaúcha noticiou a entrada como um grande festejo e uma quebra de paradigmas para a sociedade porto-alegrense. O tema saiu em destaque na parte superior da capa do jornal Zero Hora de Porto Alegre, o que demonstra as grandes proporções que o assunto ganhou. Na página 03, é feita mais uma chamada para a reportagem apresentada ao longo da edição do dia 30 de abril.

Cabe lembrar que os organizadores da “invasão” pensaram em abrir a Casa não somente para a entrada das mulheres, mas também para que houvesse debate sobre diferentes temas. As participantes do Liberta, em parceria com algumas comissões da CEU, estruturaram por andar ciclos de conversas, no qual cada um que entrasse poderia se juntar e assistir aquilo que mais lhe agradasse. Entre os assuntos mais explorados estavam sexualidade e aborto. Nesse sentido, chama atenção que a página 03 posicione logo abaixo da chamada um destaque da fala do Presidente da República João Batista Figueiredo, em que trata da proibição do aborto e da liberdade sexual. O que me leva a deduzir que o jogo de forças acontece também na imprensa.

Figura 10: Capa do Jornal Zero Hora



Fonte: Capa Zero Hora,
30 de abr. de 1980.

Figura 11: Contracapa do Jornal Zero Hora



Fonte: Zero Hora,
30 de abr. de 1980, p.02.

A reportagem completa⁵⁷ está na página 29, dentro da seção “Ensino”. Com o título “Festa na invasão feminina da CEU: observados por policiais os estudantes receberam a visita de mulheres”, o texto apresenta uma estimativa de participantes e aponta a heterogeneidade do público que esteve presente. Faz uma retrospectiva da entrada dos manifestantes na Casa até o momento da chegada ao terraço onde foram feitos discursos sobre a importância da moradia mista. Além disso, descreve quais foram os temas debatidos nos andares pontuando os principais: o papel da mulher, homossexualidade, prostituição e família. Há um destaque também para a participação de políticos do MDB como José Fogaça⁵⁸ e Antenor Ferrari⁵⁹ com uma ênfase na

⁵⁷ Jornal Zero Hora, 30 de abril de 1980.

⁵⁸ José Alberto Fogaça de Medeiros é um político nascido no Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre e exerceu os cargos de deputado estadual, deputado federal e senador. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS, atuou como professor de literatura em curso pré-vestibular e como professor universitário de direito constitucional nas Faculdades Rio-Grandenses (FARGS). Na década de 1970, apresentou na televisão o programa Portovisão, da TV Difusora, e na Rádio Continental foi comentarista no programa Opinião Jovem. Também participou como articulista do Jornal Zero Hora, do Grupo RBS. Iniciou sua carreira no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que, mais tarde, tornou-se Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

⁵⁹ Antenor Ferrari é um político gaúcho do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foi um dos fundadores do partido na cidade de Caxias do Sul. Exerceu o mandato de deputado estadual por três vezes: 1978, 1982 e 1986. Durante seu primeiro mandato atuou como líder do MDB na Assembleia Legislativa, sendo autor do projeto que criou a Comissão Permanente dos Direitos Humanos e Meio Ambiente. Nessa comissão, ouviu muitos líderes sindicais e lideranças ambientais perseguidas pela ditadura civil – militar.

solidariedade que estes demonstravam aos manifestantes. Por fim, há uma fala de um morador em que este afirma que o ato não era apenas para satisfazer a curiosidade feminina, mas para garantir que eles tivessem um lugar permanente para receberem quem quisesse.

Figura 12: Policiais observam “invasão” da CEU.



Fonte: Zero Hora, 30 de abr. de 1980, p. 29.

O fato de a mobilização ter contado com a participação de muitas mães e famílias de moradores tinha o forte propósito de desmentir as falas do Reitor de que a CEU se transformaria em lugar de libertinagem caso as mulheres pudessem frequentar. O ato buscou na ideia de família uma âncora para atrair simpatizantes. Tal fato é corroborado quando, dias após a manifestação, a Comissão de Imprensa da Casa foi ao jornal *Correio do Povo* emitir uma nota⁶⁰ afirmando que era mentira que mulheres haviam pernoitado no local, informando que o objetivo da “invasão” era permitir o livre acesso feminino e que a proposta de moradia mista havia sido apresentada por grupos externos à CEU.

Nesse sentido, volto-me às entrevistas de História Oral e à declaração de Laura que afirmou logo após a “invasão” dar-se conta de que já não era a única moradora

⁶⁰ Jornal *Correio do Povo*, 01 de maio de 1980, p. 10.

mulher, uma vez que muitas haviam entrado e não saíram. Também saliento a ideia que Maria da Glória apresentou sobre o ato. Para ela, a demanda dos estudantes era por liberdade e primeiramente pelo livre acesso, mas quando os debates sobre a moradia mista se amplificaram muitos se mostraram intransigentes:

Os homens não queriam que entrassem e ficassem. A proposta era entrar e sair. Desista, você não é moradora! Enquanto tu falas em morar na casa significa disputar vagas, aí é outro processo, é outra coisa que os homens não queriam. Eu acho que houve esse movimento de algumas moradoras que foram indo, algumas namoradas que acabaram ficando. E aí era um conflito muito grande, alguns não queriam (Maria da Glória, 2018).

A disparidade na oferta de vagas nas casas de estudantes vinculadas à UFRGS começou a ganhar repercussão, dado que havia um número cada vez maior de mulheres ingressando no ensino superior e em busca de assistência para dar segmento aos estudos. No entanto, mesmo com toda a ressonância que houve com a “invasão”, as normas institucionais não foram modificadas e a presença delas seguia sendo um tabu. As mulheres foram *liberadas* para transitar, mas não houve negociação para que pudessem, de fato, ter acesso à moradia com os homens.

Um ano após a entrada coletiva, a Reitoria ainda não tinha chegado a uma deliberação sobre o assunto e continuava impedindo a habitação conjunta. Ainda assim, as regras eram cada vez mais descumpridas e forçavam a uma mudança de atitude. Em julho de 1981, o boletim informativo do Liberta⁶¹, escrito por algumas das entrevistadas dessa pesquisa, dava conta de que havia quatro mulheres ocupando vagas de forma efetiva na CEU. O texto chama atenção para a ideia arcaica de que ambos os sexos não poderiam ocupar o mesmo espaço sem a existência de vínculos familiares e afetivos e aponta que ao contrário da “invasão” de 1980, cuja participação de entidades estudantis e apoio político foi forte, essa entrada era um movimento espontâneo, articulado pela necessidade de aumento significativo nas vagas oferecidas para mulheres no âmbito acadêmico.

As autoras fazem uma crítica à Associação dos Moradores que não se posicionava de forma efetiva sobre o assunto e destacam a dificuldade que estas novas habitantes enfrentavam para se adaptar a um meio absolutamente masculino, onde os homens passaram a considerá-las como “intrusas”. Por fim, o informativo apresenta a posição da Reitoria que vinha lançando ameaças tanto às mulheres que estavam morando, como aos homens que aceitaram dividir o quarto. O texto finaliza fazendo

⁶¹ Jornal Liberta, agosto de 1982, nº 6.

uma chamada aos estudantes para pensar a ideia da desigualdade de acesso aos benefícios estudantis e a possibilidade de reinventar a política a partir da moradia mista.

A inabilidade da Universidade em lidar com o assunto é visível quando observamos o teor de alguns ofícios e correspondências que foram trocados entre os servidores vinculados à CEU e a Reitoria. Em 07 de agosto de 1981, o administrador da Casa, Moacir Santo Minho Almerato, escreveu o ofício nº 21/81⁶² à diretora do Departamento de Serviço Social da UFRGS informando que existiam vagas sendo ocupadas indevidamente e que o local estava sem controle das chaves. Ele apresentou um relatório no qual cita a presença de onze mulheres. As “clandestinas”, como foram nomeadas, são classificadas pelo tipo de moradia: eventual e permanente. No apartamento 720, o administrador identificou uma mulher que morava com uma filha de 4/5 anos, o que me remete à situação que Laura enfrentou na época em que habitou a Casa.

A documentação encontrada no Arquivo da CEU, como já mencionada em outro momento, não segue uma ordenação e está completamente esparsa. Foi através de um garimpo minucioso que consegui selecionar alguns indícios e transformá-los em fonte de pesquisa. Sendo assim, o que trago a esta narrativa são registros que se complementam e auxiliam a formar um quadro inteligível de como estava a situação dentro daquele espaço logo após a “invasão”.

Em outubro de 1981, pouco tempo depois da emissão do texto identificando a presença de mulheres, o Pró-Reitor da Comunidade Universitária, Prof. João Carlos Athayde Dias, redigiu um ofício, encaminhado ao Reitor, no qual faz uma longa exposição sobre a situação da Casa, ressaltando os conflitos que vinham ocorrendo desde meados de 1975 até o momento em que ele escrevia. O documento enfatiza que muitos movimentos contestadores e reivindicatórios dos estudantes foram gerados por motivos diversos e até mesmo banais, o que vinha prejudicando o clima organizacional da moradia. Ele fez a seguinte menção:

Com referência a iniciativa tomada no dia 29 de maio de 1980, dando início a entrada de pessoas do sexo feminino na CEU, o trânsito de mulheres se tornou rotina, cujo controle ou fiscalização por parte da administração tem sido dificultada, contestada e acobertada pelos moradores. A partir de junho do corrente ano, não só se tornou frequente o pernoite clandestino de mulheres nos apartamentos, como foi constatada a presença de algumas irregularmente ocupando vagas, não somente pela condição do sexo, pois até momento esta Casa se destina a rapazes estudantes, mas também porque não

⁶² Fonte: Acervo da CEU.

foram autorizadas ou habilitadas por nenhum processo de identificação ou triagem⁶³.

No mesmo documento, o Pró-Reitor reconhece essas mulheres como “inconvenientes” e afirma que há um esforço movido pelo administrador da CEU, pelo Departamento de Serviço Social e pela Pró-Reitoria da Comunidade Acadêmica em conscientizar os estudantes dos prejuízos e repercussões negativas para cada morador bem como para a finalidade da Casa se tal situação se mantiver. Informa, por fim, que compreende os novos tempos e as mudanças de valores, mas salienta a importância de manter a vigência do Regimento.

Esses vestígios demonstram que após a “invasão” havia resistência não só por parte de grupos de moradores como também de funcionários da UFRGS para autorizar a moradia mista, mantendo assim a posição de autoritarismo da Universidade. Não descobri no processo de triagem nada que fizesse menção à necessidade de se ampliar as vagas para as mulheres em moradias estudantis ou mesmo algo que indicasse uma proposta de debate por parte da Universidade. Acredito que tais documentos possam existir, mas em decorrência da falta de uma organização mínima do arquivo da CEU não foi possível encontrá-los. Creio que existam pelo fato de Denise e Maria da Glória terem mencionado que alguns servidores se mobilizaram na tentativa de discutir a proposta da moradia conjunta. Além disso, as entrevistadas mencionaram que professoras, principalmente dos cursos de Sociologia e Antropologia, se juntaram a elas em diversos projetos promovidos pelo Liberta, o que me leva a pensar que a discussão sobre a presença feminina na Casa não passou despercebida pelos funcionários.

Após a emissão dos ofícios mencionados, a situação da CEU seguiu se arrastando por mais de um ano sem que houvesse uma solução para o conflito. Os estudantes, por conseguinte, continuaram burlando as regras e desafiando o modelo de gestão que a Universidade insistia em não reavaliar. Como resposta às desobediências, houve uma série de graves acusações por parte de um grupo de servidores. Em março de 1982, a diretora do Departamento de Serviço Social Vera Lúcia Brochado emitiu o ofício nº34/82 para o Pró-Reitor⁶⁴. Neste, ela apresenta a conjuntura da Casa, destacando que após a “invasão feminina” diversas irregularidades foram promovidas pelos moradores. Dentre elas, cita a ocupação indevida de apartamentos, o ingresso e

⁶³ Ofício nº 384/81-R. Porto Alegre, 14 de outubro de 1981. Fonte: Acervo da CEU.

⁶⁴ Fonte: Acervo da CEU.

permanência de pessoas de condutas inadequadas e com “características desviadas dos modelos socialmente aceitos”, o comércio de alucinógenos promovido, principalmente, pelos moradores indevidos e um aumento de doenças venéreas e demais doenças “decorrentes da prática sexual indiscriminada e falta de cuidados de higiene básicos”.

Nesse sentido, percebe-se que a presença de mulheres ainda está fortemente vinculada a conotações sexuais, sendo elas consideradas as causadoras de toda desordem que vinha ocorrendo. A ideia de que a moradia mista acentuaria esses problemas é descrita de forma velada, mas reforçada quando Vera afirma que havia bons rapazes aguardando por vagas, mas estes não poderiam ter seu direito garantido porque intrusos estariam ocupando seus lugares. A questão das vagas para os homens é apresentada em um novo ofício⁶⁵, dessa vez entregue a Paulo Schlichting, Presidente da Associação de Moradores, para quem ela solicita apoio para identificar e retirar as pessoas inadequadas.

As moradoras da CEU encontravam barreiras de todos os lados para conseguir permanecer. A edição de agosto de 1982 do jornal *Liberta*, traz o depoimento anônimo de uma estudante em que ela fala sobre como é viver na Casa com muitos homens. Seu relato dá conta de diversos ataques de moradores que a tratavam de maneira misógina, frequentemente pichando seu quarto com a palavra “puta”. Além disso, cita como eles fingiam estar tendo um orgasmo cada vez que alguma moça passava pelos corredores. Descreve, inclusive, o boicote por parte dos porteiros que não entregavam as cartas e recados que eram deixados fingindo não as conhecer e as sabotagens das faxineiras que não lhes davam lençóis e papel higiênico.

É importante pensar na transitoriedade de funcionários que passavam pela portaria da CEU e em como cada uma dessas pessoas poderia ter relações distintas com quem lá habitava. Laura, por exemplo, considera que, em 1980, os porteiros eram “camaradas” e que já não havia tanta rigidez. Há que se destacar que essa lembrança é feita no tempo presente e, por isso, reconfigurada por diferentes atravessamentos. Talvez, se fosse questionada na época em que estava como moradora sua resposta e seus sentimentos fossem outros. As memórias de Laura são uma verdade para ela, e como tal são expostas a mim. Entretanto, como pesquisadora devo colocá-las em suspeição, não com o intuito de refutar sua narrativa, mas de analisar os diferentes ângulos que compõe esse quadro, visto que o depoimento dado ao *Liberta* em 1982, dois anos após o período

⁶⁵ Ofício nº 75/82. Porto Alegre, 28 de maio de 1982. Fonte: Acervo da CEU.

que ela viveu na Casa, dá uma noção diferente dos porteiros, cuja descrição é de pessoas extremamente rígidas e machistas.

Todo esse quadro, no entanto, demonstra que a presença das mulheres era cada vez mais contínua e desencadeava uma falta de reação por parte dos servidores que não conseguiam encontrar uma saída para conter a entrada delas. Tal fato é constatado em um ofício de novembro de 1982⁶⁶, no qual o administrador Moacir redigiu um texto endereçado à Diretora de Serviço Social apresentando as mesmas queixas do ano anterior. Junto está um relatório discriminando a presença de 24 mulheres na Casa. Desse total, 20 são registradas por ele como moradoras permanentes e quatro como eventuais, mostrando que desde o levantamento feito em 1981 a porcentagem de moradoras dobrou.

Não localizei outros documentos que possam auxiliar na análise de como se deu o desenrolar dessa tramitação entre os servidores da Universidade. Todavia, encontrei uma proposta dos moradores da CEU à Pró-Reitoria da Comunidade Universitária⁶⁷. O texto estabelece que a PRUNI organizasse um plebiscito onde os moradores pudessem votar pela transformação da CEU em uma moradia mista. Diz que, caso a votação fosse favorável, as mulheres passariam pelo mesmo processo de triagem que os homens e obedeceriam as mesmas regras e critérios de admissão. Por fim, expressa que as moradoras não deveriam ficar em um andar isolado, podendo optar por um lugar de acordo com as vagas disponíveis no momento do seu ingresso.

A resposta da Universidade não foi encontrada de forma explícita. Entretanto, há um vestígio no qual a Pró-Reitoria faz uma proposição à Associação dos Moradores, datada de novembro de 1982⁶⁸. Neste documento, solicita que todas as mulheres existentes na CEU estivessem identificadas e que aquelas sem vínculo com a UFRGS fossem devidamente afastadas. Propõe a redação de uma alteração no regimento e confirma, por fim, a manutenção das estudantes com vínculo na Casa até a aprovação oficial das novas regras internas pelo Conselho. A proposta de redação para o novo regimento traz a seguinte menção:

Art.24 – Ordenado como Art. 10, em cuja redação é proposto que: São considerados moradores todos os alunos regulares dos cursos de graduação e pós graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que tenham sido dispostos neste Regimento ou por indicação do Coordenador de seu

⁶⁶ Ofício nº 30/82. Porto Alegre, 12 de novembro de 1982. Fonte: Acervo da CEU.

⁶⁷ Fonte: Acervo da CEU.

⁶⁸ Fonte: Acervo da CEU.

respectivo Curso. Nesta redação, usando os termos todos os alunos, no plural, ficam incluídos estudantes do sexo masculino e feminino, em abertura para a transformação da CEU em alojamento misto⁶⁹. [grifo do documento]

Ainda que as mulheres tenham sido autorizadas a permanecer na Casa, o trâmite interno para a aprovação do Regimento Interno levou meses, tendo sido aprovado tão somente em abril de 1983. Três anos após a “invasão”, as mulheres, enfim, passaram a ter o direito legal de morar na Casa do Estudante Universitário da UFRGS.

Essa etapa da pesquisa procurou demonstrar, a partir de um combinado de documentos, como a “invasão” foi orquestrada pelos estudantes e de que forma ficou registrada nas memórias das entrevistadas. Percebeu-se que, para algumas, a entrada na Casa foi um movimento importante, marcado pela ousadia, leveza juvenil e posição política. Para outras, no entanto, foi um momento que ora teve grande relevância, ora não foi sem grandes significados, demonstrando uma ambiguidade em relação às lembranças sobre esse episódio. Para além dessas marcas do passado sobre a “invasão”, procurei demonstrar as suas ressonâncias na estrutura da Casa, uma vez que algumas mulheres começaram a morar de forma efetiva, obrigando a Universidade a posicionar-se. A maneira da UFRGS lidar com essa nova situação indica uma postura autoritária e o preconceito de muitos servidores em cargos de poder no tocante às concepções sobre mulheres. Também foi possível analisar que a moradia mista não era algo consensual por parte dos moradores, o que ocasionou diversas disputas por esse espaço. Esses entraves foram derrubados quando, em 1983, a UFRGS formalizou em Regimento o ingresso feminino na CEU. Nesse sentido, passo a analisar, no item seguinte, como foram os primeiros anos de moradia mista, a partir das memórias de antigas moradoras e vestígios encontrados no arquivo da Casa.

4.3 A convivência na CEU nos primeiros anos como casa mista

José Saramago ao falar sobre “A Casa” na ilha de Lanzarote afirma que tudo o que temos são as memórias dos lugares e são elas que nos ligam ao tempo. Um tempo que não é de todos, mas nosso e do lugar onde um dia moramos. Habitar uma casa significa alojar nossas lembranças e esquecimentos nesse espaço. E é Bachelard quem diz que ao lembrarmos de nossa casa, aprendemos a “morar” em nós mesmos: “a casa é nosso canto do mundo” (BACHELARD, 1952, p.200).

⁶⁹ Proposta de Alteração no Regimento Interno. Fonte: Acervo da CEU.

Seguir no encalço do tempo passado, esse é o trabalho incessante do pesquisador no campo da história. Funcionamos como o *caçador* de Ginzburg, persistentes atrás da presa. Auscultamos os sons, os nossos e de outrem. Medimos os silêncios. Estudamos e registramos os movimentos. Atacamos com voracidade. Aquele que investiga tem seus fervores secretos. Sobre seus desejos mais íntimos, ele lança-se com vontade. Esmiúça. Sente. Devora. Mas como aplacar esse instinto faminto quando sempre há algo que nos escapa? Como vislumbrar entre as brumas do pretérito o nosso objeto de fascínio? Como ajustar o olhar diante do enevoado que nos separa daquilo que tanto desejamos? Tarefa difícil essa a que nos submetemos. O fato é que o historiador jamais suprirá por completo seus anseios. Sempre haverá uma falta em seu caminho. Para sorte ou desespero as lacunas sempre existirão, elas são infinitas. Mencionei na metáfora do início desta pesquisa que é possível lançar feixes de luz sobre as fendas, tentando iluminá-las para assim permitir um vislumbre melhor, mas a verdade é que a névoa jamais se dissipará. Talvez, ela possa ser considerada um dos paradoxos do historiador, uma vez que estará sempre presente ao mirarmos o tempo passado.

Um recurso para amenizar esse dilema em que nos colocamos é a imaginação. E por isso me coloca a conjecturar: Como era esse lugar? Quem eram essas pessoas? O que diziam? Como viviam? A CEU e suas moradoras habitam meus pensamentos. Como eram seus quartos? O que falavam entre si? Como se relacionavam? O que diziam e o que silenciavam? Quais os medos e alegrias? Como construía seus afetos? Usar dos recursos imaginativos é situação da qual não escapamos. E de todas essas perguntas o que teremos são sempre restos, mas é com eles que teremos de construir nosso trabalho.

A partir de 1983, a CEU passou a aceitar formalmente a presença feminina em seus ambientes. As mulheres, enfim, também adquiriram o direito a um quarto, a um teto para elas. Essa ocupação do espaço foi acontecendo gradativamente, através de muitas disputas com o público masculino que ainda era predominante e também com a Universidade. Nesta etapa da pesquisa, o que faço é uma tentativa de articular, por meio das narrativas orais de antigas moradoras, como elas construíram suas representações sobre a participação nessa coletividade e como tais experiências foram subjetivadas por cada uma. Nesse sentido, o que pretendo fazer com esses vestígios que restaram do passado é me aproximar da complexa dinâmica estabelecida nessa habitação.

É importante destacar que essas entrevistadas que comparecem no estudo têm uma proximidade para além da Casa. São amigas desde os tempos de convivência na

CEU. Foram indicadas umas pelas outras e, por isso mesmo, se narraram entre si. O leitor pode pensar que o fato de terem uma amizade e pertencerem a uma rede comum seja um problema, uma vez que apresentam perfis semelhantes (mesma faixa etária, professoras da rede municipal de ensino, posição ideológica) fazendo com que as dissonâncias fossem imperceptíveis em suas narrativas. Em certa medida é verdade, mas isso não diminui a qualidade investigativa. Logo, cabe a mim, enquanto pesquisadora, atentar aos detalhes sutis, às pequenas curvas que aparecem na fala individual sobre a vivência nesse espaço, visto que a experiência do morar é (re)significado para cada sujeito.

O processo de ingresso das mulheres na CEU foi concedido após embates e a uma desobediência permanente dos estudantes às normas institucionais. Até a data da aprovação do regimento interno, que lhes garantiu o direito à vaga, muitas moças estabeleceram-se de forma clandestina, sendo por essa atitude julgadas por moradores e servidores da UFRGS. Gorete e Roselaine entraram mais ou menos na mesma época. Ambas chegaram a Casa em 1984, porém por processos diferentes. O fator decisivo para residir nessa Casa de Estudante foi a necessidade de estar em um local de fácil acesso ao centro da cidade. As duas trabalhavam e moravam em regiões distantes e com difícil mobilidade de transportes. Gorete, que vivia na região da Vila Farrapos, conta que chegar em casa à noite lhe gerava muitos transtornos por ser uma região em que a criminalidade crescia. Roselaine enfrentava problema semelhante. Exercia o cargo de professora em uma escola na cidade de Alvorada, região metropolitana de Porto Alegre, e mesclava suas aulas entre o Campus Central e o Campus do Vale.

O modo como cada uma chegou à Casa, faz pensar que a burocratização em torno da presença feminina ainda existia, posto que muitas ingressavam sem estarem devidamente cadastradas no Departamento de Serviço Social. Gorete (2018) relembra que se mudou por meio de uma amiga do Curso de Matemática que já habitava de forma permanente e lhe informou sobre um quarto vago “[...] nessa época ainda havia uma tendência das pessoas entrarem assim, primeiro clandestinamente e depois regularizava. Foi como eu entrei.” Já Roselaine participou de um processo seletivo via Pró-Reitoria Universitária. No entanto, descreve que toda a tramitação para conseguir uma oportunidade era difícil “[...] eles não diziam que tinha vaga pra mulher, mas quando tinha inscrições aí permitiam” (Roselaine, 2019).

Essas mulheres enfrentaram, cada uma a seu modo, as adversidades que a vida lhes apresentou. A baixa renda, a dificuldade de se locomoverem pela cidade à noite, o

fato de trabalharem e, ao mesmo tempo, conciliarem um curso de graduação numa universidade pública marcam suas construções discursivas. O ingresso em uma casa de estudante foi uma das garantias para que pudessem dar segmento aos seus estudos. Mas e o cotidiano nesse espaço, facilitava a permanência delas?

Gorete comenta que sua primeira experiência de divisão de quarto foi com uma moradora mulher e que entre elas não houve muita parceria. Os conflitos se davam por conta da divisão do espaço e de como ele era ocupado. Ela trabalhava à noite e estudava no diurno, precisava de tempo para dormir e colocar as leituras em dia, o que não era respeitado por sua colega “[...] ela estava com o namorado, muitas vezes eu chegava e tinha que ficar do lado de fora esperando” (Gorete, 2018). Essa situação durou pouco tempo e, em seguida, ela foi dividir o quarto com outra menina, fato que rememorou como tendo sido uma experiência maravilhosa e as duas conseguiram se acertar no convívio diário.

Já Roselaine, diz que na seleção para o ingresso perguntaram se havia preferência em dividir o quarto com homem ou mulher. Sua predileção inicial foi pela companhia feminina. Essa fala permite entrever que um dos itens apresentados na proposta da Associação dos Moradores à Pró-Reitoria, em 1982, estava sendo cumprido e as mulheres não eram obrigadas a ficarem isoladas em um único andar. Todavia, isso acabou acontecendo de forma não planejada, porque as moças optavam umas pelas outras. Segundo as entrevistadas, o quarto andar se tornou conhecido por ter uma maioria feminina. Roselaine (2019) afirma que isso ocorria por conta da privacidade “[...] é óbvio que tu vai querer morar com outra mulher. Eu não quero um homem de cueca andando pelo quarto, era para ter mais liberdade”. É provável que mulheres dividissem quartos com homens, mas as narrativas dão conta que isso acontecia de forma mais frequente quando ambos se relacionavam amorosamente. No caso de dois estranhos, essa separação era mais acentuada. Todas as narradoras, em algum momento, moraram com seus companheiros, sendo que Araeci conseguiu entrar de forma clandestina justamente porque tinha um namorado que lhe facilitou uma vaga.

Nesse sentido, é importante pensar em como elas enfrentavam o assédio nesse espaço, uma vez que nem todas se relacionavam sexualmente/amorosamente com homens de dentro da Casa e outras se relacionavam com mulheres. O depoimento cedido ao jornal *Liberta*, em agosto de 1982, apresenta uma situação da Casa em que elas sofriam constantemente por estarem vivendo em um ambiente com maioria masculina:

[...] dentro da concepção que possuem de que toda mulher que tem a “falta de ética e moral” para morar com uma centena de homens, dividindo corredores e banheiros com eles só pode ser mesmo uma vadia, uma vagabunda mesmo. O caso é que quando eles veem que as coisas não são bem assim, que a gente nem dá bola para eles, e que temos coisas muito mais importantes para fazer que corresponder aos seus ataques eles vem até a minha porta e descarregam o spray numa tentativa de substituí-lo por seu esperma⁷⁰.

Da época desse relato para a entrada de Gorete, se passou mais de um ano e meio e ela apresenta uma perspectiva muito diferente da CEU no tocante a esses comportamentos. Afirma que era um local de amizade no qual moravam pessoas de diferentes lugares, o que transformava o espaço em algo acolhedor. Além disso, pontua que o fato de ser mulher não incomodava os porteiros ou as faxineiras e acredita que a vigília era relacionada diretamente à sua militância política, e não pelo fato dela morar na Casa com outros homens. Roselaine traz um relato em parte semelhante ao de Gorete, mas aponta algumas diferenças que cabem ser analisadas. Para ela, o assédio não acontecia porque logo que chegaram se formaram casais e seus companheiros exerciam certa liderança dentro da CEU. Assim como os homens, as mulheres logo se tornaram representantes de chapas e passaram a se destacar no ambiente, sendo conhecidas por quase todos os membros da coletividade. “[...] tínhamos uma visão de mundo mais feminista e mais de se impor. Eu me lembro das minhas vizinhas, colegas de andar, tu não via aquela menina mais quietinha, sem posicionamento” (Roselaine, 2019).

No entanto, a relação com os funcionários era mais complexa. Ela crê que houve um processo de sucateamento, de represália às casas de estudantes a partir do momento em que a Universidade abriu as portas para as mulheres. Também recorda do boicote constante das faxineiras que trabalhavam no local. “[...] Elas diziam assim: “agora tem mulher, elas que limpem”. Eu entrei no quarto e elas nunca mais limparam. Já os homens diziam: “varre aqui para mim” e elas faziam sorrindo” (Roselaine, 2019).

Essa relação com as funcionárias da limpeza chama atenção porque desde 1979, quando Laura ingressou de forma clandestina e a presença ainda era proibida, já existia esse rechaço, tanto que, em sua entrevista, ela deixa claro que não sabe quem a denunciou à Reitoria, mas tem forte desconfiança que foi uma dessas mulheres. Cumpre destacar que, na época, essas tarefas não eram terceirizadas e havia um processo

⁷⁰ Jornal Liberta, agosto de 1982, nº 6.

seletivo público para a contratação de prestadores de serviço, ou seja, eram funcionárias da UFRGS. Parece-me que mesmo após a abertura para as mulheres e a provável mudança no quadro de empregadas, o relacionamento entre ambas as partes não se tornou mais amistoso.

Araeci, ao ser questionada sobre o assédio na CEU, afirmou que existia, mas não chegou a senti-lo, pois, ao ingressar, já estava namorando e permanecia constantemente na presença do companheiro. No entanto, sua experiência na Casa da Agronomia, quando ainda era solteira, a leva a crer que muitas mulheres podem ter vivido situações semelhantes e permanecido em silêncio por medo ou vergonha. Diferentemente de Roselaine, ela crê que o público era diverso e nem todas as estudantes tinham essa autoridade frente aos homens. Considera que havia jovens quietas com tendência a se afastar de grupos maiores, permanecendo sozinhas dentro do ambiente. Relembra também que no bar existente no primeiro andar da Casa, local de socialização entre os moradores, ouviam-se muitos rumores de assédios contra as estudantes.

Ela rememora a CEU como um edifício grande, onde as coisas se diluíam de forma rápida, o que dificultava caso alguém precisasse de ajuda. Outro ponto que salta em sua entrevista diz respeito à ideia das mulheres sobre o que era assédio. No seu entendimento, as jovens da época não tinham o mesmo discernimento de hoje, posto que a palavra “assédio” era recente e existia certa naturalização em relação ao comportamento dos homens. Nos casos mais graves, como o estupro, recorda de conversar com colegas que não viam como violência sexual um homem tocar sua amiga sem consentimento porque existia esse vínculo de amizade entre eles.

Sobre o assunto, Celi Pinto (2003) afirma que os anos de 1980 trouxeram à cena uma série de novos temas a serem debatidos na sociedade. As eleições de 1982 permitiram que muitas feministas começassem a ocupar cargos estaduais e federais, principalmente com a criação do Conselho Nacional das Mulheres, em 1985, que teve papel decisivo na construção da Constituição de 1988. Para a historiadora, o tema da violência era tratado como um tabu e ficava restrito à esfera privada. O homem ainda era considerado o portador de todo e qualquer direito sob as pessoas que residissem sob seu teto, tendo essa lógica uma herança com raízes na casa-grande escravocrata. Nesse sentido, a intimidação, agressão e eliminação da mulher era um direito concedido pela legislação.

Ainda segundo Pinto, foi no início da década de 1980 que surgiram as primeiras organizações de apoio às mulheres vítimas de violência e somente em 1985 que ocorreu

a criação da primeira delegacia da mulher, feito que alterou os rumos da história, uma vez que a mulher passa a ser, ao menos legalmente, compreendida como vítima e não mais como culpada. A partir disso, é possível pensar que a Casa do Estudante estava inserida dentro desse contexto, cuja noção sobre o que é assédio e violência sexual ainda estava sendo construída.

As narrativas de Roselaine, Araeci e Gorete apresentam visões que ora se assemelham, ora são distintas sobre essa questão. Embora elas ocupassem lugares de destaque e fossem jovens com instrução, militantes vinculadas a partidos políticos, suas experiências são distintas, logo as formas de lembrar o passado também o são. Para Roselaine, as mulheres que entravam na CEU tinham um perfil libertário, voltado para o campo da esquerda e, por isso mesmo, sabiam dizer o que queriam “o grupo que eu convivia, nós éramos muito fortes do ponto de vista de intervenção, de colocação, nenhum cara iria chegar para nós e nos molestar, impossível! Impossível porque éramos muito fortes de argumentos” (Roselaine, 2019). Gorete também afirma que as investidas, tanto morais como sexuais, não ocorriam porque elas eram jovens que possuíam um ativismo dentro e fora da Casa, o que lhes dava poder em relação aos homens. Ainda assim, cita que em algumas reuniões os homens tratavam-na de forma pejorativa como frases do tipo “as feministas são feias”, “as gurias daqui [CEU] são só para sexo” (Gorete, 2018). Araeci, no entanto, lembra como sendo algo frequente o assédio contra as mulheres que moravam nesses espaços, mas para ela muitas não sabiam nomear a situação e ficavam caladas. “Ninguém pensava nisso porque a gente não tinha essa consciência” (Araeci, 2019). Entende que na época em que sofreu tentativa de estupro na CEFAP não soube como agir e não chegou a registrar queixa na Universidade, a única coisa que lhe ocorreu foi tentar sair de imediato do local.

[...] Se fosse hoje eu teria denunciado o cara, mas na época isso não ocorria. Uma porque ninguém iria dar bola. Dois porque ninguém iria acreditar em mim. Três porque se alguém acreditasse, não ia ter para onde recorrer. Não quis morar com um bando de homem, iam dizer (Araeci, 2019).

Há que se levar em consideração que as mulheres que foram habitar a Casa nesse período de transição – saindo de um modelo masculino e iniciando um misto – podem ser consideradas precursoras. Buscavam na assistência estudantil um meio de permanecer no ensino superior. Todavia, não é possível generalizar que elas fossem todas voltadas para a atuação política. É possível que muitas jovens não fossem

interessadas no assunto e apenas precisassem de um local para morar enquanto davam sequência aos estudos. Além disso, a fala de Araeci é um indício de que independente da militância e instrução havia, sim, muitas formas de assédio, sendo ela mesma uma das vítimas. É provável que Roselaine sequer soubesse do que ocorreu com a amiga na CEFVAV, uma vez que afirmou que jamais aconteceria algo do tipo com as mulheres do seu meio.

Cumprido dizer que Araeci, ao me ceder a entrevista, não parecia pensar em enveredar por tal assunto, mas os caminhos que a memória percorre são complexos e um assunto puxa o outro. Quando mencionou o tema, perguntei-lhe se sentia tranquilidade para falar, levando em consideração que é algo delicado e, mesmo após muitos anos transcorridos, poderia suscitar um mal-estar. Porém, sua resposta foi taxativa: “Consigno!”. Parece-me que ela sentiu não apenas necessidade de contar, talvez liberando um sentimento preso, como encontrou alguém que pudesse acolher sua fala. Pollak (1989) discute que algumas memórias traumatizantes esperam o momento propício para serem expressas, sendo que o sujeito para poder relatar seus sofrimentos “precisa antes de mais nada encontrar uma escuta” (POLLAK, 1989, p. 6). Nesse sentido, a realização de uma entrevista abrangendo o tema Casa do Estudante foi um gatilho para que essa memória pudesse ser reativada e relatada.

Outro aspecto que chamou bastante atenção foi a narrativa de Roselaine na construção do passado. Seu relato foi marcado pela noção de que as mulheres da sua época eram mais independentes, tinham maior liberdade sexual e exerciam paridade com os homens. Essa fala parece ir de encontro a própria situação que a CEU enfrentou poucos anos antes da sua entrada, uma vez que as mulheres sequer podiam dividir a mesma habitação com o público masculino. Suas referências me remetem ao estudo de Thomsom (1997) quando este afirma que o modo como identificamos quem éramos no passado está diretamente relacionado àquilo que somos no presente e ao que gostaríamos de ser. Roselaine é uma mulher ativa. Trabalhou como educadora na rede pública municipal por muitos anos, tendo um percurso importante na promoção da educação de jovens e adultos. Foi a única desta pesquisa que fez um doutorado fora do País, se projetando a partir dele para diferentes espaços, inclusive acadêmico. É importante analisar que o modo como ela compõe suas reminiscências passadas dão um sentido satisfatório a sua vida.

Penso que não necessariamente as mulheres tivessem maior liberdade que as de hoje, mas que, ao seu modo, elas foram construindo espaços de fala, adentrando espaços

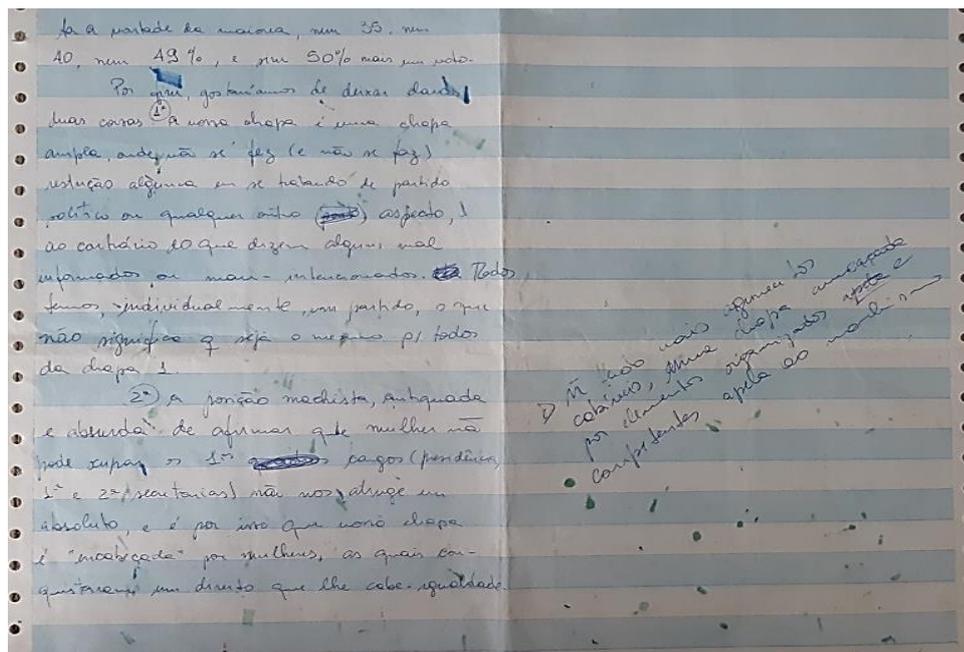
antes não ocupados, atuando em cargos de liderança. Esses movimentos foram sendo construídos gradativamente, por meio de disputas que emergiam na medida em que elas cruzavam novas fronteiras. A CEU, nesse sentido, parece-me exercer um papel importante no exercício dessa autonomia, uma vez que dentro da Casa algumas se engajaram na sua gestão, sendo reconhecidas por suas contribuições. Por isso, uma análise da participação delas nesse local implica produzir uma inteligibilidade acerca dos possíveis significados do *morar*.

4.4 “Tudo é disputa”: a participação feminina na gestão administrativa da CEU

[...] Gostaríamos de deixar claras duas coisas: 1º a nossa chapa é uma chapa ampla, onde não se fez (e não se faz) restrição alguma em se tratando de partido político ou qualquer outro aspecto, ao contrário do que dizem alguns mal informados ou mal intencionados. Todos temos, individualmente, um partido, o que não significa que seja o mesmo para todos da chapa. 2º a posição machista, antiquada e absurda de afirmar que mulher não pode ocupar os primeiros cargos (presidência, 1ª e 2ª secretárias) não nos atinge em absoluto, e é por isso que nossa chapa é “encabeçada” por mulheres, as quais conquistaram um direito que lhe cabe: igualdade.

O excerto acima está no verso de um documento encontrado no arquivo da CEU. Intitulado “Manifesto”, tinha como objetivo ser lido na assembleia de moradores, de 1986, convocada para o debate entre as chapas que concorreriam à diretoria. Rasurado, marcado pelas manchas do tempo e com partes ininteligíveis, esse pedaço de papel escrito à mão em folha timbrada é um indício das disputas travadas entre homens e mulheres e permite um vislumbre de como a ascensão feminina aos cargos mais elevados da Casa provocava incômodo.

Figura 13: Rascunho do manifesto de moradora para ser lido no debate da Casa.



Fonte: Arquivo da CEU.

Ainda que o documento demonstre uma insatisfação na maneira com que as outras chapas estavam lidando com a participação feminina, algumas entrevistadas consideram que havia muito espaço para debate. Gorete, por exemplo, relembra que logo após ingressar na CEU, começou a namorar e a formar grupos. Ela e os colegas entendiam que havia uma necessidade de modificar a maneira como o espaço estava sendo gerido, descentralizando o poder por parte da Reitoria. Esses moradores queriam que suas colocações fossem mais ouvidas e as condições do local melhoradas. Recorda que foi nesse momento que começaram a discutir critérios para ingresso e permanência, o que ocasionava muitas brigas pela divergência de pontos de vista. Outras conquistas como o café da manhã no Restaurante Universitário, a lavanderia e a cozinha coletiva também foram lembradas. Quando questionada se as mulheres eram ouvidas nas reuniões de moradores, uma vez que ainda estavam em minoria, ela considera que sim: “a gente tinha espaço para se colocar [...] a gente já tinha uma militância em outros espaços, éramos respeitadas nas nossas colocações, era um espaço bem democrático nesse aspecto” (Gorete, 2018). No entanto, em determinados momentos deixava escapar que moradores da Casa tratavam-nas de forma desdenhosa, por vezes infantilizando as suas colocações nas assembleias⁷¹. A CEU foi um ambiente de extrema importância

⁷¹ No artigo “Eu sou do interior... eu vim estudar em Porto Alegre”: memórias de experiências sensíveis em uma moradia estudantil (1974-1983), que investiga as narrativas de antigas moradoras da Casa

para Gorete em razão das dificuldades que encontrava para conciliar seu trabalho e seus estudos, o que me leva a pensar se não há certa idealização na forma com que concebe esse espaço e as relações ali construídas. Destaco que ela mesma relatou um episódio do morador que dava choques elétricos na namorada e o fato de rapazes, com costumes do interior do Estado, andarem sempre empunhando facas na Casa, o que deixava o clima tenso.

Roselaine, por sua vez, analisa que o período em que habitou a CEU foi de intensa participação das mulheres. Para ela, havia grupos femininos que se destacavam por serem atuantes em diferentes espaços como Diretório Central de Estudantes, diretórios acadêmicos, sindicatos, o que dava - lhes uma referência forte para atuar na Casa. Ainda assim, pontua que tudo era disputado, embora considere que muito mais pelas vertentes políticas do que pelo machismo:

[...] Coordenar uma assembleia na Casa de Estudante era difícil, claro eu já coordenava assembleia do DCE, do centro acadêmico, não era problema nenhum coordenar a assembleia da Casa, mas era difícil. Tinham grupos muito difíceis dentro da Casa do Estudante. Por exemplo, dentro do próprio PT tinham várias tendências, poderia estar brigando, mesmo tu sendo de esquerda. Porque na época se falava muito em aparelhar. Aparelhar quer dizer tu chegar num espaço (Roselaine, 2019).

Um dos grupos dos quais mais se recorda de haver conflito eram os ligados ao anarquismo. Eles se queixavam que moradores estavam transformando a CEU em um “hotel de luxo” em razão das melhorias que realizavam. Roselaine se recordou da disputa pelo bar situado no primeiro andar, no qual fizeram uma reformulação e ampliaram o *buffet* e, por isso, foram acusados de estarem “capitulando para a sociedade burguesa”. Do ponto de vista do machismo, crê que havia concentrações por andar, sendo o das engenharias o mais problemático, mas, ainda assim, pontua que havia sempre uma postura democrática para todas as decisões que eram tomadas. “[...] É tipo reunião de condomínio, tem pessoas que se impõem, tem pessoas que são mal educadas, tem pessoas que querem ganhar no grito” (Roselaine, 2019).

Estudantil Universitária de Porto Alegre (CEUPA), percebem-se, em alguns aspectos, semelhanças no que tange a participação feminina na administração da Casa. Nesse estudo, a autora Dóris Almeida (2018) aponta como os homens acabavam sempre permanecendo com o poder de fala nas reuniões enquanto as mulheres eram encarregadas de redigir as atas. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/59227/0>> Acesso em: 02 dez. 2019.

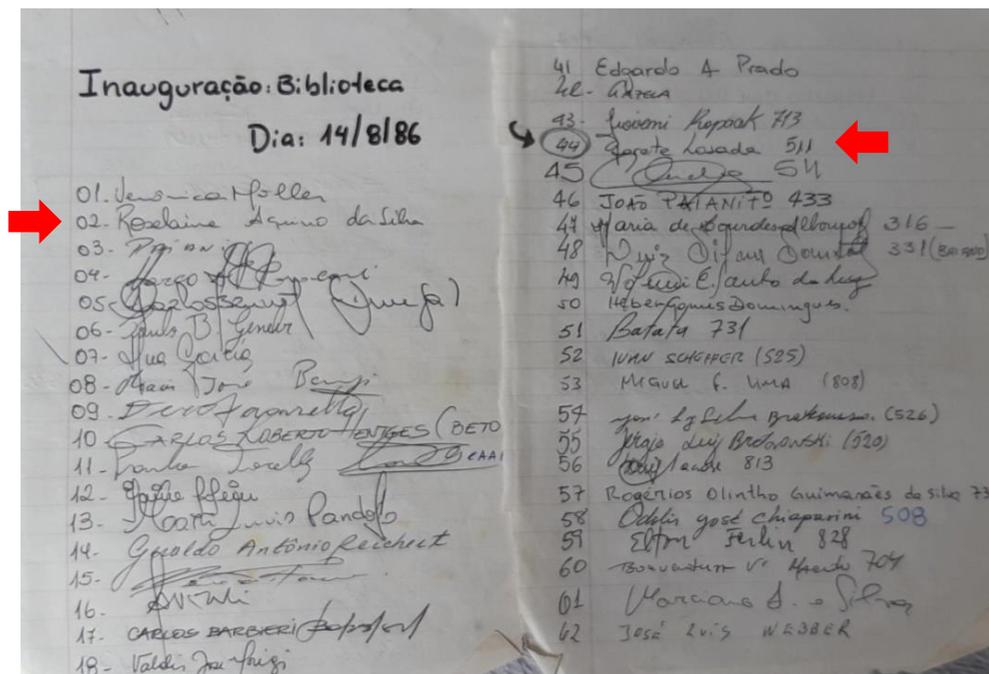
Em 1985, ela e um grupo de vizinhos retomaram a Associação dos Moradores da Casa do Estudante que havia sido abandonada. Com isso, começaram a organizar e mobilizar novas pautas para reestruturar o ambiente.

[...] Os chuveiros estragavam e não trocavam, então tu tinha que ir no outro andar procurar chuveiro. As descargas vazando, os banheiros entupidos. Tudo isso foi feito uma reforma, nesse período de 1985-1986, essa Associação que a gente tinha. O bar fizemos uma licitação, era maravilhoso, um ponto de encontro da juventude. A biblioteca foi retomada. A gente conseguiu autorização para que tivesse um fogãozinho nos quartos porque era proibido [...] eu tinha uma geladeira e até feijoada fiz no quarto da Casa do Estudante. As janelas estavam meio caídas, foi toda uma retomada (Roselaine, 2019).

O “Projeto Nova Casa – Nossa Biblioteca” foi uma das propostas que o Departamento de Cultura que Roselaine dirigiu alavancou. Em um rascunho encontrado no Arquivo da CEU, são explicitadas as dificuldades que os estudantes encontravam para se acomodar em um local de estudos. A tentativa de reativação da biblioteca contava com os seguintes itens: fazer um levantamento das possibilidades da sala de biblioteca, como funcionará e com quantos bolsistas, convocar todos os moradores a auxiliar na listagem dos livros fundamentais dos cursos, inclusive com dos professores, formar uma comissão de responsáveis por cada curso para organizar esta listagem, sintetizar tudo em forma de projeto e submetê-lo à aprovação dos moradores e encaminhar para o Reitor.

Não encontrei vestígios sobre os resultados das assembleias e da organização dos moradores em prol da nova biblioteca da Casa do Estudante Universitário, mas o documento datado de 14 de agosto de 1986 dá conta da lista de presença na inauguração desse novo local, onde constam as assinaturas de Roselaine e Gorete. Tal fato demonstra a participação ativa das mulheres na gestão da Casa e como elas conseguiam, mesmo com embates, levar adiante seus projetos.

Figura 14: Lista de presença da inauguração da biblioteca.



Fonte: Acervo da CEU.

Uma das formas que os organizadores dessa Associação encontraram de se comunicar com os demais moradores foi a realização de um boletim interno que circulasse pela Casa. Nesse informativo, eram apresentadas as pautas discutidas nas reuniões e as demandas que deveriam ser encaminhadas. Na triagem realizada no Arquivo, localizei um exemplar de 12 de setembro de 1985, época em que tanto Roselaine como Gorete eram integrantes. Com o título “AMCEU Novo Tempo” o documento apresenta uma série de procedimentos que deveriam ser tomados para o melhor funcionamento do espaço e os problemas que eram detectados. Salienta-se a instalação de máquinas de lavar roupa, a campanha de conscientização para o cuidado com os móveis, a formação de uma comissão de imprensa destinada a redigir notas e divulgar as decisões tomadas pela diretoria, as negociações das bolsas de estudos e a tentativa de organizar um arquivo com todo material produzido pela Associação.

Como Roselaine mencionou, havia muitas disputas em torno dos cargos administrativos. Um indício desses desentendimentos pode ser vislumbrado no rascunho de uma carta que deveria ser endereçada aos moradores. Com o título “Avaliação da gestão Novo Tempo”⁷² o documento faz uma crítica à forma como eram concebidos os projetos dentro da CEU e acusa a chapa de excluir o coletivo das decisões e de

⁷² Fonte: Arquivo da CEU.

autoritarismo. Consta também que os diretores da AMCEU não organizavam as atas das reuniões e tampouco prestavam contas dos recursos destinados, o que inviabilizava a confiança. Por fim, faz um questionamento ao “barulho” das conquistas que afirmavam ser obra de sua gestão, pontuando que a maior parte dos benefícios era proveniente do orçamento da Universidade, o que demonstrava que havia recursos destinados às casas de estudantes e, portanto, o que comunicavam ao público como conquista era, na verdade, algo que aconteceria independente deles estarem no poder.

Se por um lado Roselaine e Gorete participavam ativamente das decisões da Casa, Araeci, que ingressou dois anos mais tarde, não tinha muito interesse em como acontecia sua gestão. Considera que as reuniões tinham pouca praticidade e a votação para todo e qualquer projeto inviabilizava a realização de melhorias. Na época, recorda que escolheu gastar sua energia em uma militância que fosse mais “prática” e com resultados significativos como a construção do Diretório Acadêmico das Ciências Sociais e o próprio DCE. Porém, afirma que chegou a se envolver em algumas comissões dentro da CEU. Quando questionada sobre o papel da mulher nessas reuniões, afirma que a ouviam, mas não a levavam em consideração. Avalia que por ser muito jovem e os homens mais velhos, não conseguia identificar que o fato deles infantilizarem suas opiniões era por machismo e acabava deixando tais situações ocorrerem. Menciona também que, na época, as moças não se organizavam para discutir demandas específicas do feminismo na Casa, o que hoje considera como prejudicial para a formação que teve.

Isso é pra depois da revolução! Até que viesse a revolução discutir feminismo era uma coisa burguesa e egoísta. Não era o momento da discussão das mulheres, primeiro tinha que libertar os trabalhadores do jogo capitalista e todo o resto tinha que esperar. Discussão étnica, discussão feminista só ia desviar do verdadeiro assunto. É mais recente essa coisa de não existir escala entre as diferentes lutas (Araeci, 2019).

Sobre esse assunto, Gorete tem posição semelhante e considera que as mulheres que entravam na Casa já assimilavam a sua forma de funcionamento. Descreve que aquele era um período muito incipiente de conquistas e, nesse sentido, não havia demandas que fossem específicas do público feminino. Cita o exemplo do banheiro coletivo que era um problema para elas, mas que nunca chegaram a tecer esse tipo de comentários em assembleia porque pareceria egoísta. Araeci também rememora o fato

dos espaços para banhos serem complexos e traz em sua narrativa a situação das jovens que engravidavam na CEU e acabavam sendo rejeitadas naquele espaço.

Uma vez tinha uma guria que teve filho e quis ficar. Aí os homens se juntaram e disseram que ia ser o fim da Casa do Estudante. Tinha a discussão que crianças pertenciam às mulheres. [...] A Universidade achava que as Casas do Estudante não eram para mães e elas tinham que dar algum outro fim. O entendimento dos moradores da Casa é que então as mulheres fossem cuidar coletivamente das crianças, que isso não competia aos homens, iria atrapalhar a concentração masculina (Araeci, 2019).

Em 2005, o Jornal da UFRGS fez uma reportagem⁷³ com o primeiro bebê da Casa do Estudante Universitário. Vivian Camila Dall' Alba, nascida em 1985, comenta que seu pai era graduando do curso de Engenharia e namorava sua mãe, ainda secundarista, quando esta engravidou e foi morar com ele na CEU. Os moradores, ao descobrirem a gravidez, realizaram uma assembleia para decidir a permanência da jovem que não tinha vínculo com a Universidade. Optaram pelo aceite e Vivian acabou nascendo e vivendo seus primeiros oito meses de vida no ambiente coletivo. A responsável pelo Departamento de Serviço Social da época da reportagem comenta que, embora o Regimento Interno não proibisse a presença de bebês, elas procuravam esclarecer que a CEU não era um ambiente adequado para a formação de um recém-nascido.

O debate sobre a presença de crianças na Casa do Estudante se estende há anos não havendo um consenso sobre o assunto. No entanto, o fato de alguns moradores homens e, principalmente, a Universidade ainda hoje tentar remover as mulheres que engravidam do espaço que lhes garante a continuidade aos estudos, só demonstra como as barreiras para a presença feminina na CEU ainda não foram totalmente derrubadas⁷⁴.

Esta parte da pesquisa tentou demonstrar como a participação das mulheres na gestão da moradia, nos primeiros anos como mista, acontecia. Foi possível perceber, a partir dos documentos e das narrativas orais, que elas estavam presentes nas equipes diretivas e tinham forte participação nas decisões tomadas. Buscavam, além de tudo, uma melhor infraestrutura para o local e soluções para o coletivo alavancando projetos e conseguindo a aprovação dos moradores e da Universidade. No entanto, os vestígios

⁷³ Jornal da Universidade, novembro de 2005, p.7. Disponível em: <<https://issuu.com/jornaldauniversidade>> Acesso em: 18 mai. 2018

⁷⁴ Em 2013 houve uma grande mobilização entre os moradores da CEU quando a Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis da Universidade encaminhou uma nota de despejo para uma estudante quatro dias após o nascimento do seu filho.

apresentam que ocupar esses espaços de poder não era simples e havia muitas disputas em torno deles. Os embates, muitas vezes, ocorriam por posições políticas, mas também pela questão de gênero. Ao mencionarem que os homens infantilizavam sua fala, Gorete demonstra o quanto precisou ser combativa para se fazer respeitar, mesmo enxergando a Casa como um ambiente extremamente democrático.

Outro aspecto importante é que nesse período os debates sobre assuntos ditos como “exclusivos das mulheres” acabavam ficando em um segundo plano, porque havia uma ideia de que isso fugia do escopo coletivo. A partir disso, é possível dizer que, ao entrarem na Casa, elas não se submeteram a um silenciamento, mesmo estando em número menor, e foram capazes de construir resistências, subverter comportamentos ocupando espaços de poder e engendrar discursos discordantes como forma de permanecer na Casa do Estudante Universitário.

4.5 *Um teto todo seu: as marcas da moradia estudantil*

Um quarto, um espaço livre de interrupções, alheamentos, desatenções. Tempo suficiente para se dedicar ao pensamento. Essas são as condições básicas, segundo Virgínia Woolf, para que uma mulher se desenvolva intelectualmente. Mas nada disso adiantaria sem recursos financeiros ou validação social, dois fatores pouco presentes na vida feminina até início do século XX. Perguntei-me algumas vezes se a ideia que Virgínia propõe poderia ser aplicada na íntegra a esta pesquisa. A resposta que tenho: não. Como vimos, a Casa do Estudante não se constitui um espaço individual e a vida funciona sob um aspecto muito diferente do concebido pela escritora inglesa. Mas por que, então, insistir em manter um diálogo com a autora? Porque compreendo que a premissa contida no ensaio publicado na década de 1920 traz importantes contribuições para refletir. Uma das principais ideias da obra está centrada na educação das mulheres. Virgínia aponta que durante séculos o direito de se instruir foi destinado quase que exclusivamente aos homens. Ao transpor-me para o cenário deste estudo e pensar a conjuntura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que construiu um grande edifício para moradia, possibilitando que rapazes de diferentes localidades pudessem dar segmento ao seu crescimento intelectual e esse espaço, por mais de uma década, foi negado às mulheres, encontro um ponto de congruência com o pensamento da autora. Outro aspecto que a inglesa preconizava é a garantia de recursos financeiros para a independência feminina. E ao entender que, após muitos entraves, o ingresso das

mulheres na Casa do Estudante Universitário dar-lhes-ia a condições para conseguir um diploma de nível superior aumentando suas chances de competir por salários mais elevados, avalio que o ensaio do início do século passado ainda é muito potente, contribuindo com as reflexões que aqui apresento.

Passo, então, a discutir como a CEU é significada nos itinerários de vida dessas antigas moradoras. Cumpre destacar que estas memórias relacionam-se a outras dimensões da vida destes sujeitos. São narrativas construídas a partir dos locais que elas ocupam no presente, mas também dos seus lugares no passado, estando estes vestígios sempre entrelaçados aquilo que as afeta. Eclea Bosi (2016), ao discutir sobre o assunto, afirma que os sentimentos nostálgicos são importantes na análise historiográfica, pois estão intrínsecos à condição humana. A memória permite perceber a complexidade de um acontecimento, carrega-o de sentidos e tem função importante na elaboração das representações que cada um constitui.

As mulheres que comparecem nessa etapa afirmam a importância da moradia para a sua formação no nível superior. Todas declaram que sem a assistência estudantil não teriam conseguido concluir seus estudos. Uma boa estrutura para morar permitiu que as três conciliassem a universidade e o trabalho. Além disso, os vínculos afetivos que formaram nesse ambiente e o aprendizado de uma convivência coletiva marcaram suas falas.

Araeci, por exemplo, afirma que sem a Casa não teria concluído a graduação, uma vez que sua família, composta apenas por homens, mudava-se para Belo Horizonte a trabalho na época da sua aprovação no vestibular. Acredita que seu desenvolvimento intelectual aconteceu porque houve garantia pública para isso e atribui sua melhor condição financeira às oportunidades de estudo. Ao falar sobre o tema, suas palavras deixam clara a relevância da UFRGS:

Não foi importante, foi o único jeito. Se não tivesse a casa do estudante, isso é coisa que digo para todo mundo, eu não teria estudado. Se não tivesse passado na UFRGS eu não teria feito uma graduação, se não tivesse a casa eu não teria frequentado a UFRGS. Eu iria trabalhar em uma loja ou teria ficado como professora de alguma creche para o resto da vida, porque não teria como dar prosseguimento. Eu iria ficar trabalhando em escolinha ganhando salário mínimo e iria estar assim até hoje (Araeci, 2019).

Ela entende que a CEU foi seu lar porque a acolheu mais que a CEFAV, encontrando nesse ambiente melhores condições de viver. Foi nesse espaço que casou pela primeira vez e ficou grávida desse relacionamento. Araeci e o ex-marido mantêm

vínculos afetivos que perduram até os dias de hoje, não só em função da filha, mas pelo laço de amizade que construíram desde os tempos da moradia estudantil. Suas palavras permitem entrever que havia cumplicidade entre os grupos que se formavam na Casa, existindo um sentimento de pertença entre eles. “A gente era uma família que nem adolescente que diz que vai morrer pelo amigo, éramos assim porque estávamos longe da própria família. [...] a gente se amava de verdade” (Araeci, 2019). Afirma que existiam situações que os aproximavam de uma maneira distinta em função da intimidade construída dentro do ambiente, mas principalmente da juventude. Segundo seu relato, esses sentimentos eram próprios da idade, algo que considera não existir na maturidade.

Gorete tem posição semelhante à sua antiga colega. A CEU foi para ela um espaço de crescimento em diferentes aspectos e, por isso, é lembrada com entusiasmo. Foi nesse ambiente que encontrou oportunidade investir nos estudos, principalmente no tocante aos quartos que ocupou “[...]sem a casa eu não teria concluído o curso de Matemática. Lá eu tinha mais condições para estudar do que na minha casa. A estrutura do quarto era boa. Tinha uma mesa para estudar, uma escrivaninha, uma luz adequada.” Além disso, pontua que a convivência com diferentes grupos a fez crescer como pessoa e respeitar o espaço coletivo. Os laços de parceria também foram mencionados como importantes nas marcas que a vivência da moradia estudantil deixou. “A gente teve essas convivências, até porque muitos não tinham famílias aqui, era um jeito de se aproximar mais. Éramos uma referência para a gurizada, acolhíamos uns aos outros” (Gorete, 19/06/2018).

Para ela, o convívio com a coletividade foi um dos maiores aprendizados. Respeitar o espaço do outro e negociar a ocupação de um quarto foi algo que lhe deixou lembranças que ressoaram na vida. Sua primeira experiência foi com uma moradora que não conseguiu viver em harmonia, mas, ainda assim, foi obrigada a administrar a situação por um tempo até poder dividir seu espaço com alguém que tivesse maior afinidade. Gorete pontua que tudo era negociado nesse ambiente, porque a Casa pertencia a ela, mas também aos outros.

Muita coisa tem que partir de ti. Se tu deixares um banheiro sujo, o teu colega não vai gostar de tomar banho nesse banheiro. Esses limites de espaço, tu respeitar o convívio com a diferença. Eu convivi com muitos estudantes da Física, Biologia, Sociologia, Engenharia e cada um com suas ideias e pensamentos. É conhecer as pessoas. Por incrível que pareça tu acaba convivendo muito (Gorete, 2018).

Roselaine, assim como Gorete, ressalta a importância da infraestrutura que a Casa oferecia e, por isso, salienta que houve muito trabalho dos moradores para que novas conquistas e melhorias fossem feitas. Acredita que o local oportunizava aos jovens, principalmente os de baixa renda, ter um espaço exclusivo para se dedicar aos estudos, coisa que muitos não tinham. “A Casa viabiliza porque tu tens uma escrivaninha montada, é só sentar e estudar. É uma estrutura boa para poder ter uma disciplina de estudos”. Pontua que, mesmo com as dificuldades, a CEU era o seu lar. Era o local onde podia assistir televisão, receber amigos e cozinhar. No entanto, afirma que essas atividades não vieram de forma espontânea, foram necessárias lutas e negociações para que o quarto de dormir se transformasse em uma *Casa* de verdade. “Nós tivemos que batalhar. Batalhar para que fosse feita uma reforma elétrica, ajustes. Hoje eu imagino que todos tenham televisão, wi-fi, mas foi luta, tudo foi luta”.

No aspecto afetivo, Roselaine também construiu ligações que perduram até os dias de hoje. Foi na CEU que conheceu seu marido com quem é casada há 35 anos e boa parte de seu grupo de amigos atuais um dia compartilhou com ela esse espaço da moradia estudantil. Mas, ainda que considere a vivência no ambiente coletivo e as conquistas importantes, destacou ao longo de sua narrativa que sempre quis sair da Casa. Uma das primeiras sinalizações sobre isso foi ao afirmar que seu “sonho de consumo” era o quarto individual, restrito a pouquíssimas pessoas. Nunca chegou a conquistar um só para si, sendo toda sua estadia compartilhada. Entretanto, quando começou a namorar conseguiu permanecer em um ambiente mais privado, tendo em vista que seu colega era seu parceiro amoroso.

Do ponto de vista da individualidade é um espaço coletivo e que tu tens que aprender a viver. Enquanto estava ali eu gostava, mas estava louca para sair. Eu queria poder ter a minha casa, cozinhar sem pensar que a luz vai cair. Eu queria chegar e receber as pessoas que viessem me visitar sem negociar a hora para que elas saíssem. Eu queria tomar um banho de mais de 20 minutos. Queria ir ao banheiro fazer minhas necessidades sem pensar que estou incomodando a pessoa que está lavando as mãos. Coisas do dia a dia que são difíceis ali (Roselaine, 2019).

De todas ex-moradoras, foi a única que mencionou sua vontade de deixar a Casa e falou de forma explícita sobre suas dificuldades em dividir a moradia com muitas pessoas. Ao serem questionadas, tanto Gorete como Araeci mantiveram o discurso das redes familiares e da importância de viver na coletividade, talvez imbuídas de uma nostalgia da juventude. Ainda assim, Roselaine afirmou que as marcas positivas foram

fortes e lhes permitiram viver a experiência de uma Casa de Estudantes mais uma vez, quando cursou seu doutorado na Espanha.

As narrativas apresentadas por estas ex-moradoras possibilitam perceber que o investimento na formação educacional por meio do acesso e permanência no ensino superior era entendido como uma forma de ascensão social e de possibilidade de disputar vagas no mercado de trabalho com os homens. A necessidade de um local para morar que oferecesse uma estrutura, ainda que mínima, deu a tônica de seus relatos. Permeando isso, as relações de trabalho, afeto, parcerias amorosas, aprendizagem de novas formas de se relacionar e se deparar com dificuldades de diferentes ordens são situações que ressoaram na constituição das subjetividades dessas mulheres. Ademais, estar na Casa foi uma possibilidade de transgressão a um determinado modelo feminino ainda atrelado a uma sociedade machista. A “invasão” da CEU discutida no início deste capítulo e a consequente conquista da moradia mista vêm ao encontro do desejo de emancipação das mulheres no âmbito social, político e econômico e demarca essa nova ocupação delas em espaços que até então lhes era negado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 04 de maio de 1980, Sérgio da Costa Franco escreveu no Jornal Correio do Povo a coluna intitulada “Fui Testemunha”. No texto, há uma alusão às chamadas testemunhas históricas. Ele descreveu, em tom de brincadeira, seu amigo que sempre dizia ter vivenciado os fatos heróicos do Rio Grande do Sul sendo ele mesmo um partícipe da/na História. O colunista mencionou que sentia um pouco de inveja do companheiro, até que isso se transformou na manhã do dia 29 de abril de 1980, quando ele passou pela Avenida João Pessoa, em Porto Alegre.

[...] tive a honra de também me tornar um testemunho ocular da história. É certo que não foi um episódio sangrento. Nem heroico. Nem cruel. Mas, sobre a sua importância para o desenvolvimento social, político e quiçá demográfico do Rio Grande do Sul, é certo que os historiadores do futuro escreverão gordos volumes. Ocorre que presenciei a tomada da Casa do Estudante Universitário pelas estudantes⁷⁵.

Sérgio da Costa Franco previu, há quase 40 anos, que algum historiador se interessaria por esse episódio e o analisaria no futuro. Não tinha nenhum poder sobrenatural que o fizesse escrever isso. Era apenas um homem do seu tempo, atento a vida e aos seus acontecimentos. No entanto, a “invasão” de 1980, que culminou na abertura para a moradia mista, foi lembrada em pouquíssimos momentos celebrativos da Universidade, sem nunca ter sido o foco de um estudo mais aprofundado.

Em 2017, após percorrer caminhos nada retilíneos, me propus a olhar esse acontecimento e suas ressonâncias para então construir uma narrativa historiográfica que apresentasse o maior grau de verossimilhança com o passado. Não desenvolvi vários volumes como predisse o jornalista. O tempo exíguo do Curso de Mestrado exige que façamos escolhas e mantenhamos o foco em um aspecto a ser abordado. E foi exatamente o que fiz!

Assim, nessa etapa final, retomo que o intuito da dissertação não foi explorar a história da Casa do Estudante Universitário, mas, sim, buscar analisar como se deu a presença feminina nesse espaço institucionalizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Todo esforço explicativo foi construído com uma intenção de verdade (CERTEAU, 1982), mesmo sabendo que seria necessário conviver com a ideia de que

⁷⁵ Jornal Correio do Povo, 04 de maio de 1980, p.04.

mesmo todo cuidado metodológico e narrativo eu jamais poderia alcançar integralmente o tempo pretérito.

Chamo atenção para o fato de que a dissertação foi desenvolvida a partir da minha lente e das perguntas que me moveram para chegar até aqui. Outras tantas histórias poderiam ter sido escritas, o que pressupõe que o tema não se esgota na conclusão dessas páginas. Há muitos desdobramentos que merecem novas reflexões. É por ter a clareza de que este objeto ainda poderá suscitar novas miradas que na introdução apresentei minuciosamente ao leitor cada um dos passos dados para construir empiricamente este trabalho. Deixei-os explícitos na intenção de que futuros pesquisadores possam encontrar *insights*, pontos de partida ou mesmo ancoragens para seguir debatendo.

Saliento que a incursão em espaços ainda pouco desbravados, como o Arquivo da CEU, por exemplo, se mostram alternativas potentes para o campo da História da Educação, uma vez que fogem do escopo escolar e amplificam o olhar para aquilo que Magalhães (2004) denomina de instituições educativas, trazendo contribuições significativas para a área. Embora esses locais não sejam destinados exclusivamente à guarda e preservação documental, merecem um olhar mais cuidadoso e criterioso por parte dos especialistas em arquivologia, tendo em vista que seus materiais podem se transformar em fontes valiosas na construção de narrativas historiográficas sobre a própria Universidade.

Na sequência da introdução, procurei desenvolver dois capítulos que aprofundassem as bases teórico-metodológicas que subsidiaram a investigação. Entendo que o fazer científico não está desatado da teoria, ambos são partes de uma mesma função. Então, para que o leitor compreendesse todas as etapas das operações aqui empreendidas expus os principais conceitos que atravessaram o estudo relacionando-os sempre ao objeto investigado. Procurei também dissecar as relações entre a memória e a História Oral, haja vista que esta foi a metodologia com maior predominância no trabalho. Na esteira desses capítulos, organizei um cujo mote era uma espécie de protagonismo das mulheres e suas experiências de vida. Essa exposição se deu com o objetivo de apontar a potência desse tipo de narrativa e também demonstrar como elas permitiram entrever as diferentes circunstâncias que as levaram a se relacionar com a Casa do Estudante Universitário.

A etapa das análises foi subdividida em cinco categorias que procuraram abarcar o processo de “invasão” e os primeiros anos de abertura da Casa para o público feminino.

Nestas, foi possível perceber que desde os seus primeiros anos como moradia estudantil a CEU enfrentava problemas de gestão. Os moradores empreenderam diversas disputas com o Conselho Administrativo e a Reitoria na tentativa de obter maior autonomia. Um dos principais embates acabou sendo a proibição da circulação de mulheres nas dependências da Casa. No entanto, a metodologia de História Oral oportunizou observar que, diante de toda rigidez da Universidade, os estudantes conseguiam encontrar brechas e elas penetravam nesse espaço mesmo antes da sua abertura oficial. O impasse entre a UFRGS e os universitários tomou grandes proporções e a imprensa acabou sendo uma das estratégias mais utilizadas para ganhar o apoio do grande público. Outro fator importante nesse cenário de disputas foi o surgimento de grupos feministas organizados pelas estudantes que colaboraram para disseminar e questionar a proibição da convivência na Casa entre homens e mulheres.

A pesquisa também pretendeu expor como a “invasão” do dia 29 de abril foi organizada e de que forma ela foi (re)configurada nas memórias das participantes do estudo. Constatou-se que o episódio foi rememorado por algumas como significativo pelo teor político e social que representava e muito atravessado pela irreverência da juventude. Já outras demonstraram sentimentos ambíguos em relação ao ato, sendo por vezes lembrado como um marco para o feminismo de Porto Alegre e em dados momentos tido como algo sem grandes relevâncias, o que deixa claro que a memória é constantemente resignificada pelos sujeitos. Para além dessas marcas pretéritas, apontei as ressonâncias na estrutura da Casa após esse movimento, tendo em vista que a presença feminina nesse espaço aumentou, ainda que clandestinamente, forçando a Universidade a rever suas medidas proibitivas. No entanto, as instâncias responsáveis pela Casa lidaram com a situação de forma autoritária, permitindo avistar preconceitos em relação às mulheres que pretendiam conviver em uma casa mista, o que acabava por dificultar a continuidade delas no ensino superior.

No final de 1982, a UFRGS finalmente aceitou transformar a CEU em um ambiente para ambos os sexos e no ano seguinte alterou o Regimento Interno, oficializando a nova estrutura do local. Nesse sentido, a pesquisa procurou perceber como foi a convivência das moradoras nos primeiros anos e averiguou que muitas dificuldades eram impostas para a permanência feminina, inclusive no relacionamento com as mulheres responsáveis pela limpeza. Algumas afirmaram não ter sofrido assédio (moral ou sexual) por parte dos homens, mas apontaram que provavelmente isso acontecia porque eram lideranças dentro da Casa e também estavam sob a “proteção” de

companheiros do sexo oposto. No que tange a participação na gestão cotidiana da Casa, foi possível concluir que as mulheres estavam presentes nas equipes diretivas e tinham poder de decisão. Muitas trabalhavam em prol da reestruturação do local, procurando soluções para o coletivo e estabelecendo projetos de melhorias na infraestrutura. Ainda assim, é possível afirmar que ocupar esses espaços de poder foram conquistas difíceis para elas, uma vez que as disputas eram constantes não só pelas posições ideológicas, mas também por questões relativas ao machismo.

Por fim, a dissertação objetivou analisar se a vivência nesses primeiros anos de moradia mista deixou marcas na vida dessas mulheres e como elas significaram essa experiência do *habitar*. Verificou-se que todas consideraram o acesso ao benefício estudantil como essencial para assegurar a permanência no ensino superior, sendo este compreendido como uma maneira de ascender econômica e socialmente e também uma forma de concorrer de forma mais igualitária no mercado de trabalho com os homens. Outro ponto emergiu foram os afetos cotidianos e as diferentes formas de aprender a conviver com as diferenças dentro do ambiente coletivo. Além disso, averiguou-se que a Casa foi uma possibilidade de exercer autonomia e liderança, possibilitando se reinventar como mulher em uma sociedade ainda patriarcal.

A partir de todo o exposto ao longo dessas páginas é possível dizer que a Casa do Estudante Universitário foi criada com o intuito de suprir a necessidade dos homens que estavam dentro da norma, ou seja, brancos e heterossexuais. As lutas empreendidas na década de 1980 oportunizaram uma nova forma de se conviver nesse espaço, fazendo com que as mulheres pudessem concorrer a vagas e, assim, dar seguimento aos seus estudos no ensino superior que, na época, ainda era frequentado majoritariamente pelo público masculino. Hoje em dia, elas ocupam a maioria dos assentos nas universidades e têm acesso aos benefícios de forma paritária nos regimentos institucionais. Entretanto, as barreiras que se erguem para que sigam nesses espaços ainda estão vigentes e são reconfiguradas com a passagem do tempo. O assédio e a maternidade permanecem sendo tabus que precisam ser enfrentados para que a presença feminina seja, de fato, garantida. É importante chamar atenção que outros públicos, que na década de 1980 não tinham amplo acesso à UFRGS, hoje também compõem o quadro de estudantes e enfrentam dificuldades que merecem investigações cujo intuito seja encontrar possíveis caminhos para uma Universidade mais democrática.

Finalizo essa dissertação de mestrado trazendo a literatura que me acompanhou ao longo dessas páginas. Virgínia Woolf, cujos textos inspiraram o título e muitas das

reflexões aqui apresentadas, expressou ao longo de sua vida uma profunda recusa à dominação masculina. No ensaio “Profissões para as mulheres”, ela apresenta a figura do “anjo da casa”, a mulher que se sacrificava diariamente, que era compreensiva e sempre altruísta. Essa mulher a assombrava, assim como a tantas outras, impedindo a dedicação a sua profissão. Virgínia insistia na necessidade de livrar-se dela, de lutar contra esse fantasma que persistia aparecer. Pontuava que às mulheres estavam vedadas as possibilidades de desenvolvimento intelectual, artístico, científico e que a elas erguiam-se barreiras do exercício do trabalho remunerado e a possibilidade de pensar e discordar. Entendia que essas limitações não eram apenas representativas das hierarquias sociais, mas também se constituíam na sua fonte primária. Para ela, a opressão feminina estava na base de outras formas de opressão exercidas todas, fundamentalmente, por homens. Nesse sentido, me parece mais do que sensato afirmar que para derrubar essa estrutura opressiva, as mulheres devem seguir “invadindo” e se reafirmando em novos espaços.

POSFÁCIO

Ao longo dessa dissertação procurei demonstrar como as inquietações do presente nos impulsionam a olhar para o passado. Estender o olhar para um tempo que não é mais o nosso e procurar possíveis explicações é uma tarefa difícil, porém mais do que necessária. As recentes investidas contra as universidades públicas e as tentativas de barrar os diferentes grupos que hoje tem maior acesso ao ensino superior demonstram a urgência de se seguir investindo em pesquisas de cunho historiográfico. Obviamente, o passado não nos trará todas as respostas para a resolução dos conflitos, mas possibilitará encontrar caminhos para seguir acreditando que a Universidade e todos os espaços que estão sob sua tutela podem e devem ser para todos.

26 de março de 2013.

A reportagem veiculada no site da GaúchaZH traz o caso da estudante de 26 anos, moradora da Casa do Estudante Universitário da UFRGS que teve seu primeiro filho em fevereiro de 2013. Após quatro dias, ela recebeu uma notificação da Pró-Reitoria para Assuntos Educacionais (PRAE) afirmando que deveria deixar o local, pois a CEU não era um ambiente para crianças. A Universidade aconselhou a estudante a interromper a graduação e retornar para o interior na casa da mãe. Embora não haja nada no Regimento Interno que proíba a presença de recém-nascidos, a UFRGS entende que a estrutura do local não compartilha menores de idade e que toda a rotina seria prejudicada. As estudantes, como forma de protesto, organizaram um comitê para debater a questão da maternidade e a continuidade aos estudos das mulheres⁷⁶.

23 de março de 2016.

O site do jornal O Globo traz o caso de Nerlei Fidelis, estudante cotista indígena do curso de Medicina Veterinária. O jovem de 33 anos foi agredido quando se dirigia para a Casa do Estudante Universitário da UFRGS. A vítima recebeu socos e pontapés e sofreu diversos ferimentos pelo corpo. O grupo de rapazes que interpelou o estudante em frente

⁷⁶ Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/03/universitaria-e-obrigada-a-deixar-a-casa-do-estudante-apos-ganhar-bebe-4085895.html> > Acesso em 04 de dez. de 2019.

à Casa indagava o que os índio faziam na moradia. Os amigos de Nerlei afirmaram que ele ficou profundamente abalado e estava com receio de retornar às aulas e à moradia⁷⁷.

28 de março de 2016.

O jornal Sul21 veicula a notícia que as portas do Restaurante Universitário e da Casa do Estudante Universitário da UFRGS amanheceram pichadas com as frases “Ustra Vive!”. Ustra foi um agente da ditadura civil-militar que vitimou dezenas de pessoas. Foi condenado em uma ação declaratória, que permitiu a uma família paulista intitular-lo torturador. Uma família inteira recolhida a dependências policiais e militares, incluindo duas crianças, que foram obrigadas a ver os pais torturados, e uma mulher no final da gestação. A Universidade não sabe a origem da pichação, mas declarou que vai investigar o caso⁷⁸.

08 de julho de 2016.

O Jornal Correio do Povo noticiou que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul vai instaurar um inquérito para apurar os casos de agressão sexual contra moradoras da Casa do Estudante Universitário da UFRGS. Para pressionar a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, um grupo de estudantes criou um coletivo na Casa para denunciar as violências cotidianas a que estavam sendo submetidas. Uma das porta-vozes informou que elas vinham fazendo cartazes informativos e colando-os nos elevadores como forma de chamar atenção. A jovem declarou que estes estavam sendo arrancados e outros haviam sido pichados com desenhos de pênis e mulheres em posições de submissão. Além disso, os banheiros que estavam sendo limpos por uma das integrantes do coletivo foi sujo com fezes e sob o assento sanitário foi colocada uma cueca com os dizeres “limpe”. Na entrevista, uma moradora mencionou a seguinte frase: “é a lembrança diária de que não deveríamos estar aqui”⁷⁹.

30 de maio de 2019.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis aprova a Instrução Normativa nº 03/2019 considerando a regulamentação relativa ao benefício da moradia estudantil na

⁷⁷ Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/rio/estudante-indigena-da-ufrgs-agredido-em-porto-alegre-advogado-fala-em-preconceito-18939834>> Acesso em 04 de dez. 2019.

⁷⁸ Disponível em: < <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2016/05/ustra-morto-e-vivo-por-caroline-silveira-bauer/>> Acesso em 04 de dez. de 2019.

⁷⁹ Disponível em: < <https://www.correiodopovo.com.br/noticias/geral/ufrgs-vai-investigar-denuncias-de-abusos-sexuais-em-casa-do-estudante-1.206646>> Acesso em 04 de dez. de 2019.

modalidade de vaga física da Casa do Estudante Universitário. O artigo quinto dispõe sobre o auxílio moradia na modalidade pecuniária (R\$250,00) para moradoras gestantes e no caso de terem menores de 18 anos sob sua guarda. Já o artigo sétimo trata das medidas protetivas às vítimas e do afastamento compulsório dos acusados de agressão física, assédio de qualquer natureza, racismo e outras formas de discriminação⁸⁰.

Os trechos acima fazem parte de um passado recente e menos de dez anos nos separam deles. São cenas dolorosas de se ler. Questiono-me quantas outras não divulgadas pela imprensa acontecem cotidianamente dentro da Universidade? Sabemos que o acesso a diferentes grupos sociais foi, ainda que tardiamente, conquistado. E isso é um grande feito. Mas e a permanência, foi/é garantida? E sob que condições? Penso que, enquanto pesquisadores, precisamos nos fazer perguntas sobre esses acontecimentos. Precisamos sentir inquietude e indignação diante deles. Acreditar na pesquisa como forma de encontrar possíveis caminhos para modificar esse quadro requer não deixá-los caírem no silêncio do esquecimento. Abri essa dissertação com a epígrafe de uma historiadora feminista que nos diz como contar uma história pode ser um abrir ou fechar de portas. Pois que encontremos na narrativa histórica uma forma de contribuir para que as da Universidade sigam abertas!

⁸⁰ Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/prae/wp-content/uploads/2019/06/IN-CEU.pdf> > Acesso em 04 de dez. 2019.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. In: **História Oral**, vol. 15, n.º 2, jul-dez 2012, p. 159-166.

_____. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AMADO, Janaína. O Grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História**, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: **Usos e abusos da História Oral**. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi. **Romagem do Tempo e Recantos da Memória**: reflexões metodológicas sobre História Oral. 1 ed. São Leopoldo: Oikos, 2012.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Coleção Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 19ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2011.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Nas margens do instituído: memória e educação. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, jan./jul. 1999. p. 40- 46.

_____. Essa coisa de guardar... Homens de letras e acervos pessoais. **História da Educação**, v. 12, n. 25, mai-ago 2008, p. 109 – 130.

DORA, Denise Dourado. Entrevista concedida a Fabiana Pinheiro da Costa em 2019.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias Orais e modos de lembrar e contar. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, set. 2000.

FARGE, Arlete. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HAHNER, June Edith. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850 – 1937**. São Paulo: Brasileira, 1981.

HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. In: **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Org. BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Tradução: Marcela Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998. p. 193-202.

IZQUIERDO, Iván. **Memória**. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora Artmed, 2011.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Tradução de: Thiago de Abreu e Lima Florêncio. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

KOOP, Maria da Gloria. Entrevista concedida a Fabiana Pinheiro da Costa em 2018.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

LEMOS, Dinah. Entrevista concedida a Fabiana Pinheiro da Costa em 2019.

LISPECTOR, Clarice. **A Hora da Estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOSADA, Gorete. Entrevista concedida a Fabiana Pinheiro da Costa em 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, jan./jul. 2011, p. 62-70.

LUCA, Tania Regina de Luca. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

LUZ, Araeci Carvalho da. Entrevista concedida a Fabiana Pinheiro da Costa em 2019.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do Presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução Maria do Carmo Alves Bomfim. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. **O Jogo do Eu**. A mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Discursos e Práticas do Movimento Feminista em Porto Alegre (1975 – 1982)**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre, 2004.

MONTERO, Rosa. **A ridícula ideia de nunca mais te ver**. Tradução: Mariana Sanchez. São Paulo: Todavia, 2019.

NÓVOA, Antonio. Carta a um jovem historiador da educação. **Historia y Memoria de la Educacion [online]**, n.1, p.23 -58, 2015.

PEREIRA, Marcos Villela. A escrita acadêmica – do excessivo ao razoável. **Revista Brasileira de Educação [online]**, v. 18, n. 52, p. 213 – 244, jan-mar 2013.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. História (sexuação da). In: **Dicionário Crítico do Feminismo**. HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hèlène; SENOTIER, Danièle (Orgs.), São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. **História dos Quartos**. Tradução Alcinda Brant. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINTO, Celi Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PROST, Antoine. **Doze Lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. Tradução de Luiz Antonio Rodrigues Ribeiro Campos. **História Oral**, v.8, n.1, 2011, p. 29-42.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 15, n. 2, jul – dez 1995, p. 71-97.

_____. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, 16 fev. 1998, pag. 297- 325.

_____. História das mulheres. In. **A escrita da história: novas perspectivas**. BURKE, Peter. (org.). São Paulo: Editora UNESP, 2011.

SCHWARCZ, Lilia M., STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Ângelo Ronaldo Pereira da. (org.) **As Casas de Estudante da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SILVA, Roselaine Aquino da. Entrevista concedida a Fabiana Pinheiro da Costa em 2019.

SOUTO, Laura. Entrevista concedida a Fabiana Pinheiro da Costa em 2019.

STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Câmara. História, Memória e História da Educação. In: **Histórias e memórias da educação no Brasil – Vol. II**. Org. STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Câmara. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n.15, p.51-84, abril 1997.

_____. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do Exército Nacional. **Projeto História**, São Paulo, v.16, p. 277-296, janeiro-junho 1998.

_____. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. **História Oral**, São Paulo, v. 4, p. 85-101, junho 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves. Fim do mundo do fim: Avaliação, preservação e descarte documental. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas: Autores Associados; EDUSF, 2000, p. 31-43.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSETIMENTO INFORMADO

A pesquisadora Fabiana Pinheiro da Costa, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculada a linha de pesquisa Educação, Cultura e Humanidades, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por meio do estudo, o qual originará sua Dissertação de Mestrado, vem, através desse documento, convidá-la a participar de sua pesquisa como uma das entrevistadas. A pesquisa em questão procura compreender o processo histórico de ingresso das mulheres na Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), localizada na Av. João Pessoa, nº 41, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Os dados e resultados individuais da pesquisa estarão sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes das participantes em nenhuma expressão oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado, a não ser que o/a autor/a do depoimento manifeste expressamente seu desejo de ser identificado/a. A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa entrevistada.

A pesquisadora responsável pelo trabalho se compromete em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de informações que o participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente, através do e-mail fabiana.pinheiro@ufrgs.br.

Após ter sido devidamente informada de todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu _____, RG nº _____ declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha participação e depoimentos para a pesquisa desenvolvida pela mestranda Fabiana Pinheiro da Costa, a fim de que sejam usados integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, a partir da presente data. Da mesma forma, autorizo a sua consulta e o uso de referências em outras pesquisas e publicações ficando vinculado o controle de informações a cargo desta pesquisadora.

- () Solicito que seja resguardada a minha identificação.
- () Desejo que a autoria de meus depoimentos seja referida.

Abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevo a presente declaração,

Porto Alegre, ____/____/20__.

Participante da Pesquisa

Pesquisador